


**unesp**  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara – SP

CRISTIANI DÁLIA DE MELLO

# NOMINALIZAÇÃO EM TEXTOS OPINATIVOS



ARARAQUARA – S.P.  
2019

CRISTIANI DÁLIA DE MELLO

# **NOMINALIZAÇÃO EM TEXTOS OPINATIVOS**

Tese de Doutorado, apresentada ao Conselho, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

**Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática.**

**Orientador: Antônio Suárez Abreu**

ARARAQUARA – S.P.  
2019

Mello, Cristiani Dália de  
Nominalização em Textos Opinativos / Cristiani  
Dália de Mello – 2019  
125 f.

Tese (Doutorado em Linguística e Língua  
Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista "Júlio  
de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras  
(Campus Araraquara)  
Orientador: Antônio Suárez Abreu

1. Nominalização. 2. Coesão textual. 3. Produção  
acadêmica. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Cristiani Dália de Mello

# NOMINALIZAÇÃO EM TEXTOS OPINATIVOS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

**Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática.**

**Orientador: Antônio Suárez Abreu**

Data da defesa: 14/10/2019

## MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

---

**Presidente e Orientador: Dr. Antônio Suárez Abreu**

Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara

---

**Membro Titular:**

**Dra. Beatriz Quirino Arruda Doná**

Instituto Integral de Campinas – UNESP/Campinas

---

**Membro Titular:**

**Dra. Rosana Ferrareto Lourenço Rodrigues**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP – São João da Boa Vista

---

**Membro Titular:**

**Dr. Josias Ferreira da Silva**

Universidade Estadual de Roraima – UERR – Boa Vista

---

**Membro Titular:**

**Dra. Isabella Coutinho Costa**

Universidade Estadual de Roraima – UERR – Boa Vista

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

Ao Prof. Dr. Antônio Suárez Abreu, pela orientação, pelo seu grande desprendimento em ajudar-me, pela amizade sincera, por acreditar em mim e por todo carinho.

## AGRADECIMENTOS

Aos amigos e amigas do DINTER, e às pessoas com quem convivi nos espaços acadêmicos ao longo desses anos. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos foi a melhor experiência da minha formação acadêmica.

A uma amiga em especial, Cariane Pimentel do Nascimento, que sempre esteve comigo nas etapas do doutorado.

Aos meus pais Antônio Dália e Tereza Forlani (*in memoriam*), que dignamente me apresentaram à importância da família e ao caminho da honestidade e persistência.

A minha família, minhas irmãs queridas, Marisa e Rossane, minhas filhas Isabella e Fernanda, minha netinha Alice.

Aos amigos e amigas do Colegiado de Letras da UERR, pelo incentivo e grande ajuda para a realização deste trabalho.

À Universidade Estadual de Roraima, por nos proporcionar esta oportunidade.

Analisando-me à tarde, descobro que o meu sistema de estilo assenta em dois princípios, e imediatamente, e à boa maneira dos bons clássicos, erijo esses dois princípios em fundamentos gerais de todo estilo: dizer o que se sente exatamente como se sente — claramente, se é claro; obscuramente, se é obscuro; confusamente, se é confuso —; compreender que a gramática é um instrumento, e não uma lei.

Fernando Pessoa (s/d p.362)

## RESUMO

Este trabalho objetiva discutir o processo de nominalização, abordando aspectos analíticos dentro da estrutura de formação de palavras por derivação, mostrando a possibilidade de generalização, unindo as nominalizações deverbais com as provindas de adjetivos, que seria a nominalização de predicadores, e não de verbos e adjetivos separadamente. A pesquisa preocupa-se sobre como o processo de nominalização pode afetar o estilo e clareza dos textos acadêmicos de alunos dos cursos de graduação. Assim, o trabalho fundamenta-se na interação conceitual, perpassando pelos estudos morfológicos; busca recursos com autores que possuem viés para o funcionalismo cognitivo e pelos aspectos da coesão direta por nominalizações deverbais, e indireta (enunciação) por nominalizações provindas de adjetivos; além de questionar nominalizações dispensáveis no texto, chamadas de “zumbis”. Embasa-se em Basílio (1980, 1989), Rocha (1998, 1999), Abreu (2003, 2018) e Koch (1992, 2002, 2015, 2016). O método inclui pesquisa bibliográfica e de campo, de natureza qualitativa, sob a hipótese de que o trabalho com as nominalizações nas produções acadêmicas pode ser uma ferramenta para tratar com a clareza e a estética dos textos de alunos do nível superior, objeto de estudo desta pesquisa. O processo metodológico da pesquisa parte da orientação sobre o tema a uma turma do curso de Direito da Universidade Estadual de Roraima (UERR), utilizando sequência didática desenvolvida em encontros acadêmicos. Após as produções, as análises tiveram como foco o uso apropriado das nominalizações como recursos estilísticos e de clareza, ou como formas inapropriadas, nomeadas de “zumbis”.

**Palavras-chaves:** Nominalização. Coesão textual. Produção Acadêmica.



## ABSTRACT

This work aims to discuss the nominalization process, studying analytical aspects within the structure of derivative word formation, showing the possibility of generalization, uniting the nominalizations with adjectives, which would be the nominalization of predicators, not verbs, and adjectives separately. The research problem: how the nominalization process can affect the style and clarity of undergraduate students' academic texts. The work is based on a conceptual interaction, passing through the morphological studies; it seeks resources from authors who are biased towards cognitive functionalism and the aspects of direct cohesion by obligatory nominalizations, and indirect (enunciation) by adjectives nominalizations; besides questioning expendable nominalizations in the text, called "zombies". It is based on Basílio (1980, 1989), Rocha (1998, 1999), Abreu (2003, 2018) and Koch (1992, 2002, 2015, 2016). The method includes qualitative bibliographic and field research under the hypothesis that the work with nominalizations in academic productions can be a tool to deal with the clarity and aesthetics of the texts of higher-level students, object of study of this research. The methodological process of the research starts from the orientation on the subject to a class of the law course of the State University of Roraima (UERR); After the productions, the analyzes focus on the use of nominalizations as stylistic and clarity resources, or as so-called "zombies" forms.

Keywords: Nominalization. Textual cohesion. Academic production.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ocorrências de nominalizações nas produções textuais.....	63
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>SD</b>	Sequência didática
<b>SN</b>	Sintagma nominal

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CAPÍTULO I – NOMINALIZAÇÃO, O QUE É?.....	17
2.1 O conceito de nominalização na visão das gramáticas normativas.....	17
2.2 As discussões linguísticas a partir dos conceitos apresentados pelas gramáticas.....	20
2.3 Revisitando as pesquisas sobre nominalização.....	30
3 CAPÍTULO II – A INTERAÇÃO DA LINGUAGEM NOS TEXTOS PELOS PROCESSOS COESIVOS.....	36
3.1 Referências à coesão textual.....	37
3.2 A referenciação e o objeto de discurso.....	40
3.3 As nominalizações e suas funções cognitivo-discursivas na organização do texto.....	42
3.4 A nominalização e os gêneros textuais.....	48
3.5 A nominalização, o interdiscurso e as expressões formulaicas.....	50
4 CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	52
4.1 Apresentação da metodologia: pesquisa-ação.....	52
4.2 Contexto da pesquisa e atividades elaboradas.....	55
5 CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS TEXTOS.....	58
5.1 Análise dos textos jornalísticos.....	58
5.2 Análise dos textos acadêmicos.....	62
5.2.1 Descarte de argumentos.....	65
5.2.2 Retomada por coesão textual.....	74
5.2.3 Interdiscurso.....	78
5.2.4 Nominalizações zumbis.....	79
5.3 Exemplo de análise de texto em relação ao uso das nominalizações.....	83
CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90
ANEXOS.....	94
ANEXO I - Textos do jornal “O Estado de São Paulo”.....	95
ANEXO II – Atividade desenvolvida com alunos para produção textual.....	102
ANEXO III – Textos dos acadêmicos.....	105

## 1 INTRODUÇÃO

Durante vários anos, a escrita acadêmica tem sido estudada em muitas perspectivas. A partir daí, entende-se que linguagem e contexto possuem uma relação mútua e entrelaçada, ao mesmo tempo em que a língua é construída pelo contexto social em que está inserida. Assim, os componentes contextuais como as escolhas linguísticas de cada falante ajudam no uso da linguagem para os diferentes propósitos comunicativos.

Numa visão sistêmica, a língua é organizada ao redor de escolhas de caracterização semântica e essas escolhas se acoplam a componentes léxico-gramaticais específicos. E é nessa especificidade – que leva à construção de um discurso com ideias mais abstratas – que se situa o uso de nominalização em lugar de processos verbais.

Isso ocorre quando o aluno se prepara para a redação do vestibular, principalmente no ensino médio e em cursinhos. Nesse momento, ele começa a lidar com uma linguagem mais abstrata tanto na produção quanto na compreensão textual. Nesse contexto, as nominalizações vão aparecendo como importantes ferramentas de escrita, estabelecendo-se como elemento coesivo na elaboração do texto. Entretanto, isso pode gerar muitos efeitos colaterais negativos, o que traz a necessidade de um estudo mais acurado desse procedimento.

Por isso, este trabalho tem como objetivo discutir o processo de nominalização, abordando não apenas a derivação deverbal, mas também uma generalização desse fenômeno, incluindo as nominalizações derivadas de adjetivos, categorizando ambas como nominalização de predicadores. A fundamentação teórica será a linguística textual dentro da proposta funcionalista.

A tese terá como objetivos específicos: descrever os tipos de derivação, incluindo as provindas de adjetivos; identificar os aspectos funcionais na construção do texto, com o apoio da coesão textual direta e trabalhar com as nominalizações nomeadas de *zumbis*, apontando as implicações pedagógicas relacionadas ao uso desse recurso no ensino e na aprendizagem do processo da escrita.

Segundo Rocha (1999), a nominalização é um fenômeno morfológico, que consiste na formação de nomes a partir de verbos, justamente pelo alto grau de regularidade das formações sufixais. E, mesmo que a nominalização tenha sido amplamente discutida na década de 70, quando a morfologia foi tomada como

objeto de estudo dentro da Teoria Gerativa, principalmente no âmbito dos estudos lexicais, este trabalho não tem a pretensão de relatar os modelos de descrição lexical, pois a intenção é verificar o funcionamento da nominalização como uma ferramenta de escrita no discurso acadêmico universitário. Assim, as abordagens teóricas partem dos conceitos da gramática descritiva, segundo as concepções de Basílio (1980, 1989, 2004) e se concentrando na textualidade, com o viés da cognição e do uso.

A Linguística Textual, na década de 60 do séc. XX, voltava-se para a descrição dos fenômenos sintáticos e semânticos dos enunciados e para a sequência de enunciados. Com o passar do tempo, a atenção foi dada às questões referentes à Teoria do Texto. Procurava-se estudar o texto na sua constituição, funcionamento, produção e compreensão, o que levou a conceituá-lo como um conjunto de condições de produção, recepção e interpretação, estendendo-se, portanto, ao contexto.

Nos anos 80, tornam-se relevantes os estudos sobre os elementos textuais, a coerência e a coesão textual. Assim, como o enfoque que será dado nesta tese se refere mais à área da cognição, com ênfase no processamento do texto, tornam-se salutaras as noções da tipologia textual e gênero textual. Além disso, o texto aqui não será visto como um produto, mas como um processo de planejamento, verbalização, refazimento e construção.

Portanto, a pergunta que permeia toda a pesquisa é: Qual a tradição de se trabalhar a nominalização? Até agora, o tema foi abordado apenas de maneira analítica conforme nos mostram as gramáticas do português, sendo um pouco discutido na parte da morfologia, no quadro de formação de palavras, e também no quadro da divisão de classes de palavras, em que apenas se conceituam os substantivos abstratos, sem ao menos referir-se à nominalização.

A gramática normativa aborda a nominalização dentro dos processos de formação de palavras, no capítulo de derivação sufixal e regressiva. Na parte das classes de palavras, especificamente nos substantivos, fala-se sobre o substantivo abstrato apenas no seu aspecto morfológico e, em nenhum momento, considera-se o substantivo abstrato como produto de uma nominalização.

Basílio (1989, p.73) amplia as referências à nominalização ao nomeá-las como um “conjunto de processos que formam substantivos a partir de adjetivos e, sobretudo, de verbos”. Em sequência, a autora discute em seus estudos a função

discursiva, destacando a função de atitude subjetiva e a função textual, conforme veremos mais adiante.

Além disso, Basílio (1989) também ressalta a função mista da nominalização, por apresentar um aspecto sintático e exercer função textual, possibilitando a referência a um processo verbal, assim como a um evento, uma ação, um estado. E nomeia as funções descritas como predicadora e designadora e, uma outra, que seria a função anafórica. Assuntos teóricos que serão tema de discussão nesta tese.

As hipóteses que norteiam essa pesquisa diz respeito a seguintes questões: Os substantivos abstratos podem ser usados em situações em que não se podem revelar todos os argumentos do predicador de que se originam. Podem também ser usados para retomar toda uma oração anterior, como elementos coesivos textuais.

Explicitando melhor essas hipóteses, podemos dizer que, em primeiro lugar, usa-se a nominalização para descartar o agente, o objeto ou os dois. Numa situação em que não se quer ou não precisa usar os argumentos, a nominalização seria uma ferramenta. Segundo Abreu (2003, p. 269) “quando transportamos o significado de um verbo para a classe dos substantivos, criando o substantivo abstrato, esse substantivo não precisa mais carregar todos os argumentos do verbo original.”

Em segundo lugar, em certas situações é preferível usar verbos suportes, como por exemplo: Em vez de dizer: (1) *Minha mãe foi comprar no shopping.* \* que seria uma frase mal-formada, diz-se (2) *Minha mãe foi fazer uma compra.*

Usa-se o verbo suporte “fazer”, nesse último caso. Na oração (2), o substantivo abstrato “compra” elimina a necessidade de um complemento. Isso acontece, segundo Abreu, porque os verbos, assim como os adjetivos, por serem predicadores, possuem um conjunto de “lugares vazios” que compõe a estrutura argumental desses verbos ou adjetivos e que precisam ser preenchidos, quando construímos uma oração.

Por último, a nominalização pode ser utilizada como um recurso coesivo, para recuperar o que foi dito. A forma nominal permite a retomada anafórica do processo verbal e as informações relacionadas a ele, compactando informações já apresentadas àquelas que ainda não serão mencionadas. Assim, parece adequado afirmar que as relações coesivas realizadas por nominalizações são de extrema importância para o estabelecimento da cadeia coesiva.

Tendo em vista o melhoramento da escrita de textos acadêmicos, a nominalização é um recurso produtivo para esse fim, pois a produção de escrita no

meio acadêmico é permeada de uma estrutura linguística vinculada ao discurso científico, caracterizado pela informação qualificada e por um vocabulário especializado e formal.

Conforme Eggins (2004), a nominalização é uma característica dos discursos formais. Segundo a autora, a nominalização tem duas vantagens textuais: a organização retórica e o aumento da densidade lexical.

Pela organização retórica, a linguista afirma que a nominalização nos permite afastar-nos da fala e, geralmente, do mundo real que acompanha a fala. Além disso, a nominalização empacota os conteúdos lexicais na sentença, transforma os verbos em nomes, intensificando a densidade lexical.

Entretanto, alguns autores como Sword (2012) e Pinker (2016) consideram a nominalização como uma arma perigosa, pois transforma qualquer coisa num nome. Segundo eles, a regra de nominalização transforma, muitas vezes, um verbo ativo em substantivo sem vida, acrescentando sufixos; daí terem chamado essas nominalizações de “nominalizações zumbis”. É o que acontece, por exemplo, em uma frase como: (3) *Esses equipamentos são muito bons para a **descoberta e tratamento** de doenças.*

Parece um tanto óbvio que usar os verbos, no lugar de suas nominalizações, levaria a um texto mais claro e conciso, como em: (4) *Esses equipamentos são muito bons para **descobrir e tratar** doenças.*

Diante desses apontamentos teóricos e para confirmar ou não as hipóteses levantadas, a pesquisa abordou dois momentos: o da revisão bibliográfica, buscando a discussão de autores sobre o assunto em questão e a pesquisa qualitativa, em relação às questões metodológicas. O *corpus* da pesquisa são os textos acadêmicos de alunos do curso de Direito. Foram ministradas aulas sobre o estudo da nominalização, na perspectiva de seu uso na elaboração de textos, passando por uma sequência de atividades, envolvendo a tipologia textual dissertativa e o gênero dissertativo-argumentativo, e o produto foi a produção textual.

Assim, para se discutir as questões citadas, a tese se estruturou em quatro capítulos. No primeiro capítulo intitulado “Nominalização, o que é?”, apresenta-se o conceito de nominalização a partir das gramáticas do português e as discussões linguísticas surgidas a partir desses conceitos. Discutem-se também as classificações dadas às nominalizações como denominadoras e predicadoras. No segundo capítulo, é feito um breve estudo sobre a coesão textual direta e indireta,



pois, na análise da função anafórica das nominalizações, tem-se que recorrer à linguística textual. Esse capítulo tem como título: “A interação da linguagem nos textos pelos processos coesivos” e é dividido em quatro subtópicos. Já no terceiro capítulo, intitulado “Metodologia”, mostramos a metodologia aplicada na elaboração do processo da escrita com os acadêmicos do curso de Direito, o que foi realizado por meio da pesquisa-ação, explicando uma sequência didática para realização do produto final. O quarto capítulo contém as análises dos textos, tendo como foco o uso das nominalizações. Por fim, as conclusões são apresentadas, bem como as possibilidades de pesquisas futuras. Às considerações finais, prosseguem-se as referências bibliográficas citadas ao longo da tese e os anexos.

## 2 CAPÍTULO I – NOMINALIZAÇÃO, O QUE É?

### 2.1 O conceito de nominalização na visão das gramáticas normativas

Neste capítulo, faremos uma análise da visão tradicional da nominalização, dentro da nossa tradição gramatical e linguística. No seu sentido restrito, nominalização é o processo pelo qual os falantes de uma língua buscam utilizar o sentido de qualquer classe gramatical na classe dos substantivos. De acordo com Rocha (1999), a derivação de nomes em português se dá com diferentes sufixos: -ção, -mento, -ura, -ncia, -agem, -da, -aço etc., além do morfema zero. Exemplos: doar-doação; planejar-planejamento; bater-batida; listar-listagem; escrever-escritura; garantir-garantia; analisar-análise. Temos aqui exemplos de derivação sufixal, e o último, de derivação regressiva.

Rocha(1999, p.125) define a nominalização como “a criação de um substantivo a partir de qualquer categoria que não seja substantivo”. Nos exemplos a seguir, envolvendo diversas classes gramaticais e poderemos constatar que, em princípio, qualquer palavra, expressão ou oração podem ser substantivadas. Exemplos retirados de textos acadêmicos produzidos por alunos de Direito do 1º período.

(1) ...um pouco longe do centro... (advérbio → substantivo)

(2) Então, surgiu um velho, conhecido da família...(adjetivo → substantivo)

Sem essa vírgula, *velho* seria apenas um adjetivo modificando *conhecido*.

(3) pergunta aos outros sócios do porquê de notas...(pronome substantivo)

Outros exemplos poderiam ser dados como:

(4) O americano médio é conservador. (adjetivo → substantivo)

(5) O andar dela é muito bonito. (verbo → substantivo)

(6) Um não honesto é melhor do que um sim desonesto. (advérbios → substantivos)

(7) O agora é mais importante do que um depois. (advérbios → substantivos)

Algumas vezes, a nominalização pode até mesmo gerar substantivos próprios como na peça de Gil Vicente, *Todo o Mundo e Ninguém*, publicada em 1532.

(8) **Ninguém**: Que andas tu buscando?

**Todo-o-mundo**: Mil cousas ando a buscar: delas não posso achar, porém ando porfiando, por quão bom é perfiar.

**Ninguém**: Como hás nome, cavaleiro?

*Todo-o-mundo: Eu hei nome Todo-o-Mundo, e meu tempo todo inteiro sempre é buscar dinheiro e sempre nisto me fundo.*

*Ninguém: Eu hei nome Ninguém, e busco a consciência.*

*Berzebu: Esta é boa experiência! Dinato, escreve isto bem.*

*Dinato: Que escreverei, companheiro?*

*Belzebu: Que Ninguém busca consciência e Todo-o-Mundo dinheiro.*

*Ninguém: E agora, que buscas lá?*

*Todo-o-Mundo: Busco honra muito grande.*

*Ninguém: E eu virtude, que Deos mande que tope co'ela já.*

*Belzebu: Outra adição nos acude: escreve logo i a fundo, que busca honra Todo-o-Mundo, e Ninguém busca virtude.*

*Ninguém: Buscas outro mor bem qu'esse?*

*Todo-o-Mundo: Busco mais quem me louvasse tudo quanto eu fizesse.*

*Ninguém: E eu quem me reprendesse em cada cousa que errasse.*

*Belzebu: Escreve mais.*

*Dinato: Que tens sabido?*

*Belzebu: Que quer em extremo grado Todo-o-Mundo ser louvado, e Ninguém ser repreendido.*

Essa nominalização que transforma qualquer classe de palavras na classe dos substantivos, sem acrescentar nem prefixos nem sufixos, é morfologicamente denominada de “derivação imprópria ou conversão”. Segundo Cunha e Cintra (1985), as palavras mudam sua classe gramatical sem mudar sua forma, devido ao artigo que se antepõe ao vocábulo da língua, o que o torna um substantivo, e chama a esse processo de enriquecimento vocabular, explicando a passagem de substantivos próprios a comuns; de substantivos comuns a próprios; de adjetivos a substantivos; de substantivos a adjetivos; de substantivos, adjetivos e verbos a interjeições; de verbos a substantivos; de verbos e advérbios a conjunções; de participios (presentes e passados) a preposições; de participios (passados) a substantivos e adjetivos.

Entretanto, no final da explicação, os autores fazem a seguinte citação:

A rigor, a DERIVAÇÃO IMPRÓPRIA (também denominada CONVERSÃO, HABILITAÇÃO OU HIPÓSTASE por linguistas modernos) (maiúsculas do autor) não deve ser incluída entre os processos de formação de palavras que estamos examinando, pois

pertence à área da semântica e não à da morfologia. (CUNHA e CINTRA, 1985, p.104)

Uma das nominalizações mais frequentes é aquela que provém de verbos, os deverbiais. Podemos exemplificá-las assim:

- a) Por derivação sufixal, em que temos a criação de um substantivo abstrato, de valor funcional.

Compensar → compensação

Ventilar → ventilação

Abordar → abordagem

Derrapar → derrapagem

Abstrair → abstração

Alfabetizar → alfabetização

- b) Por derivação regressiva, como em:

Pescar → pesca

Vender → venda

Podemos ler, em Cunha e Cintra (1985, p.102), que a derivação regressiva “consiste na redução da palavra derivante por uma falsa análise de sua estrutura”. Ou melhor, analisa-se o verbo *chorar*, por exemplo, sendo derivado por meio da terminação *-ar* de um substantivo primitivo e, dessa forma, cria-se *choro*.

Bechara (2004, p.370) apresenta uma explicação parecida, acrescentando que a derivação regressiva ou deverbal “consiste em criar palavras por analogia, pela subtração de algum sufixo, dando a falsa impressão de serem vocábulos derivantes: de atrasar tiramos atraso; de embarcar, embarque; de pescar, pesca; de gritar, grito”.

Ainda, segundo Cunha e Cintra (1985, p.103), nem sempre é fácil saber se o substantivo deriva do verbo ou se ele se origina do substantivo, e adota um critério prático, sugerido pelo filólogo Mário Barreto, “se o substantivo denota ação, será palavra derivada, e o verbo palavra primitiva; mas, se o nome denota algum objeto ou substância, verificar-se-á o contrário.”

A nominalização também pode vir de adjetivos como em:

irresponsável → irresponsabilidade

belo → beleza

feliz → felicidade

Esse fenômeno para Bechara (2004, p.145) recebe o nome de substantivação, no qual o adjetivo prescinde do substantivo que o podia acompanhar, ou então é

tomado em sentido muito geral e indeterminado, não marcado, caso em que se usa o masculino, como podemos verificar em (9):

(9) *O bom da história é que não houve fim.*

Esse termo “substantivação” também é usado por Neves (2018, p.76), ao falar de derivação imprópria ou conversão, especificamente como o “primeiro processo responsável pela mudança categorial sem mudança de forma”.

As nominalizações aparecem também nas gramáticas de Cunha e Cintra (1985) e Cegalla (2008), como processo de derivação regressiva, na criação de substantivos deverbais ou pós-verbais. Já Azeredo (2000, p. 211) nomeia como nominalizadoras as conjunções integrantes que transpõem a oração à condição de substantivo.

Enfim, ao se pesquisar em gramáticas normativas sobre o processo de nominalização, apenas se encontra essa abordagem classificatória sobre os processos de formação de palavras, conforme apresentamos, e nada é referido nos capítulos sobre classes de palavras, quando se trata dos substantivos abstratos. Os substantivos abstratos praticamente são formados por derivação, a partir de verbos e adjetivos, o que os caracteriza como nominalizações.

## **2.2 As discussões linguísticas a partir dos conceitos apresentados pelas gramáticas**

Segundo Rocha (1999), pode-se falar em duas caracterizações para a nominalização. A nominalização *stricto sensu*, que é um fenômeno morfológico, consiste na formação de nomes a partir de verbos, o que ele considera como um “exemplo típico de padrão lexical, ou seja, do alto grau de regularidade das formações sufixais”. Exemplificando, podem-se citar: *preparar – preparação; aprender – aprendizagem; subir – subida*. Essa seria a característica do que o autor chama de nominalização *stricto sensu*. Já a nominalização *lato sensu* inclui casos de derivação sufixal, incluindo a derivação regressiva.

Rocha (1999), em seu artigo sobre a nominalização no português do Brasil observa que o termo nominalização, se desconsiderado externamente à morfologia lexicalista, pode ter interpretações ambíguas, pois o significado da palavra é simplesmente o fato de transformar um verbo ou adjetivo em nome. Entretanto, se considerarmos o conceito *lato sensu*, temos nomes formados a partir de verbos

como *jogador*, *fabricante* e *lavatório* que não se poderia incluir nessa visão de processo.

Assim, o autor sugere um teste a fim de se constatar as propriedades que caracterizariam melhor o fenômeno da nominalização, a saber, *o nome formado a partir de verbos refere-se, na maior parte das vezes, ao ato de "X"*. A estrutura seria: *sujeito + verbo + complemento (se houver), (mas) esse Y... (sendo Y a forma nominalizada de verbo)*.

Neste trabalho, assim como Rocha(1999), não nos preocuparemos com as formas lexicalizadas e nos concentraremos apenas nos processos produtivos. As formas cristalizadas não serão consideradas, tendo em vista serem elas objeto de uma investigação estritamente morfológica, o que não é o objetivo deste trabalho.

Portanto, a pergunta que irá permear toda a pesquisa será: Qual a tradição de se trabalhar a nominalização? Até agora, o termo foi abordado apenas de maneira analítica, conforme nos mostram as gramáticas normativas, sendo um pouco discutido na parte da morfologia, no quadro de formação de palavras e um pouco, na divisão de classes de palavras, em que apenas se conceituam os substantivos abstratos, sem ao menos se referir ao processo da nominalização e sua funcionalidade. A gramática aborda a nominalização dentro dos processos de formação de palavras, no capítulo de derivação sufixal e regressiva, não citando a derivação imprópria. Na parte das classes de palavras, especificamente nos substantivos, fala-se sobre o substantivo abstrato apenas no seu aspecto morfológico e, em nenhum momento, considera-se o uso dos substantivos abstratos em sua funcionalidade dentro do texto.

Segundo Basílio (1989, p. 73), a nominalização refere-se “ao conjunto de processos que formam substantivos a partir de adjetivos e, sobretudo, de verbos”. A autora aborda em seus estudos a função discursiva, destacando a função de atitude subjetiva e a função textual. A primeira função envolve atitudes subjetivas em relação ao objeto do enunciado e a segunda refere-se à adequação de itens e/ou classes lexicais e/ou gramaticais ao tipo de discurso e à construção do enunciado. A autora esclarece que, em relação à estrutura textual, a nominalização permite a compreensão de um texto com encaixamentos múltiplos. E elucida com este exemplo:

(10) *A constatação da efetividade da declaração de independência levou à certeza da objetividade da luta contra a proliferação de reuniões de revoltosos.* (BASÍLIO, 1989, p. 77).

Acrescenta que uma das funções da nominalização seria a de tornar uma ideia verbal passível de ser sujeito de verbos que não permitiriam estruturas verbais como sujeito. Além dessa função, a nominalização também marca o discurso formal escrito, em que predominam dados, fatos, fenômenos e relações.

Basílio (1989) também ressalta a função mista da nominalização, por apresentar um aspecto sintático e exercer função textual, possibilitando a referência a um processo verbal, assim como a um evento, uma ação, um estado.

Avançando em seus estudos, Basílio (2004) nomeia assim as funções descritas em predicadora e designadora e acrescenta uma outra que seria a função anafórica. A função predicadora corresponde à adaptação do verbo a contextos sintáticos que exigem substantivos, que estaria relacionada à motivação gramatical, e a designadora corresponde à necessidade de utilizar o significado do verbo para denotar seres ou entidades, equivalendo à motivação semântica. Já a função anafórica diz respeito ao uso da nominalização para fazer referência a uma estrutura verbal anteriormente utilizada no texto, o que seria uma motivação textual.

Desse cenário, decorre o interesse em apresentar os substantivos abstratos e o processo de derivação sufixal, formando deverbais, na classe dos predicadores, não só por meio de verbos, mas também de adjetivos, e explorar a funcionalidade da nominalização em textos acadêmicos.

A primeira pergunta a fazer é por que os falantes de uma língua natural utilizam a nominalização, gerando substantivos abstratos? A primeira resposta que nos surge à mente é porque esses falantes têm necessidade, em algum momento da construção de seus textos, de utilizar o significado de verbos e adjetivos na classe dos substantivos. Mas, aí surge uma outra pergunta: por que os falantes precisam utilizar o significado de verbos e adjetivos na classe dos substantivos? Uma primeira resposta a essa segunda pergunta seria a necessidade de omitir os argumentos<sup>1</sup> originais de verbos e adjetivos. Omitimos todos os argumentos, quando queremos utilizar o significado de um predicador<sup>2</sup>, de forma geral, como em:

(11) *As vendas terão um aumento de 15% no próximo Natal.*

(12) *A tristeza, se não tratada a tempo, costuma levar à depressão.*

---

1 Segundo Abreu (2018, p. 422) o verbo possui uma estrutura argumental. Assim, quando pensamos em um verbo, além de entendermos o seu significado, associamos a ele dois argumentos, a saber, um agente, aquele que desencadeia a ação e um objeto afetado, aquilo que sofre alguma alteração mediante uma ação.

2 Ainda segundo Abreu (2018, p.423) o verbo possui *status* de predicador, assim como os substantivos abstratos e os adjetivos.

Na primeira frase (11), não temos necessidade de dizer quem vende nem o que será vendido. O substantivo abstrato, conforme afirmação de Abreu (2018) possui uma estrutura argumental com “dois lugares” a serem preenchidos, um agente, aquele que vende e um objeto afetado, aquilo que é vendido. Portanto, substantivos abstratos podem ser predicadores. Na segunda (12), não temos necessidade de dizer quem experiencia a tristeza.

Muitas vezes, omitimos um argumento apenas. Se dissermos uma frase como: (13) *Minha filha foi ao mercado comprar*, o interlocutor certamente “cobrará” o objeto afetado. O que ela foi comprar. Mas, se nominalizarmos o verbo, dizendo: (14) *Minha filha foi ao mercado fazer compras*, não acontecerá essa cobrança, pois o argumento, objeto afetado, foi descartado. O verbo *fazer*, nesse caso, é chamado de verbo suporte.

Basílio (1989) discute mais detalhadamente os processos de formação de palavras e aponta a derivação regressiva como processo de nominalização em português. Segundo a autora, o que caracteriza a derivação regressiva é o fato de uma palavra nova ser formada pela supressão de um elemento, ao invés de ser formada por acréscimo.

Ao tratar da derivação regressiva deverbal, Basílio(1989) cita dois problemas, um deles se refere à questão morfológica e o outro, à questão semântica. A questão morfológica é a dúvida em se considerar as formações deverbais como derivações regressivas, pois não há um padrão a ser seguido e a questão semântica se refere à dificuldade de se determinar a direção do processo de formação, ou seja, se o nome deriva do verbo ou o verbo do nome.

Não é fácil determinar, com exatidão, se um nome é, de fato, derivado de verbo e de adjetivo – nomes deverbais e deadjetivais –, ou se, na verdade, se trata de um nome básico, por meio do qual verbos e adjetivos podem ser formados. Se, por outro lado, esses nomes são tratados como itens lexicais com entrada específica no léxico, embora ainda haja correspondência sintático-semântica com o verbo ou adjetivo, obviamente, não há razão para chamá-los de derivados.

Segundo as gramáticas normativas, a distinção se dá quando o significado é de ação, como em *lutar – luta*, em que o nome deriva do verbo. Todavia, quando o significado é um objeto concreto, o substantivo é básico e, então, o verbo deriva do nome, com em *garrafa – engarrafar*.



Essa explicação bastaria, se não fossem os substantivos que não significam nem uma ação e nem um objeto concreto como os substantivos *atraso* e *demora*. O correto seria *atraso – atrasar* ou *atrasar – atraso*; *demora – demorar* ou *demorar – demora*?

Conforme explica Basílio (1989, p. 42), o que importa na determinação de uma formação como deverbal ou não é a relação sintático-semântica entre verbo e a forma nominalizada. “A formação deve ser considerada como deverbal quando puder ser usada com sentido verbal.”

Uma vez que a formação de substantivos a partir de verbos é muito mais produtiva, a ênfase deveria recair nas exigências sintático-semânticas do discurso, ou seja, na contribuição para a construção de textos.

Assim, podem-se considerar as funções múltiplas simultâneas dos vários processos de nominalização. Embora, segundo Basílio (1989), se possa observar isoladamente uma função sintática na nominalização de verbos, como no exemplo dado pela autora em que há uma correspondência entre a estrutura verbal (15) e a estrutura nominal (16).

(15) *O governo queria que a economia crescesse a qualquer custo.*

(16) *O governo queria o **crescimento** da economia a qualquer custo.*

Basílio (2004) aponta três motivações para a formação dos substantivos deverbais: semântica, gramatical e textual. A motivação semântica explica noções verbais de forma geral. Dentre os exemplos citados, temos a palavra “criação” no lugar de “criar”, mostrando que a ênfase é dada à semântica verbal e põe à parte as noções predicadoras que são veiculadas pelo verbo, como tempo, modo, número e pessoa. Temos aí uma nominalização com função designadora. Esta motivação corresponde à necessidade de utilizar o significado do verbo para denotar seres ou entidades, o que se pode ilustrar com este exemplo: (17) *Já entreguei sua **redação**.*

Em (17), **redação** foi utilizada para denotar um texto escrito, eliminando qualquer contexto verbal particular. Portanto, essa nominalização seria um exemplo de função designadora. *Redação* é, nesse caso, um substantivo concreto.

Já a motivação gramatical possibilita usar o verbo em estruturas que, na sintaxe, impõem um substantivo, exercendo a função predicadora, uma vez que a nominalização não só apresenta características de substantivo, mas também apresenta características de predicação, simultaneamente, como em (18), em que o

nominal “redação” é interpretado semanticamente como “ato de redigir”, o que indica uma interpretação verbal com função predicadora.

(18) *A redação da tese não foi bem formulada.*

Por último, a motivação textual aborda as questões discursivas na elaboração do texto e atua como uma função anafórica. Segundo Zamponi (2003, p. 215), a nominalização “tem uma função organizacional de indicar ao leitor exatamente a sequência de discurso que deve ser interpretada”. Vejamos o trecho abaixo:

O presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, afirmou ter abusado sexualmente de uma empregada doméstica quando ele era adolescente. A fala aconteceu em discurso a autoridades locais no último sábado, 29, e foi condenada por grupos de mulheres. (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 31.12.2018)

Nesse trecho, o substantivo abstrato *fala*, nominalização do verbo *falar* encapsula todo o conteúdo da oração anterior, o fato de o presidente das Filipinas ter falado que abusara de uma empregada doméstica, durante sua adolescência.

Vejamos um outro texto:

O ouro foi durante muito tempo o mais valioso dos metais preciosos, até que, de repente, deixou de ser. No mês passado, pela primeira vez em 16 anos, foi superado por um rival obscuro e muito menos sensual chamado paládio. Ele registrou uma alta recorde no dia 12 de dezembro, antes de se fixar em 1.255,12 dólares a onça no fechamento do mercado em Londres, no dia 13 de dezembro, segundo dados da SP Angel, uma companhia de pesquisa de investimentos. [...]. Foi uma **vitória** impressionante ajudada pelas oscilações da economia, pela legislação de combate à poluição, as campanhas dos sindicatos dos trabalhadores nas minas e as negociações comerciais internacionais. (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 31.12.2018)

Nesse texto, o substantivo *vitória*, nominalização do verbo *vencer*, recupera toda a narrativa anterior que trata do fato de o paládio ter registrado cotação maior que o ouro, em dezesseis anos.

Outra função da nominalização se refere à estrutura textual. Basílio (1989) apresenta as nominalizações na utilização de encaixamentos múltiplos sem prejudicar a informação, como apresentado no exemplo 10 anteriormente, que utiliza nove nominalizações, empregando a recursividade.

Ressalta-se, assim, o papel da nominalização na construção de estruturas globais do enunciado, principalmente no discurso formal escrito. Daí, a adequação ao tipo de discurso como uma outra função da nominalização, privilegiando-se o

discurso científico, uma vez que ele se importa com dados, fatos, fenômenos, relações, predominando a estrutura nominal.

Basílio (1989) considera que a formação de nomes a partir de verbos é mais produtiva do que o contrário. Além disso, observa que, em casos de nominalização, há uma relação sintático-semântica entre o verbo e a forma nominalizada: uma forma pode ser considerada como deverbal se puder ser usada com sentido verbal. Assim, tendo em vista esse critério, na construção: (20) *A reforma da casa de Maria foi demorada*, o nome *reforma* pode ser considerado como uma formação deverbal, já que pode ser interpretado como derivado do predicado verbal: (21) *Maria reformou a casa*.

Para Basílio (1989), os nomes abstratos formados a partir de verbos servem para atender a exigências sintático-semânticas do discurso, o que justifica a enorme produtividade dos processos de substantivização de verbos. Argumenta ainda que verbos apresentam estrutura argumental própria, enquanto nomes podem ou não apresentar uma estrutura argumental; e propõe que, havendo correspondência de estrutura argumental entre verbos e nomes, esses nomes sejam considerados deverbais.

Apesar disso, a autora considera a estrutura argumental um critério insuficiente para definir se o que se tem é um caso de nomes deverbais (e acrescentam-se aqui os deadjetivais) ou de verbos denominais, já que a correspondência com estrutura argumental se mantém nos dois casos.

Castilho (2014), a fim de explicar como se criam os deverbais, substantivos que se derivam de verbos, conceituou-os como o processo de nominalização (transformação de determinadas classes em substantivos e em adjetivos), e mostrou a nominalização como um exemplo fiel da gramaticalização.

A partir disso, Castilho (2014) passou a elencar os processos<sup>3</sup> pelos quais resultam os substantivos. São eles:

- a) Apagamento do morfema de infinitivo e adição das vogais temáticas; exemplo: volta – amparo – combate – desperta
- b) Apagamento do morfema de infinitivo e adição de sufixos que denotam ação ou resultado, exemplos: chegada, vingança; agente ou instrumento da ação, exemplos: agressor, jogada; lugar ou instrumento da ação, exemplo:

---

3 Para mais informações sobre os processos abordados por Castilho (2014), consulte a *Gramática do Português Brasileiro*, informada na bibliografia ao final da tese.

bebedouro, vomitório; resultado da ação, exemplos: atadura, formatura; ação, resultado ou instrumento da ação, exemplos: nomeação, traição; acolhimento, ferimento; ornamento.

- c) Toda uma sentença subordinada pode ser transformada em substantivo, como por exemplo:

(22) a. *Previmos que a tempestade chegaria.*

b. *Previmos a chegada da tempestade.*

Outras classes gramaticais podem ser nominalizadas, apenas por meio da colocação do artigo. A reflexão que nos interessa com a abordagem de Castilho (2014) é o questionamento que o autor faz em relação às propriedades dos verbos que são derivados para substantivos. Ele observou que os substantivos deverbais conservam o esquema de transitividade dos verbos de que derivam. Portanto, se um verbo é monoargumental produzir-se-ão substantivos monoargumentais, se biargumentais, produzir-se-ão substantivos biargumentais. Verbos triargumentais produzem substantivos triargumentais.

Os monoargumentais possuem propriedades atributivas, existenciais, como por exemplo o verbo *existir*, cuja nominalização é existência. Veja: Maria existe. Pode ser transformado para: A existência de Maria.

Os biargumentais já inserem as características dos verbos transitivos diretos e os transitivos oblíquos, como em: Cabral descobriu o Brasil, que poderia ficar como: A descoberta do Brasil por Cabral. Ou, o homem foi à lua, por: A ida do homem à lua.

E, por fim, os verbos triargumentais, como, por exemplo, o governo doou terra aos lavradores, que ficaria: a doação de terras aos lavradores pelo governo.

Portanto, em relação a essa estrutura argumental dos substantivos, Castilho (2014, p.459) apresenta vários exemplos de formação de sintagmas nominais, nos quais o núcleo é formado por substantivos deverbais. A saber:

a) Monoargumentais: aparecimento de Fulano.

b) Biargumentais: diminuição das taxas pela Prefeitura.

c) Triargumentais: doação dos livros aos alunos pelos professores.

As classes de verbos são mantidas mesmo após a nominalização, apesar de o sujeito ser elidido. Além disso, uma boa parte dos deverbais elide seus argumentos, como por exemplo: (23) *O réu fez a mesma afirmação.*

Dando continuidade à discussão, Castilho (2014) também constata que há substantivos deverbiais que remetem à operação e ao resultado, como em: (24) *A construção do prédio está demorando*, em que “construção” se refere à operação, ao ato de construir: (25) *A construção era imponente e luxuosa*, em que “construção” já se refere à coisa construída, ao resultado. Aqui, configura-se a nominalização designadora de que fala Basílio, uma vez que em (25), construção é um substantivo concreto, tendo havido um processo de gramaticalização.

Oliveira (2014) também corrobora as afirmações de Castilho (2014) e afirma que a realização de argumentos é opcional em relação aos nomes, mas não em relação aos verbos. A autora considera propriedades em que verbos e nomes se diferenciam. Ademais, as preposições são obrigatórias na introdução dos complementos de nominalizações, ao passo que os complementos dos verbos podem ou não ser preposicionados. Exemplo:

(26) *A empresa **construiu**.*\*

(27) *A **construção** (do prédio) durou 2 anos.*

Dessa forma, Oliveira (2014) pressupõe que algumas propriedades verbais se mantêm nos nomes deverbiais, enquanto outras não se apresentam.

Abreu (2003, p.267), por sua vez, afirma que os substantivos abstratos correspondem a nomes criados dentro de espaços mentais por um artifício do pensamento, como por exemplo a ação de correr, *corrida*, a qualidade de ser puro, *pureza* e o estado de um ser. Na frase (28) *O carro corre*, apresentada por Abreu, a palavra *corre* é um verbo (uma ação atribuída ao carro). Assim, pode-se “criar um espaço mental e imaginar, dentro dele, a ação de correr como se ela existisse por si mesma, separada do carro”. Emprega-se a palavra “corrida”, substantivo abstrato, separado do ser que o suporta. Isso também irá ocorrer com as qualidades e os estados dos seres.

Abreu (op.cit.) descreve o uso desses substantivos abstratos pelos falantes do português e explica com os seguintes exemplos:

(29) a. *Minha mãe foi ao shopping comprar, mas volta logo.* \*

b. *Minha mãe foi ao shopping fazer uma compra, mas volta logo.*

A frase (29.a) fica malformada e vaga, pois não conhecemos o objeto relacionado ao verbo “comprar”; já na segunda (29.b), com a substituição do verbo “comprar” pelo substantivo “compra”, não há nenhuma necessidade de preencher esse espaço vazio. A transitividade do verbo explica essa necessidade, pois sua

estrutura argumental é formada de um agente e um objeto afetado. Quando o significado do verbo é levado para a classe dos substantivos, eles não precisam mais carregar todos os argumentos do verbo original, como no exemplo (29) acima. Os argumentos podem ser retirados totalmente ou uma parte deles.

Essa abordagem sobre o substantivo abstrato mostra a sua utilização para a construção de frases, em que se podem descartar argumentos que teriam necessariamente de aparecer, se fosse usado o verbo original.

Pode-se perceber a estrutura argumental também na classe dos adjetivos, pois, ao transportar o significado dos adjetivos para a classe dos substantivos, criam-se os substantivos abstratos, em que se podem manter os argumentos originais ou descartá-los.

Essas nominalizações provindas de verbos e adjetivos são, na verdade, nominalizações de predicções, pois verbos e adjetivos pertencem a uma mesma categoria, a dos predicadores. Ou seja, predicam um sujeito. Em: (30) *Maria vendeu o carro*, (31) *Maria é bonita*, *vender* (30) predica *Maria*; já em (31) *bonita* predica *Maria*.

Na realidade, trata-se de subir um degrau no processo de abstração. Afinal, tantos verbos quanto adjetivos estão sujeitos às mesmas construções, como a comparação: (32) *Maria vendeu mais carros do que seu colega de concessionária*. (33) *Maria é mais bonita do que Luísa*.

Mas, afinal, para que servem as nominalizações, pensando nesse valor funcional que as gramáticas nem mencionam? Numa construção de um texto, em que há a necessidade de se descartar argumentos, para transferir o foco da atenção somente para as ações e as qualidades, podem-se utilizar os substantivos abstratos. Outra função seria a economia linguística dentro da coesão textual, quando, por meio de uma nominalização, retoma-se um conteúdo inteiro de frases anteriores.

Azeredo (2008, p. 243) também considera a nominalização de verbos e adjetivos como um dispositivo anafórico de alto rendimento nos textos escritos, apresentando-a como um

(...) recurso que viabiliza a condensação de proposições/predicados por meio de substantivos para explicitar a cadeia semântica do texto, ao mesmo tempo em que serve para exprimir avaliações ou interpretações que o enunciador realiza a respeito das atitudes ou "atos de fala" de outros indivíduos cujo discurso esteja comentando ou citando.

Neves (2018, p.257), no capítulo sobre substantivos, esclarece que a catalogação de um substantivo como concreto ou abstrato precisa levar em conta a função de referência (no discurso) e apresenta uma série de textos em que os substantivos são tratados em termos de ações, atitudes e processos envolvidos, nomeados como substantivos abstratos. E conclui que essas subcategorias concreto e abstrato não são entidades rigidamente delimitadas, pois a sua classificação será definida a partir da organização referencial do texto. Em suas palavras: “Na verdade, determinados textos, pelo seu gênero, pelos tipos privilegiados de sequências textuais, pelo teor e destinação, povoam-se mais, ou menos, de substantivos de cada um desses dois tipos” (NEVES, 2018, p.257).

### **2.3 Revisitando as pesquisas sobre nominalização**

Ao percorrer os textos em que vêm sendo trabalhadas as nominalizações, detectamos a maioria na perspectiva funcionalista, nas questões sintáticas discursivas. Dentre estes textos, temos como destaque as abordagens de Santana (2005) e Camacho (2009).

Santana (2005), em sua dissertação, considera que as nominalizações, como formas de construção encaixada, constituem um tipo secundário de termo, usado para se referir a uma entidade de ordem superior, já que o tipo primário, prototípico, refere-se a entidades de 1ª ordem. Segundo Lyons (1997, p. 442-47, apud CAMACHO 2009), substantivos comuns, que têm um referente concreto, representam essas entidades de 1ª ordem, ao passo que os que se referem a estados de coisas e proposições representam, respectivamente, entidades de 2ª ordem e 3ª ordem.

Camacho (2009) também fala em seu texto sobre a preservação de valência de Dik(1997) que, ao considerar as nominalizações como entidades superiores que representam estado de coisas, diz que elas preservam, assim, a estrutura argumental do predicado verbal correspondente.

Santana (2005) questiona o tratamento que se deve dar aos termos das nominalizações, entre argumentos ou satélites, e apresenta a hipótese defendida por Mackenzie (1985) de que a predicação nominalizadora prototípica é avalente. Assim, a autora busca explicação para a natureza controversa da estrutura argumental das nominalizações por meio da análise da relação entre propriedades sintático-

semânticas decorrentes da estrutura valencial das nominalizações e a natureza informacional de seus constituintes argumentais.

Camacho (2009, p.8-9) já questiona a natureza categórica das nominalizações, postulando que elas não podem ser consideradas membros prototípicos nem da classe dos substantivos nem da classe dos verbos. Segundo o autor, as nominalizações consistem em categorias complexas, intermediárias num *continuum* funcional com os polos ocupados pelo substantivo e pelo verbo.

Assim, ele defende a hipótese de que quanto mais uma nominalização preservar a estrutura argumental herdada do verbo *input*, mais próximo ela estará da referência a um estado de coisas.

Santana (2005), para fundamentar seu trabalho, descreve a nominalização na Gramática Funcional Standard e na Gramática Funcional Discursiva. Segundo Dik (1997, p.157-8, apud SANTANA, 2005), nominalização é uma construção encaixada que tem uma ou mais propriedades em comum com um termo nominal primário. Para Dik (1997, p.34) existem dois tipos de nominalização, nucleada e não nucleada. Na nominalização nucleada, a construção encaixada é adicionada ao núcleo nominal, que tem um significado geral, como “fato”, “coisa” ou “circunstância”. A não nucleada é o predicado em si mesmo que assume certas propriedades nominais, inclusive posições argumentais numa estrutura complexa.

Santana (2005, p.35) chega a um conceito de nominalização como um exemplo de aplicação do Princípio de Ajuste Formal, “são construções encaixadas que se ajustam em alguma medida ao padrão típico de expressão de termos nominais primários”.

Já quando discute a Gramática Funcional Discursiva, a autora informa que o esquema de predicação para uma nominalização representa a ideia de que um termo referencial (R) tem a função semântica de representar um estado de coisas, o que dá suporte ao caráter semanticamente ambíguo de nomes derivados (SANTANA, 2005, p.42).

É relevante apresentar aqui os ajustes mais comuns da predicação verbal encaixada à expressão do termo nominal que a autora enumera em seu texto. São eles (SANTANA, 2005, p.44 e 45):

- a) Um operador de predicado, como o morfema de número, pessoa e modo-temporal, passa a zero e, inversamente, zero, a operador de termo.

*O presidente demitiu o ministro tardiamente.*



*A demissão tardia do ministro pelo presidente.*

“Demitir” passa a ser um operador zero quando se constrói a forma nominalizada “demissão”.

b) Um predicado verbal torna-se núcleo nominal.

O predicado verbal “demitiu o ministro tardiamente” passa a ser um predicado nominal “demissão – presidente –ministro”.

c) O 1º e o 2º argumentos podem tanto assumir a forma de um sintagma de possuidor quanto a de um adjetivo atributivo.

*Elegeu-se o presidente.*

*A eleição do presidente.*

*A eleição presidencial.*

O argumento “do presidente” está sob a forma de sintagma de possuidor, já o argumento “presidencial” é um adjetivo.

Esse assunto é discutido por Abreu (2018, p. 453), quando o autor se refere às diferenças do complemento nominal e o adjunto adnominal. E explica que, na análise sintática os termos desses grupos nominais, em uma oração de voz ativa, sempre funcionam como complementos. Se substituirmos o nome predador por um verbo e o que restar for complemento, então o modificador do substantivo predador será um complemento nominal. Mas, se o que restar for um sujeito, então o modificador do substantivo predador será, simplesmente, um adjunto adnominal, como acontece nos exemplos do item c, acima.

d) Um satélite adverbial só pode assumir a forma de um adjetivo atributivo.

O advérbio de tempo “tardiamente” no item “a” aparece como um adjetivo.

Essa variação do número de ajustes e das combinações entre eles caracteriza a nominalização na Língua Portuguesa. Daí falar-se em nominalizações “mais verbais” e nominalizações “mais nominais”, pela possibilidade de construções, como afirma Neves (2011, p.92) ao explicar que os nomes valenciais são resultantes de nominalizações, nomes deverbais ou deadjetivais e guardam a estrutura do predicado do verbo ou do adjetivo de que derivaram. Conforme podemos observar neste trecho:

(...) como os nomes deverbais e os deadjetivais conservam, em princípio, a estrutura do predicado de que se derivam (verbos e adjetivos), seus argumentos também guardam as funções e os papéis semânticos que desempenhavam na estrutura primitiva de predicado (NEVES, 2011, p.93).

Em relação aos argumentos na nominalização, Dik (1997) fala que não é usual que dois argumentos sejam expressos ao mesmo tempo; se as nominalizações são baseadas em verbos transitivos, o segundo argumento será o único a ser expresso; já com os verbos intransitivos, o primeiro argumento é o único que pode ser expresso.

Em determinado momento, Santana (2005) questiona o porquê de se nominalizar e discute as versões de Mackenzie (1985, 1996) em que ele apresenta três fatores que favorecem a escolha de uma nominalização: uma razão sintática, uma razão informativa e uma razão discursivo-textual. Esses fatores são importantes de ser apresentados aqui, pois, como vamos tratar das nominalizações em textos, poderemos detectar essas características.

Pelo ponto de vista sintático, o falante seleciona uma nominalização para obter maior versatilidade de uso, podendo aparecer tanto em posição de sujeito como objeto. Além disso, as nominalizações induzem à redução da complexidade sintática, como por exemplo em uma oração relativa, se tivermos uma nominalização antecedida, não será preciso o objeto do verbo;

(34) *A compra de livros que Pedro fez foi enorme.*

Ou pode-se permitir uma anáfora zero, como em:

(35) *A construção de minha casa durou 02 anos. Acredito que não foi muito demorada já que eu não tinha dinheiro para fazer mais depressa.*

Quanto à razão informativa, o falante é induzido à escolha de uma forma de expressão que não requer a especificação de todos os argumentos. O falante fornecerá apenas a informação suficiente na forma dos predicados que ele incorpora ao termo, para que seu destinatário faça a identificação pretendida.

(36) *A polícia desvendou o assassinato do mafioso.*

O terceiro fator seria o desejo de sinalizar no ouvinte a introdução particularmente explícita de um novo referente discursivo. Por exemplo, o uso de nominalizações em títulos, definições etc.

Além dessas vantagens, Mackenzie (1996) relata que as nominalizações também são empregadas com o objetivo de abstração, ou melhor, para apresentar noções verbais, desprovendo-as de seus acessórios.

Sob uma perspectiva pragmática, as nominalizações servem para a condensação de informação, para comprimir o texto, além da coesão textual. Assim, conforme Camacho (2009) apresenta, o fato de as nominalizações preservarem a

estrutura argumental do predicado verbal de origem e ainda atuarem como um termo da predicação matriz faz com que elas possam assumir funções sintática, semântica e pragmática.

Dentre as conclusões do texto de Santana (2005), ressaltamos a que ela remete às questões textuais, quando a autora escreve que os argumentos, em exemplos dados, são recuperáveis no contexto, não havendo necessidade de expressá-los. Mas, se o falante quiser introduzir um referente no discurso, por meio de uma nominalização, pela primeira vez, os argumentos dessa predicação nominalizada deverão vir expressos. Reitera que os dados da pesquisa mostraram que o que determina a expressão argumental é a função textual e discursiva do nome derivado.

Com efeito, caso sirva para introduzir um novo referente no discurso, o argumento respectivo deverá vir expresso; caso a função do nome derivado seja retomar uma predicação, os argumentos da predicação *input* poderão ser expressos ou não, dependendo das condições textuais. Trata-se, afinal, de formas alternativas de expressão formal motivadas por necessidades comunicativas de natureza pragmática (SANTANA, 2005, p. 137)

Ainda, nas conclusões, a autora elucida que “nos casos em que os argumentos podem ser textualmente recuperados, o preenchimento argumental chega a ser formalmente bloqueado, já que, de sua expressão, resultariam construções gramaticalmente estranhas.” (2005, p. 137)

Camacho (2009) retoma Prince (1981), lembrando as três categorias para as noções de dado e novo: novo, inferível e evocado. A informação nova representa entidades que o falante introduz pela primeira vez no discurso. Essas entidades podem ser de dois tipos: completamente nova, quando o ouvinte constrói completamente a referência para o interlocutor, e não –usada, quando o ouvinte presume que a entidade correspondente já está no modelo discursivo do interlocutor.

As entidades completamente novas subdividem-se em dois outros tipos: ancoradas e não-ancoradas. Ancoradas é quando o sintagma nominal representado se vincula a outra entidade já mencionada no texto precedente, o que não acontece com o segundo caso. A entidade representada por uma nominalização dificilmente pode ser nova, ou completamente nova, em razão da função textual que uma nominalização exerce, que é a de retomar predicações já enunciadas.

As entidades novas não usadas referem-se a entidades introduzidas pela primeira vez no discurso, mas que podem ser presumidas pelo ouvinte em seu modelo discursivo. Permitem ao falante sinalizar ao ouvinte a introdução particularmente explícita de um novo referente discursivo, isto é, de uma noção referencial que permite fazer a identificação pretendida.

Entidades evocadas são as que já ocorreram no modelo discursivo do ouvinte, subdivididas em dois tipos: textualmente evocadas e situacionalmente evocadas. A inferível ocorre quando o falante supõe que o ouvinte pode identificar o referente pretendido, a partir de outra entidade discursiva evocada ou inferível. Essa entidade também se subdivide em dois tipos: inferível contido, que se refere a entidades cuja inferência está dentro do próprio sintagma nominal, e inferível não contido.

Esses foram alguns apontamentos sobre as discussões linguísticas no âmbito da teoria funcionalista sobre a nominalização. A seguir, como a nominalização neste trabalho será abordada numa relação textual e como uma ferramenta para a produção de textos, no próximo capítulo, discutiremos a importância de seu uso como recurso de coesão textual.

### 3 CAPÍTULO II – A INTERAÇÃO DA LINGUAGEM NOS TEXTOS PELOS PROCESSOS COESIVOS

A linguagem é uma atividade social, construída em atos históricos, políticos, culturais, além de abranger um conjunto de habilidades, que podem ser cognitivas, textuais ou interativas, e de fatores situacionais. O ser humano, apoderado dessa capacidade de linguagem, utiliza tal competência criando textos bem organizados e relevantes. Todavia, muitas vezes, a intenção de se fazer claro não é alcançada e acaba resultando em um texto desconexo, devido a fatores de aprendizagem e prática textual.

Partindo da concepção de Benveniste (apud KOCH, 2002) de que a língua é um exercício do indivíduo, o homem, ao produzir um discurso, se apropria da língua, com o objetivo de propagar mensagens além de atuar e interagir socialmente. Assim, o discurso, para ser bem estruturado, deve conter implícitos e explícitos, obedecendo às regras de progresso e coerência, ou seja, deve constituir um texto. A linguagem é uma atividade desenvolvida baseada na relação entre a língua e seus usuários, portanto, a interação humana se faz por meio da linguagem. Benveniste (1958) concebia a linguagem, que exige um movimento dialético, como um mecanismo de constituição de identidades.

Anscombe e Ducrot (apud KOCH, 2002) postulam que é na situação concreta de uso, necessariamente situada em determinado contexto, que o sentido é formado. Daí a afirmação desses autores de que todo texto é inteiramente argumentativo, uma vez que a argumentação está inscrita na própria língua. Compreende-se, assim, que a linguagem é interativa, caracterizando-se pela ação intencional. E toda seleção lexical e conhecimentos linguísticos representam marcas da subjetividade e das relações de intersubjetividade do locutor com seu alocutário, culminando em estratégias argumentativas. O sentido é construído por meio das práticas linguageiras.

Halliday (1994), ao abordar esse assunto, questiona a relação entre linguagem e sociedade, uma vez que a língua desempenha, para o indivíduo, um importante papel, pois é por meio dela que tais indivíduos interagem em diversos grupos sociais. Nesse sentido, o autor considera os usos do dia a dia da linguagem para transmitir as qualidades essenciais da sociedade e a natureza do ser social ao indivíduo.

A linguagem, para Halliday (1994), é um recurso estratégico de criação de significados nos textos que compõem a vida social. Assim, ao pensar na linguagem de forma sistêmica e funcional, Halliday (apud KOCH, 2002) conceitua o texto como uma “realização verbal entendida como uma organização de sentido, que tem valor de uma mensagem completa e válida num contexto dado”. Portanto, reforça-se aí a unidade semântica, pois o texto é a língua em uso, e essa textualidade depende de certos fatores responsáveis pela coesão textual.

Halliday (1994) propõe três funções: ideacional, interpessoal e textual. A ideacional refere-se à função cognitiva ou referencial da linguagem. Ela é a responsável pela representação do mundo por meio da linguagem e também diz respeito à construção de experiências. A interpessoal refere-se à posição que o locutor assume diante do ouvinte no processo de enunciação. É dar conta do papel que as palavras exercem num evento comunicativo. E, por último, a textual, que considera a criação de textos de modo pertinente ao contexto, devendo a língua conter, em sua estrutura, elementos capazes de justificar e explicar essa adequação. A organização local do contexto é a partir da oração, que apresenta um ponto de partida da informação, nomeado de Tema, sendo o restante do conteúdo, o que se apresenta sobre o Tema, nomeado de Rema. Forma-se então a estrutura da oração em Tema-Rema.

### **3.1 Referências à coesão textual**

Koch (2002), em seus estudos sobre o texto e os fatores de textualidade, descreve a característica de um texto pela sua textualidade, a rede de relações que fazem com que um texto seja um texto, apresentando as intenções de forma interligada, demonstrando as ideias e as unidades linguísticas. Como nossa investigação nesta tese trata a nominalização como elemento coesivo, torna-se importante abordar as conjecturas feitas pela autora sobre este assunto.

Koch (1992) nomeia a coesão textual como o estabelecimento de relações textuais que vão tecendo o texto. A coesão é vista como uma relação semântica realizada por meio do sistema léxico-gramatical, consistindo em todos os processos de sequencialização que asseguram uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual.

Koch(1992) faz uma releitura de vários autores que se tornaram referência no assunto, como Halliday e Hasan (1976), que apresentam o conceito da coesão textual, conforme mencionado, “como um conceito semântico que se refere às

relações de sentido existentes no interior do texto e que o definem como um texto” (KOCH, 1992, p.17). Relata, ainda, que esses autores consideram a coesão como parte do sistema de uma língua e que há formas de coesão realizadas por meio da gramática e outras, por meio do léxico.

Beaugrande e Dressler(1981) já concebem a coesão à maneira que os elementos se encontram conectados entre si linearmente, numa superfície textual, para compor um texto. E, para representar os complexos processos de produção de sentido, apresentaram, além da coesão e da coerência, sete fatores responsáveis pela textualidade. São eles: a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade, a intertextualidade, que são os fatores relacionados às condições de produção e centrados nos usuários da língua e os outros dois, a coesão e a coerência, centrados no texto.

Dentre os mecanismos de coesão, Halliday e Hasan (1976) apresentam cinco, que são: referência; substituição; elipse; conjunção e coesão lexical. Koch irá apresentar essa divisão em duas partes: a coesão referencial e a coesão sequencial.

Neste capítulo, interessar-nos-á a coesão referencial como forma remissiva referencial, na qual são incluídas as nominalizações, embora as nominalizações, como anáforas lexicais também sejam um recurso responsável pela coesão sequencial do texto, na retomada de predicados anteriormente presentes.

Koch (2016) concebe o texto como uma atividade verbal, a serviço de fins sociais, atividade consciente, criativa, intencional, além de ser interacional, pois os sujeitos, de diversas formas, se envolvem na produção textual. Assim, o texto deixa de ser conceituado como uma estrutura acabada, um produto, para ser visto como um “processo de planejamento, verbalização e construção”.

Uma vez constituído o texto, para que se consiga ativar um sentido, é necessária a contribuição dos conhecimentos linguístico, enciclopédico e interacional. Segundo Koch (2016, p.32), o conhecimento linguístico engloba as questões gramaticais e lexicais. Esse conhecimento é responsável pela organização coesiva do texto. Já o conhecimento enciclopédico ou de mundo se encontra na memória do indivíduo e, a partir dele, é que se produzem hipóteses, explora-se o léxico e sugerem-se inferências.

O conhecimento sociointeracional são as formas de inter-ação por intermédio da linguagem e engloba os conhecimentos ilocucional, comunicacional,

metacomunicativo e superestrutural. Resumidamente, o conhecimento ilocucional é aquele por meio do qual o interlocutor consegue reconhecer os objetivos de um falante. O comunicacional é aquele que garante que a informação seja entendida. Para isso, o falante deve ater-se às máximas de Grice, como à máxima de quantidade de informação, à variante linguística, aos tipos de texto e às situações comunicativas.

O metacomunicativo diz respeito aos conflitos e às perturbações que podem ocorrer na comunicação e, com tal conhecimento, o produtor do texto pode evitar e assegurar a compreensão. Por último, o conhecimento superestrutural é o que permite reconhecer textos nos seus diversos gêneros ou tipos.

Esses conhecimentos elencados acima concretizam-se por meio de estratégias de processamento textual. Koch (2016) as divide em três: cognitivas, textuais e sociointeracionais. O que interessa para o nosso estudo em questão são as estratégias textuais, mais especificadamente, as estratégias de referenciação.

Quando se trata de coesão textual, fala-se em reativação de referentes no texto, por meio de estratégias de referenciação anafórica. Esse tipo de remissão concretiza-se por meio de recursos gramaticais ou de natureza lexical, incluindo nesse último as nominalizações.

As nominalizações são consideradas como mecanismos textuais, pois fazem referências internas nos textos, firmando-se como um elemento coesivo na tessitura textual. Uma vez que as relações coesivas são fatores predominantes no aperfeiçoamento da escrita, torna-se necessário um aprofundamento da função coesiva das nominalizações, que descreva as especificidades semânticas e léxico-gramaticais.

As escolhas léxico-gramaticais específicas podem levar à construção de um discurso com ideias mais abstratas e metaforizadas, por meio do uso das nominalizações em lugar de processos verbais. Assim, elas são usadas como mecanismo textual utilizado para fazer referências internas nos textos, estabelecendo-se como um elemento coesivo na tessitura textual.

Coesão textual, segundo Koch (2016, p.45) é o “fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentidos”. A coesão por remissão desempenha a função de re (ativação) de referentes como a de sinalização textual. Essa reativação de



referentes que se processa no texto se realiza ou por referência anafórica ou catafórica.

O nosso interesse encontra-se na remissão que se dá por recursos de natureza lexical, por considerarmos aqui os anafóricos não só como elementos do texto que remetem a sintagmas ou a um ou alguns constituintes de um sintagma, mas também os que remetem a predicados expressos no texto. Também podemos incluir a remissão a elemento do universo cognitivo dos interlocutores que são usados como forma de avaliação positiva ou negativa.

Essas escolhas se tornam essencialmente relevantes, pois nos podem informar quais são as opiniões, as crenças e as atitudes do produtor, auxiliando o interlocutor a construir sentidos, além de proporcionar também informações que poderiam ser desconhecidas. O estabelecimento de relações semânticas entre os enunciados de um texto é uma função específica desempenhada pelas formas nominalizadas. Este é um exemplo do uso de nominalizações em um texto jornalístico:

*(1) O **emprego** frequente das Forças Armadas na **garantia** da lei e da ordem, embora constitucional, é um **desvio** da função militar básica. Tende a estimular a ideia de que em país como o Brasil, pacifista e não pressionado por problemas de defesa nacional – sem envolvimento protagônico em guerra há 150 anos (Guerra do Paraguai) – é exatamente **esse desvio** de função o papel de destaque hoje no rol das atribuições das Forças. **Esse tropeço cultural e o sufoco fiscal** que cerceia o cumprimento dos encargos da União... (Jornal O Estado de S. Paulo, dia 29.05.2018, A2, Espaço aberto, grifos nossos)*

“Esse desvio” retoma o início do parágrafo, quando o autor opina sobre o que ele considera como desvio da função militar. Além disso, ao utilizar as nominalizações “tropeço” e “sufoco” possibilita ao interlocutor assegurar-se da sua opinião sobre o assunto do texto.

### 3.2 A referência e o objeto de discurso

Na concepção dialógica da língua, os sujeitos são vistos como atores sociais e o texto é conceituado como um lugar de interação, sendo seus interlocutores sujeitos ativos que constroem e são construídos no texto, dialogicamente. Por essa visão, é na interação texto-sujeitos que o sentido do texto se constrói. Segundo Koch (2015), tanto o produtor quanto o interpretador do texto são estrategistas que jogam o “jogo da linguagem” visando à produção do sentido.

1. o produtor/planejador, que procura viabilizar o seu “projeto de dizer”, recorrendo a uma série de estratégias de organização textual e orientando o interlocutor, por meio de sinalizações textuais (indícios, marcas, pistas) para a construção dos (possíveis) sentidos;

2.o texto, organizado estrategicamente de dada forma, em decorrência das escolhas feitas pelo produtor entre as diversas possibilidades de formulação que a língua lhe oferece, de tal sorte que ele estabelece limites quanto às leituras possíveis;

3. o leitor/ouvinte, que, a partir do modo como o texto se encontra linguisticamente construído, das sinalizações que lhe oferece, bem como pela mobilização do contexto relevante à interpretação, vai proceder à construção dos sentidos (KOCH, 2015, p.21,22).

Koch (2015, p.94), ao discutir sobre o referente, baseia-se no pressuposto de que “a referenciação constitui uma atividade discursiva” e, como a estrutura da realidade é manipulada de maneira significativa, a autora substitui a noção de referência pela noção de referenciação, corroborando com a teoria de Mondada e Dubois.

A mudança de termo de referência para referenciação implica uma visão mais dinâmica, pois o sujeito é considerado como um ser sociocognitivo que estabelece uma relação indireta entre os discursos e o mundo. A realidade é construída, mantida e alterada pela forma como interage com o mundo. Assim se interpreta e constrói o mundo por meio da interação com o físico, o social e o cultural.

O texto, nesse novo viés sociocognitivista, passa a ser visto “como o lugar da interação e os interlocutores como sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos” (KOCH, 2014, p.31). A referência, portanto, passa a ser o resultado da operação que se realiza para conceituar, representar ou sugerir algo; daí a designação das entidades como objetos-de-discurso e não como objetos-do-mundo.

Esses objetos de discurso podem ser modificados, reativados, transformados, porque são dinâmicos. Portanto, segundo Koch (2015, p.96), “a interpretação de uma expressão anafórica nominal estabelece uma ligação com algum tipo de informação encontrada na memória discursiva”.

Em relação às estratégias de progressão referencial, Koch (2015) cita o uso de formas nominais definidas e informa que irá refletir sobre as descrições, as nominalizações e as rotulações metalinguísticas ou metadiscursivas e também as expressões nominais que funcionam no texto como anáforas indiretas. A progressão referencial procede do processo de sequencialidade e analisa o comportamento das

referências postas no texto, como os referentes evoluem dentro do texto e os significados que adquirem.

Ao falar sobre a descrição definida, Koch (2015) relata que, quando se trata de retomada textual por meio de nominalizações, pode ocorrer a ausência do determinante, caso em que, em geral, o nome núcleo vem acompanhado de um modificador, conforme é demonstrado nos seguintes exemplos:<sup>4</sup>

(2) *Ora, qualquer pessoa que lide com estatísticas considera essas variações inadmissíveis, e levanta **questões como esta**: como foi possível, em dois anos, atender a esta leva extra de milhões de alunos, sem grande tumulto?* (Educação, ano 26. n. 224, jan.2000).

Nome-núcleo seguido de um demonstrativo.

(3) *O projeto sofreu severas críticas dos assessores, **críticas** (essas) que o fizeram desistir de levá-lo adiante.*

Nome-núcleo sob a forma de oração relativa.

(4) *Tentaram levá-lo a discorrer sobre os mais variados assuntos, mas **tema algum** conseguiu entusiasamá-lo.*

Nome-núcleo seguido de indefinido.

(5) *Estou agora tentando resolver estes problemas, **problemas menores**, evidentemente, que aqueles do início.*

Nome-núcleo seguido de uma estrutura comparativa.

### 3.3 As nominalizações e suas funções cognitivo-discursivas na organização do texto

As nominalizações são discutidas por Koch (2016) pela abordagem de Apothéloz e Chanet (apud CAVALCANTE, 2017), que distinguem entre a operação de nominalização propriamente dita, de natureza anafórica, e a expressão utilizada para efetuar esta operação. Apothéloz (apud CAVALCANTE, 2017, p.71) considera a anáfora por nomeação, quando o sintagma nominal transforma em referente o processo denotado por uma proposição anterior. A nominalização é uma forma linguística – o substantivo predicativo, a que alguns autores chamam de nomeação ou denominação.

<sup>4</sup> Os exemplos 2,3,4,e 5 foram retirados de Koch (2015, p.104)

A autora apresenta dois casos, um deles é quando a nomeação retoma o conteúdo proposicional, por exemplo: “perdi”; “essas perdas”; e o outro, quando a nomeação é construída com conteúdos implícitos. Exemplo:

(6) *Após assumir a Presidência da República caberá ao eleito administrar o Tesouro Nacional, nomear ministros de Estado, exercer o comando das Forças Armadas, editar medidas provisórias, conceder indultos e comutar penas, manter relações com Estados estrangeiros, designar os ministros dos tribunais superiores e o procurador-geral da República, escolher o presidente do Banco Central, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal. Desempenhar, enfim, as atribuições que lhe cabem de conformidade com o artigo 84 da Constituição.* (Trecho retirado do texto “Invasor e demagogo” apresentado nos anexos)

Ressalta, ainda, que há na língua, casos em que o nominal não possui a mesma base morfológica do verbo, podendo, assim, empregar uma nomeação derivada de uma outra base, que suplementa o derivado que falta. Exemplo:

(7) *De nada adianta combater a corrupção se as suas causas de fundo não forem abordadas!* (Trecho retirado do texto “Linha divisória” apresentado nos anexos)

Enquanto operação, a nominalização diz respeito a um conjunto de informações que, anteriormente, não possuíam estatuto de referente ou objeto-de-discurso, assinalando ao mesmo tempo um encapsulamento das informações-suportes contidas em segmentos anteriores do texto, resumindo-as sob a forma de substantivo-predicativo, atribuindo-lhes o estatuto de objetos-de-discurso. Exemplo:

(8) *Não há como fugir dessa realidade: nossa condução política, aquém dos desafios brasileiros (razão maior do déficit social), e nosso paradigma cultural propenso à tolerância trouxeram o Brasil ao cenário de insegurança pública dramático, que exige atuação militar policial expressiva e frequente na garantia da lei e da ordem. Essa atuação constitucional é heterodoxa sob a perspectiva da finalidade básica clássica das Forças Armadas e seria desnecessária se os governos estaduais tivessem preparado corretamente seus sistemas policiais – preparo material e humano, profissional e ético.* (Trecho retirado do texto “Defesa nacional e garantia da lei e da ordem” apresentado nos anexos)

As nominalizações, como formas nominais referenciais são formas híbridas, referenciadoras e predicativas, ou seja, veiculam tanto a informação dada como a informação inferível e nova.

Em resumo, as nominalizações são recursos coesivos bastante produtivos e possuem papel importante na organização macroestrutural do texto. Schwarz (apud Koch (2016) classifica-as como “anáforas complexas”, pois, nesses casos, as nominalizações não nomeiam um referente específico, mas referentes textuais abstratos, como estado, fato, evento, atividade, questão etc. O receptor é obrigado a pôr em ação a estratégia cognitiva de formação de complexos e também interpretar a informação adicional.

(9) *O Banco Central **interveio** ontem para segurar a cotação do dólar, na primeira operação oficial desse gênero desde a adoção da livre flutuação do câmbio, em 15 de janeiro. A **operação** ocorreu quando a moeda havia alcançado R\$2,08* (Folha de S. Paulo, 26 fev.1999)

Nesse exemplo (9), a nominalização *operação* rotulou uma parte do cotexto que a precedeu e estabeleceu um novo referente que poderá constituir um tema específico para enunciado subsequente.

(10) (...) *O problema reside no ponto de vista em que da virtude se passa ao vício. Procuradores ou promotores por vezes não têm feito o melhor uso de sua função. Alguns utilizam-se do cargo apenas para ganhar visibilidade na mídia quando, mesmo desprovidos de indícios consistentes, lançam acusações que prejudicam terceiros, não raro de maneira irreversível. Há basicamente dois tipos de remédios para **esses abusos**.* (Folha de S.Paulo, 27 jul. 2000).

Acima, o nome-núcleo na nominalização “abusos”, mesmo sendo genérico, é dotado de carga avaliativa.<sup>5</sup>

Outro caso de uso da nominalização apontado por Koch (2015, p.122) refere-se às nominalizações demonstrativas encontradas em fronteira de parágrafos, como estratégia para balizar as fases mais importantes do discurso. As nominalizações, nesse caso, produzem uma mudança de ponto de vista e marcam essa transição. Segundo Apothelóz e Chanet (2017), a mudança de ponto de vista pode recair sobre a sequência de eventos, passagem de uma descrição a uma narração, em que a referência demonstrativa surge justamente para tornar visível a expressão.

---

5 Os exemplos 9 e 10 foram retirados de Koch (2015, p. 112,113)

(11) *[Com relação à futura rainha Margot] Mesmo sendo católica, sua mãe Catarina de Médicis planeja casá-la com Henrique de Navarra, protestante(...)**As bodas** são celebradas contra a vontade de Margarida, a 18 de agosto de 1572. Longe de ser um fator de reconciliação, **este casamento** vai ser uma das causas da tragédia de São Bartolomeu.* (KOCH, 2015, p.150)

Há também os casos em que se favorece o uso do artigo definido como os nomes predicativos que nominalizam um processo, mas não aquele denotado pelo conteúdo proposicional, como no exemplo 12, retirado de Koch (2015, p. 151):

(12) *O presidente afirmou em recente entrevista que não é um neoliberal, mas que defende um Estado Moderno. (...) **A explicação** não convenceu os presentes.*

As funções das nominalizações, como se pode notar, vão muito além de ser simplesmente um processo de formação de palavras. Como expressões referenciais, as nominalizações referem, contribuem para produzir o sentido, mostram pontos de vista, sinalizam direções argumentativas, apontam as dificuldades de acesso ao referente, recategorizando os objetos presentes na memória discursiva.

Koch (2015) apresenta uma outra forma de referência anafórica nomeada de indireta. Segundo a autora, trata-se do emprego de expressões definidas sem referente explícito no texto, mas que pode ser inferido a partir dos elementos nele explícitos. Ou seja:

(...) trata-se de formas nominais que se encontram em dependência interpretativa de determinadas expressões da estrutura textual em desenvolvimento, o que permite que seus referentes sejam ativados por meio de processos cognitivos inferenciais, possibilitando, assim, a mobilização de conhecimentos dos mais diversos tipos armazenados na memória dos interlocutores. (KOCH, 2015, p.130)

A partir dessa leitura, podemos encontrar nas nominalizações a presença da anáfora indireta como neste exemplo retirado de Koch (2015, p.131)

(13) *De acordo com testemunhas, o avião saiu de sua rota pouco depois de decolar e fez uma meia-volta quando sobrevoava Gonesse. **A manobra** teria sido uma tentativa do piloto de reconduzir a aeronave ao aeroporto* (Folha de S. Paulo, 26 jul.2000)

Inclusive, a autora ressalta a importância da anáfora indireta na construção da coerência, pois assegura ao texto continuidade e progressão no fluxo informacional e estabelece relações semânticas ou conceituais.

Marcuschi (apud KOCH, 2017, p.65), ao se referir às anáforas indiretas, classifica-as em vários tipos, e uma dessas classificações refere-se aos elementos textuais ativados por nominalizações. Ele constata que as nominalizações não podem ser anáforas diretas porque não retomam nem referem pontualizadamente algum item específico.

(14) *O Náutico não fez uma exibição primorosa, mas **jogou** o suficiente para se impor (...) Foi a primeira vitória alvirrubra na Segunda Divisão do Brasileiro, depois de quatro **jogos**, e serviu (...)*  
(p.66)

Um outro termo utilizado nas discussões sobre sintagma nominal é a recategorização lexical, que ocorre quando um referente é reativado no texto por meio de um sintagma nominal que insere um novo atributo sobre a referência dada.

(15) ***Uma mulher** escorregou no piso molhado da escola. **A acidentada** foi levada à clínica.*

O sintagma nominal “uma mulher” foi recategorizado com a nominalização “acidentada” que contém mais informações, posicionando-se, de certa forma, sobre o enunciado. Assim, houve uma reinterpretação do enunciado como um todo pela recategorização do estado do referente textual, num nível objetivo, pois há uma validação do sintagma nominal como opção previsível para as informações anteriores. Essa recategorização do sintagma nominal por nominalizações pode ser considerada também como uma estratégia discursiva, quando o autor manipula o ponto de vista do leitor, em um nível subjetivo.

Outra questão significativa é o fenômeno do encapsulamento de segmentos textuais. Se verificarmos, algumas nominalizações funcionam como um encapsulamento anafórico, transformando o sintagma nominal como uma paráfrase resumida. Segundo Conte (apud CAVALCANTE, 2017, p.178),

O encapsulamento anafórico pode ser definido no seguinte modo: é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto. Esta porção de texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença).

Pode-se distinguir, também, o processo de encapsulamento em uma categorização mais neutra, objetiva e outra menos neutra, subjetiva. Isso reafirma

que a nominalização origina um caminho semântico, alterando a interpretação do objeto do discurso, como no exemplo abaixo:

(16) *Embora sensato, o provimento foi duramente criticado por entidades de juízes. A Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages) criticou o artigo que trata do uso do e-mail institucional. Alegou que o texto cerceia a liberdade de expressão dos juízes e o classificou como “ferramenta de censura” a uma corporação que, segundo a associação, tem sido criticada sistematicamente em sua honra pela mídia. E acusou a Corregedoria do CNJ de invadir área de competência das corregedorias dos Tribunais de Justiça. **Essa reação** dá a medida do grau de protagonismo e ativismo que se espalhou em todas as instâncias e braços especializados do Judiciário.* (ESTADÃO, 2018)

A nominalização utilizada, *reação*, cria uma nova categoria e imprime um provável ponto de vista do jornalista acerca das críticas da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais. Essa seleção reinterpreta os predicados anteriores, apresentando um novo objeto de discurso. Daí a importância do encapsulamento da argumentação no texto, devido às estratégias de manipulação escolhidas por meio do uso de nominalizações.

Segundo Souza e Gonçalves (2017), há vários tipos de encapsulamento com nomes deverbais sufixados que serão apresentados a seguir:

- a) encapsulamento de estado de coisas: envolve a categorização de porções textuais em rótulos que designam um acontecimento ou uma ação.
- b) encapsulamento de episódio: envolve a categorização de porções textuais em rótulos que designam um sequenciamento ou desenvolvimento de ações.
- c) encapsulamento de ato de fala: envolve a categorização de segmentos textuais em um ato ilocucionário, tais como promessa, juramento, advertência, asserção, etc.
- d) encapsulamento de conteúdo proposicional: envolve a categorização de segmentos textuais em uma proposição (um tipo de operação cognitiva), que é avaliada em termos de seu valor de verdade/falsidade. Formas nominais como “argumentação”, “reflexão”, “conclusão”, “descrença”, “desacreditamento”, dentre outras, exemplificam esse tipo de rotulação. (SOUZA et al, 2017, p. 174 a 176)

Uma outra nomenclatura em que se enquadra a nominalização é a rotulação, chamada por Gill Francis como um tipo de coesão lexical dos grupos nominais. E, dentro desta categoria de rótulos, Francis aponta um importante conjunto referido



como metalinguístico. Conforme Francis (apud CAVALCANTE 2017, p.191) “são grupos nominais que falam sobre uma extensão do discurso com um ato linguístico, rotulando-o como, por exemplo, um argumento, um aspecto ou uma declaração”. Portanto, em relação à função metalinguística, Francis (apud CAVALCANTE 2017, p.203,210) investiga a possibilidade de categorização dos sintagmas nominais, dividindo-os em:

a) Nomes ilocucionários; estão ligados aos atos de fala, constituindo-se nas nominalizações de processos verbais: resposta, decisão, promessa, afronta etc.

b) Nomes de atividades linguageiras, similares aos ilocucionários, mas não se destacando a nominalização pelo processo verbal: critério, debate, descrição etc.

c) Nomes de processos mentais que se referem a estados e processos cognitivos e a seus resultados: análise, suposição, conceito etc.

d) Nomes de textos que se referem objetivamente ao referente, em um emprego metalinguístico, como: pergunta, frase, citação etc.

### **3.4 A nominalização e os gêneros textuais**

Partindo do princípio de que a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual, faz-se necessário discutirmos o conceito de gênero e os que são pertinentes ao seu entendimento. De uma forma didática, Marcuschi (2008) define tipo textual, gênero textual e domínio discursivo, objetivando aplicar esses conceitos no ensino.

Tipo textual, para Marcuschi (2008, p. 154), “designa uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo)”. Inclui nessa categoria os tipos textuais nomeados de: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.

Em sequência, define gênero textual como textos materializados em situações comunicativas recorrentes.

São os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas (MARCUSCHI, 2008, p.155).

Ele afirma serem os gêneros textuais de número incalculável, diante da dinamicidade das práticas linguageiras. Dentre esses gêneros, temos os opinativos,

como em editoriais e os artigos de opinião, e os científicos, como as redações; gêneros que serão analisados neste trabalho.

Domínio discursivo, por sua vez, é definido como uma prática discursiva, na qual podemos identificar um conjunto de gêneros textuais, como no discurso jurídico, discurso jornalístico etc.

Segundo Swales (1990), os gêneros textuais acadêmicos apresentam alguns aspectos que caracterizam a sua escrita, como a explicitação, a densidade léxica, a impessoalidade, o uso de nominalizações, a cautela, a intertextualidade e a referenciação.

Corroborando com essas características em relação aos gêneros textuais acadêmicos, Hyland (2009, p.24), em sua abordagem com relação ao discurso acadêmico, afirma que o discurso formal escrito tende a ser mais denso lexicalmente, pois apresenta mais palavras com conteúdo semântico, um maior número de nominalizações e é mais explícito, sinalizando mais claramente as relações semânticas.

Eggins (2004, p. 93), ao discorrer sobre o discurso formal escrito, afirma que ele apresenta formas lexicais de prestígio, alta densidade lexical e gramática simplificada. A autora ressalta que o uso da nominalização possui duas principais vantagens textuais: organização retórica e intensificação da densidade lexical. No que se refere à organização retórica, no discurso escrito, por meio do uso de nominalizações, é possível reorganizar frases, diferenciando-o da fala (EGGINS, 2004, p. 96). Ao nominalizar, somos capazes de fazer coisas com o texto que não podemos fazer em um texto não original.

Pela organização retórica que Eggins (2004) comenta, a nominalização nos permite fugir da sequência dinâmica e geralmente real que acompanha a fala, na qual relacionamos sequências de ações e em que nos apresentamos como atores. Ao nominalizar ações e relações lógicas, podemos organizar nosso texto não em termos de nós mesmos, mas em termos de ideias, razões, causas etc.

A nominalização é um tipo do que Halliday (1994) identifica como metáfora gramatical, situações em que os significados tipicamente realizados por um tipo de linguagem parental são realizados por outras escolhas linguísticas menos típicas.

Temos, portanto, a confirmação de que a nominalização é predominantemente usada em gêneros mais formais, o que nos faz direcionar aos gêneros acadêmicos como objeto de estudo e os opinativos como modelo ou, supostamente modelo de

escrita formal. Assim, transportando o ensino da nominalização para a eficácia na produção textual, é importante que se trabalhe com os alunos o ensino explícito sobre as características dos gêneros, incluindo os traços sintáticos, lexicais, discursivos e retóricos. E, dentre esses recursos, o empacotamento dos verbos em nominalizações a fim de perceberem os recursos estratégicos discursivos.

### **3.5 A nominalização, o interdiscurso e as expressões formulaicas**

Durante a análise dos textos, pudemos perceber que, além da coesão léxica fornecida pela nominalização, tivemos alguns casos que se referiam à nominalização explicada pelo interdiscurso e a nominalização como expressão formulaica. Por isso, achamos conveniente, ainda que incipiente, abordar estes dois conceitos neste item.

Assim, temos como explicação para o interdiscurso como a forma como um discurso, construído no interior de uma certa formação discursiva, dialoga com o discurso produzido em outra formação discursiva, produzindo novos sentidos seja pela repetição, apagamento, esquecimento ou desconstrução daquele, ou simplesmente, diz respeito à inter-relação de discursos.

Um discurso pode fornecer em seu texto ou algo que já foi dito ou que ainda será produzido, daí um discurso conter várias vozes, impregnado de valores, crenças, carregados de sentidos. Assim, a interdiscursividade está presente na leitura e produção de textos, por serem práticas sociais que põem em funcionamento os discursos e a nominalização, apesar de ser um processo lexicogramatical localizada no textual, em alguns momentos, assume esta função de ser recuperada pelo auditório<sup>6</sup>, cujo repertório existe na memória dele.

E, de acordo com Orlandi (2009, p.30), memória é interdiscurso, ou seja, interdiscurso define-se como aquilo que já foi dito anteriormente, em outro lugar, evocando a memória discursiva, que se conceitua como: a todo dizer pré-construído sob o que já foi dito. Isso é fundamental para a compreensão do discurso do sujeito interpelado pela ideologia. Mas, acima de tudo, o que está em jogo é a constituição dos sentidos pela relação do que se diz e o que já foi dito pelo sujeito. De acordo com Orlandi (2009, p. 34), “o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”.

Podemos exemplificar isso com o texto construído abaixo:

---

6 Empregaremos aqui o conceito de auditório, segundo Abreu (1999, p.41) como “o conjunto de pessoas que queremos convencer e persuadir.”

(17) *A globalização aumentou nosso círculo de empatia e compaixão, ao contrário de tempos antigos em que esses sentimentos eram restritos a membros da família ou parentes próximos ou amigos. O resgate dos jovens tailandeses presos em uma caverna é um exemplo eloquente.*

Nesse exemplo (17), a nominalização tem função interdiscursiva, pois sua referência está no repertório do interlocutor.

Já a expressão formulaica, de acordo com Cazelato (2006), pode ser entendida como expressão cristalizada com sentido metafórico ou implicado que exige conhecimento de mundo, leva em conta processos intertextuais e convoca os interlocutores às atividades inferenciais específicas para a sua interpretação e manipulação. Em alguns casos, a nominalização ocorre em expressão formulaica, como no exemplo (18):

(18) *Amar é **dar razão a** quem não tem.*

Dadas essas explicações nocionais, passaremos agora a apresentação da metodologia desenvolvida.

## 4 CAPÍTULO III – METODOLOGIA

### 4.1 Apresentação da metodologia: pesquisa-ação

A pesquisa aborda os seguintes momentos: o da revisão bibliográfica, buscando a discussão de autores sobre o assunto em questão, a quantificação das nominalizações encontradas nas produções textuais e a análise qualitativa em algumas redações. Outra etapa desta pesquisa consistiu na análise de textos jornalísticos. Tal opção se deu por ser um gênero mais rígido em relação ao seu posicionamento acerca de questões polêmicas. Em relação a esses textos, optamos por alguns exemplares colhidos do jornal “O Estado de S. Paulo”, na sessão de opinião. O jornal também conhecido como *Estadão*, é um jornal brasileiro publicado na cidade de São Paulo desde 1875. E, entre outros, forma o grupo dos principais jornais de referência do Brasil, conforme fontes do *site Wikipedia* ([https://pt.wikipedia.org/wiki/O\\_Estado\\_de\\_S.\\_Paulo](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Estado_de_S._Paulo))

Como a tese tem como foco a melhoria de textos acadêmicos, o objeto de estudo será mais centrado nos textos acadêmicos. Entretanto, são apresentados também textos jornalísticos, pois consideramos que a linguagem desses suportes representa o padrão escrito contemporâneo da língua portuguesa e um dos meios em que se mais utiliza a argumentação, fazendo jus ao uso mais frequente da nominalização.

Podemos dizer que fizemos uso da metodologia de pesquisa-ação, pois utilizamos das atividades em sala de aula, que chamaremos de sequência didática, para promover mudanças de um problema apresentado. A pesquisa-ação pauta-se em um processo que provocará uma mudança para a melhoria da prática em sala de aula, visando a uma solução de um problema de ordem prática e concreta, surgido em um contexto específico. Segundo Burns(1999), o professor-pesquisador identifica o problema, avalia a situação, elabora uma alternativa para a resolução e intervém no contexto imediato com ações exclusivas, tendo como cerne a sala de aula.

Afirma Thiollent (1985, p.14) que

a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, daí o agir participativo, e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da

realidade a ser investigada estão envolvidos de modo corporativo e participativo, movidos por uma ideologia de ação coletiva.

Ainda com a palavra, Thiollent (1985, p.16) nos diz que “é necessário definir com precisão, qual ação, quais agentes, seus objetivos e obstáculos, qual exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação.” Tripp (2005) argumenta que a pesquisa-ação implica uma tomada de consciência dos princípios que conduzem nosso trabalho e, para isso temos que ter clareza a respeito, tanto do que estamos fazendo, quanto do porquê do que estamos fazendo.

Outra explicação, segundo Ezequiel Ander Egg (1990), é que a pesquisa-ação diz respeito aos termos usados nesse método, apresentando primeiramente a pesquisa ou investigação como um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico que tem por finalidade estudar algum aspecto da realidade com objetivo da ação prática. A ação, que indica a forma de realizar o estudo, já é um modo de intervenção, sendo o propósito da pesquisa direcionado para a ação e a participação. No processo, tanto os pesquisadores quanto os destinatários do projeto estão envolvidos. Apesar de os destinatários não serem os objetos de pesquisa, eles são sujeitos ativos que contribuem no conhecer e no transformar a realidade.

Assim, partindo de uma pesquisa qualitativa, demos ênfase à pesquisa-ação, pois ela exige investigação, análise e reflexão. Além disso, é uma metodologia que pode ser empregada em qualquer área. Na educação, a pesquisa-ação é o processo de investigação da ação e pela ação, que possibilita a melhoria da prática pedagógica e a produção de conhecimento. A pesquisa-ação na educação procura por meio da integração de grupos, diagnosticar e resolver as necessidades específicas da realidade vivida na sala de aula, escola e ou comunidade na qual se inserem, provoca mudanças e possibilita ao professor teorizar o conhecimento a partir da sua ação na prática pedagógica.

Kurt Lewis é considerado um dos pais da pesquisa-ação e, segundo ele, a pesquisa-ação compreende uma ação em um nível realista sempre seguida por uma reflexão autocrítica objetiva e uma avaliação dos resultados. Ele é o autor da frase que ficou célebre “Não queremos ação sem pesquisa e nem pesquisa sem ação.” Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhoria

da prática, aprendendo mais, durante o processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação.

Traçando os objetivos da pesquisa-ação, Thiollent (1985) e Tripp(2005) citam: investigar um problema; fornecer aos envolvidos os meios para buscar as soluções; interação entre os pesquisadores e comunidades para ocorrer a intervenção; melhorar a prática profissional; resolver ou esclarecer os problemas da situação observada; ampliar o nível de consciência da comunidade; contribuir com conhecimentos e informações para orientar a tomada de decisões e os processos de mudança; ampliar o conhecimento científico acerca de questões que afetam diretamente a produtividade ou a qualidade do trabalho desenvolvido por um grupo ou por uma instituição.

Apesar de a metodologia ser desafiadora, Cohen e Manion (2007) relatam as mais frequentes objeções à pesquisa-ação, referente ao objetivo da pesquisa-ação que é situacional e específico, considerações sobre a amostra da pesquisa que geralmente é restrita e não-representativa, sobre o pouco ou nenhum controle das variáveis independentes e os resultados que não podem ser generalizados.

Entretanto, com a maciça adesão de vários grupos, instituições, comunidades, esses pontos negativos são rechaçados por outros positivos, a saber, a pesquisa-ação é um instrumento valioso, ao qual professores podem recorrer com o intuito de melhorarem o processo ensino-aprendizagem, pelo menos no ambiente em que atuam; é uma abordagem científica voltada para a solução de problemas; a pesquisa-ação fornece subsídios, tomada de decisões, para o ensino e ao considerar as limitações atuais da teoria educacional, a pesquisa-ação leva a soluções imediatas para problemas educacionais urgentes, que não podem esperar por soluções teóricas.

Uma das características da pesquisa-ação é a de ser um processo que se modifica em espiral, possuindo quatro etapas: planejamento, ação, observação, reflexão, cujos resultados podem levar a um novo esclarecimento e diagnóstico da situação problemática, entrando assim num espiral de reflexão e de ação. A pesquisa-ação altera o que está sendo pesquisado, pois ela é pró-ativa com respeito à mudança, e sua mudança é estratégica no sentido de que a ação é baseada na compreensão alcançada por meio da análise de informações de pesquisa.

## 4.2 Contexto da pesquisa e atividades elaboradas

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Estadual de Roraima, localizada em Boa Vista/RR. Os textos acadêmicos, ou redações, são dos alunos do curso de Direito, alunos do 2º período. Esse curso é um dos mais concorridos na Universidade e os discentes que conseguem ser aprovados, em sua maioria, apresentam uma escrita mais elaborada, apesar de não a formalizarem de maneira mais abstrata e com argumentação.

A coleta de dados foi realizada durante a disciplina de Português Jurídico, como exercício avaliativo em sala de aula. O projeto do curso, em 2017, ainda contava com duas disciplinas da área de Língua Portuguesa. No primeiro período, havia a disciplina de Leitura e Produção textual e no segundo, a do Português Jurídico, que tem uma carga horária de 60h.

Para a produção dos textos, foi utilizada uma sequência de atividades a fim de contextualizar o tema e socializar ideias de diferentes polos. As atividades obedeceram a uma sequência didática desenvolvida em 3 encontros, que correspondem a 4h/a cada um.

Chamamos essas atividades de sequência didática baseando-nos nas explicações de Schneuwly e Dolz (2004, p.82) que a conceituam como “um conjunto de atividades pedagógicas organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito.”

Zabala (1998, p.18) também define a sequência didática como “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos.”

Oliveira (2013,p.40) apresenta como passos básicos da SD, em primeiro lugar, a escolha do tema a ser trabalhado, depois os questionamentos para a problematização do assunto; após, o planejamento dos conteúdos, os objetivos a ser atingidos no processo ensino-aprendizagem; na sequência, a delimitação da sequência de atividades e, por fim, a avaliação dos resultados.

No caso da SD relacionada com o ensino da escrita, a sequência tem como objetivo ajudar o aluno a dominar melhor um determinado gênero textual, favorecendo uma comunicação mais adequada em dada situação em que o uso do gênero trabalhado se faz necessário. Nesse estudo, o gênero discutido foi o artigo



de opinião jornalístico para apropriação do conceito de nominalização como recurso de estilo para aprimoramento da escrita.

Considerando os aspectos nos quais esta pesquisa aconteceu, caracterizamos as ações como pesquisa-ação, valendo-nos da SD para a realização das atividades, as quais passamos a relatar abaixo:

- a) Etapa do diagnóstico: Essa etapa é fundamental na pesquisa, pois, a partir das observações do pesquisador, é que serão delimitados os aspectos teóricos acerca da possibilidade de produção do conhecimento e a percepção do grupo de reflexão. Assim, pudemos observar que havia uma defasagem na elaboração de textos mais formais, em relação à pertinência do uso de vocabulário apropriado, mais precisamente das nominalizações. Fato que já era detectado há alguns anos pela prática da professora-pesquisadora, que está em sala de aula há mais de 30 anos, dos quais 10, no ensino superior. E isso foi reforçado pelo texto inicial redigido pelos alunos numa aula informal, cujo assunto dizia respeito sobre as expectativas para o curso de Direito da Uerr. Foi com base nesses elementos que se realizou o diagnóstico, característica da primeira etapa da metodologia pesquisa-ação. A partir da constatação da informalidade da escrita com poucos períodos complexos e com um vocabulário restrito, percebeu-se a necessidade de se melhorar a escrita dos textos, deixando-os mais formalizados. Por isso, optou-se em trabalhar com o léxico, escolhendo para isso o processo de nominalização como uma forma de se trabalhar o texto de uma forma mais abstrata e com mais estilo.
- b) Etapa do planejamento: Pensando na nominalização como medida prática para a melhoria dos textos, foi elaborada uma SD, como uma forma de intervenção para o problema.
- c) Etapa da ação: Nessa fase, a SD foi colocada em prática, ou seja, foram 3 encontros de 4h/a cada, seguindo as estratégias que serão demonstradas mais a frente.
- d) Etapa da avaliação: Com os textos produzidos, foram feitas as análises, a partir de discussão linguística sobre o uso do recurso da nominalização como descarte de argumentos, elemento de coesão, e o próprio uso inadequado em alguns momentos.

A fim de esclarecer os passos da SD, apresentamos as atividades realizadas em cada encontro. No primeiro, apresentamos alguns recursos coesivos para ser usados em textos e falamos mais especificamente sobre a nominalização, apresentando o seu processo de formação e suas características coesivas e discursivas.

No segundo encontro, pedimos aos discentes que lessem sobre a temática que seria discutida em sala de aula. Na época, 2º semestre de 2017, falava-se muito em “ideologia de gênero” e achamos que essa seria uma abordagem atrativa, principalmente sendo os acadêmicos voltados para a área das leis. Além da leitura, convidamos um professor universitário de História para debater com os alunos o assunto em pauta. Só depois dessas ações, é que os acadêmicos realizaram a etapa final, a produção textual, no terceiro encontro.

A produção foi redigida dentro do tipo textual dissertativo-argumentativo e o tema era “A discussão sobre gênero na sociedade contemporânea e suas implicações jurídicas”. Para a realização do texto, a linguagem deveria ser formal, com coerência e coesão, utilizando a nominalização como forma de tornar o texto mais abstrato e formal, utilizando no mínimo 15 linhas e no máximo 50. A maioria escreveu entre 30 a 40 linhas. Foram redigidos 33 textos.

## 5 CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS TEXTOS

### 5.1 Análise dos textos jornalísticos

Conforme dissemos no capítulo III, analisamos alguns textos do gênero artigo de opinião retirados do jornal “O Estado de São Paulo”, por se tratar de textos bem elaborados, abstratos e que, com certeza, utilizariam as nominalizações de uma forma mais ampla e coerente, dando à escrita um certo requinte e também mais articulação argumentativa. Entretanto, pelas análises feitas, constatamos que, mesmo se tratando de escritores capacitados, ainda sim há a má utilização da nominalização em alguns trechos dos textos.

Segundo Lopes-Rossi (2012), um artigo de opinião não só se configura pela sua organização textual do tipo argumentativo. Essa é apenas mais um dos seus elementos. O que se leva em conta são os elementos sociocomunicativos da esfera jornalística que atendem, como o propósito comunicativo, os critérios de produção jornalística, os critérios de escolha de temática decorrente dos acontecimentos do momento e pertinente à linha editorial do veículo em que foi publicado, o perfil de seu público-alvo e ao estilo do gênero. Todos esses elementos estão situados num momento sócio-histórico e são por ele, dialogicamente, determinados.

Durante a análise dos textos jornalísticos, apresentaremos uma reelaboração das construções usando ora a nominalização, ora os verbos e adjetivos, a fim de constatar o melhor recurso a ser utilizado em determinadas situações. Devemos deixar claro que, para a análise, iremos utilizar a abordagem de Abreu (2003, 2018) para justificar os usos ou impropriedades no uso das nominalizações.

Recordando as explicações de Abreu (2018, p.155 e 156), o uso das nominalizações é pertinente em três situações: primeira, quando não queremos agregar argumentos, como agente, objeto afetado, experienciador etc, como já relatamos no primeiro capítulo. Segunda, quando utilizamos o SN para recuperar, por coesão textual, toda a frase anterior e terceira, quando além de recuperar por coesão léxica o conteúdo da oração anterior, o autor avalia o que foi dito anteriormente, conforme demonstramos no capítulo anterior. Além disso, introduzimos também as nominalizações em relações interdiscursivas e como expressões formulaicas<sup>7</sup>.

---

7 Tanto o interdiscurso e as expressões formulaicas referindo-se à nominalização foram sucintamente apresentadas no capítulo anterior e são referidas aqui por comunicação pessoal de Abreu em agosto de 2018.

Já o uso inapropriado das nominalizações é constatado quando nenhuma das opções acima justificam o uso delas. Temos, então as chamadas nominalizações *zumbis*. Para confirmar essa afirmação, Abreu (2018) apresenta alguns exemplos, um com nominalização desnecessária (1.a) que estamos chamando de *zumbi* e outro(1.b), usando verbos no lugar das nominalizações. Vejamos:

(1) *A privatização tem como princípio a **melhora** dos serviços e a **diminuição** dos valores cobrados e **possibilidade** de **afastamento** da responsabilidade dos órgãos públicos. (texto com nominalizações desnecessárias).*

(1) b. *A privatização tem como princípio **melhorar** os serviços e **diminuir** os valores cobrados, **possibilitando afastar** a responsabilidade dos órgãos públicos. (texto usando verbos no lugar das nominalizações).*

No texto “Linha divisória” de Denis Lerrer Rosenfield, há uma série de usos da nominalização em que os sujeitos não se explicitam, apenas aparecendo o complemento do nome, como no seguinte parágrafo:

(2) *É forçoso reconhecer que os **acertos** econômicos foram ofuscados pela própria negligência no **enfrentamento** das questões éticas. Ministros do atual governo foram presos, outros estão sendo investigados, transmitindo à sociedade a mensagem de que a corrupção não foi encarada como deveria.*

“Acertos”, nominalização do verbo *acertar*, morfológicamente conceituado como uma derivação regressiva, traz uma avaliação positiva do governo Temer. Na expressão “no enfrentamento das questões éticas”, caso fosse alterada a expressão nominal pelo verbo, teríamos: “em enfrentar questões éticas”. A regência do verbo em uso teria como sujeito “o governo Temer” e como objeto “as questões éticas”, mas a troca pela nominalização pôde oferecer ao leitor o encapsulamento catafórico que é referido logo após, apresentando a situação desse enfrentamento.

No trecho a seguir, desse mesmo texto, a nominalização “os acertos do atual governo” retoma a expressão nominal “os acertos econômicos”, do exemplo 2. Veja:

(3) (...) *Os acertos do atual governo não podem ser negligenciados por seus erros cometidos no domínio da ética.*

Outros exemplos de uso da nominalização, a fim de se descartar o agente, podemos visualizar nestes outros parágrafos do mesmo texto em assunto:

(4) (...) *A **limpeza** das instituições, com a **punição e condenação** dos corruptos, não pode dar lugar à irresponsabilidade no **tratamento** das grandes questões nacionais.*

(5) (...) *Pensam no **ganho** imediato e não demonstram nenhuma **preocupação** com o futuro da Nação...*

Em outra parte do texto, observamos que a nominalização se faz intuitivamente, por conhecimento prévio, quando o autor menciona as “**imensas conquistas** da reforma trabalhista”. Não se diz quais foram essas conquistas, pois se acredita que o leitor já as conhece. É o que nós consideramos como interdiscursividade, pois a referência é buscada na memória do auditório particular<sup>8</sup>, do seu repertório.

Em outro texto “Defesa nacional e garantia da lei e da ordem”, do Almirante Mário César Flores, podemos constatar o uso constante do encapsulamento anafórico com apreciações sobre o referente textual.

(4) *Compreensível no povo, o **desvario** também acontece em setores bem informados e da mídia, por convicção equivocada, mas sincera, ou porque ainda vivem o rescaldo do período autoritário – um contrassenso, já que os militares dedicados à defesa nacional foram menos envolvidos na heterodoxia daquele período.*

(5) *Não há como fugir dessa realidade: nossa condução política, aquém dos desafios brasileiros (razão maior do déficit social), e nosso paradigma cultural propenso à tolerância trouxeram o Brasil ao cenário de insegurança pública dramático, que exige atuação militar policial expressiva e frequente na garantia da lei e da ordem. **Essa atuação** constitucional é heterodoxa sob a perspectiva da finalidade básica clássica das Forças Armadas e seria desnecessária se os governos estaduais tivessem preparado corretamente seus sistemas policiais – preparo material e humano, profissional e ético.*

(6) *Pior ainda se em conflitos entre delinquentes e forças federais “balas perdidas” vierem a matar inocentes: elas serão imediatamente atribuídas aos militares-policiais, como vêm comumente sendo aos policiais-militares. **Esse***

---

8 Estamos chamando aqui de auditório particular, pois segundo Abreu (1999, p. 42) o auditório particular se refere a um conjunto de pessoas cujas variáveis controlamos. Portanto, como este trecho foi retirado de um texto opinativo, tendo como suporte um jornal conceituado e mais intelectualizado, hipotetizamos que a leitura dele seria feita por pessoas mais escolarizadas.

*risco existe hoje no Rio de Janeiro, onde a insegurança pública chegou ao nível apocalíptico e a intervenção vem sendo enaltecida como redentora.*

Segundo Pinker (2016, p.69), as nominalizações, quando usadas em excesso, prejudicam a clareza do texto e podem esvaziar o sentido dos verbos, quando transformados em sintagma nominal, como nesse exemplo:

- (7) a. *Os participantes leram afirmações cuja veracidade foi afirmada ou negada pela subsequente apresentação de uma palavra de aferição.*  
 b. *Apresentamos aos participantes uma sentença seguida pelas palavras verdadeiro ou falso.*

Outra possibilidade de constatarmos a clareza e o estilo apropriado na produção da escrita é transformar as partes de um texto que emprega nominalizações pelos verbos. Isso pode ser notado com estes trechos do texto “Invasor e demagogo”, de Almir Pazzianotto Pinto.

- (8) *Nenhum tem a coragem de dizer que a extirpação da pobreza depende de trabalho honesto, diuturno, da capacidade de escolha, se não do melhor do menos mau dos candidatos.*

Essas nominalizações destacadas no exemplo 8 não precisavam ser usadas, pois não diziam respeito a nenhum critério para seu uso. Portanto, a redação do trecho ficaria melhor se, nos lugares das nominalizações, o autor usasse verbos. Vejamos:

“Nenhum tem a coragem de dizer que **extirpar a pobreza** depende de trabalho honesto, diuturno, da capacidade de **escolher**, se não o melhor o menos mau dos candidatos.”

O mesmo problema detectamos no exemplo 9:

- (9) *Segundo Boulos, o resgate da miséria depende apenas do desejo.*

O SN ficaria melhor se se usasse o verbo com o seu objeto:

“**Resgatar a miséria** depende apenas do desejo.”

Assim também constatamos nos exemplos 10 e 11 apresentados abaixo:

- (10) *Logo, para que a sociedade goze de oportunidades para satisfação das necessidades e aquisição de supérfluos é indispensável que a iniciativa privada seja estimulada e protegida, e não espoliada e aniquilada.*

Trecho reescrito:

“Logo, para que a sociedade goze de oportunidades de **satisfazer necessidades e adquirir supérfluos** é indispensável...”

- (11) *A multiplicidade partidária enseja a multiplicação de candidatos, financiados pelo Fundo Partidário e pelo Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que somados atingiriam o valor de R\$ 2,5 bilhões.*

Trecho reescrito:

“A multiplicidade partidária enseja **multiplicar candidatos...**”

O quarto e último texto analisado, “Brasil tem uma “Itália” de inadimplentes”, apresenta uma nominalização em forma de expressão formulaica, pois é um tipo de construção que não é resultado de um procedimento sintático, mas de uma expressão que se encontra estratificada na sociedade, com um significado específico.

- (12) *(...) As classes altas têm mais **margem de manobra**, mas, em grande parte das vezes, quanto mais a pessoa ganha, mais gasta.*

**Margem de manobra** não significa manobrar à margem, mas sim a capacidade de sair de uma situação complicada.

E, por último, também encontramos neste texto, no último parágrafo, a nominalização *zumbi*, que acontece, conforme já explicamos, quando não temos nenhuma daquelas situações necessárias para utilizar a nominalização.

- (13) *Para os especialistas, no entanto, a crise não ensinou muito aos brasileiros em termos de **controle de gastos ou consumo consciente**.*

O texto ficaria mais bem redigido, se o autor não houvesse empregado as nominalizações “controle” e “consumo”. O melhor seria utilizar as formas verbais: “controlar” e “consumir”.

Trecho reescrito:

“Para os especialistas, no entanto, a crise não ensinou muito aos brasileiros como controlar os gastos ou consumir conscientemente.”

## 5.2 Análise dos textos acadêmicos

As implicações desta pesquisa se voltaram inicialmente às constatações das análises morfossintáticas sobre as nominalizações, pois precisávamos nos ambientar sobre as diversas pesquisas relacionadas a esse tema, devido às poucas informações que as gramáticas normativas nos davam.

Assim, para as análises feitas nas produções, nos atemos às considerações feitas por Basílio (1989, 2004), que postula sobre a produtividade da formação de nomes ser maior a partir de verbos, do que o contrário. Além de que, nas

nominalizações, há uma relação sintático-semântica entre o verbo e a forma nominalizada, e ela será considerada deverbal a partir do momento em que puder ser usada com sentido verbal.

Isso posto, fizemos uma varredura nos textos dos alunos e selecionamos, em cada produção, as nominalizações usadas. Ademais, pudemos observar que algumas nominalizações usadas nos textos motivadores foram também empregadas nas produções textuais dos discentes.

Detectamos 193 (cento e noventa e três) tipos de nominalização nos 33 textos produzidos, que foram enumeradas no quadro 1.

**Quadro 1:** Ocorrências de nominalizações nas produções textuais.

Abertura	Aceitação	Acesso
Afirmações	Agressão	Alicerce
Ameaças	Amparo	Análise
Aquisição	Argumentação	Assunto
Atendimento	Atribuições	Aumento
Avanço	Barbaridades	Capacidade
Casamento	Catologação	Combate
Comportamento	Compreensão	Comunicação
Conceito	Condição	Conflito
Confusão	Conhecimento	Conquistas
Consciência	Consentimento	Conservadores
Consideração	Construção	Convencimento
Convicção	Convivência	Criação
Críticas	Culpa	Debate
Decisões	Defensores	Defesa
Definições	Deiferenciação	Deliberação
Demanda	Demonstração	Descobertas
Desconfiança	Desencontros	Desenvolvimento
Desrespeito	Desvios	Determinação
Diálogo	Dicotomização	Diferenças
Discriminação	Discursos	Discussão -
Dominação	Dúvida	Educação
Efetividade	Emancipação	Embasamento
Empatia	Encontros	Ensinamentos
Entendimento	Esclarecimento	Escolarização
Escolha	Evolução	Exclusão
Existência	Explanações	Expressão
Expressividade	Falas	Falta
Felicidade	Força	Formação
Fundamentação	Gozo	Identidade
Ignorância	Igualdade	Imbricações
Implementação	Implicações	Imposição
Incentivo	Inclinação	Inclusão
Indagação	Influência	Informação
Iniciativa	inserção	Instrução
Insultos	Interesse	Interpretação
Intolerância	Introdução	Inverso
Investimentos	Justificativas	Liberdade



Luta	Malefício	Mando
Manifestação	Manutenção	Melhorias
Morada	Motivos	Movimento
Mudança	Necessidade	Negação
Obrigaçã	observaçã	Ocorrência
Ódio	Opiniã	Oposição
Opressão	Orientaçã	Parcialidade
Participaçã	Participações	Pensamento
Percepçã	Perda	Permanência
Perseguições	Perversã	Polarizaçã
Posiçã	Práticas	Preferência
Pressuposto	Privilégios	Problemática
Processo	Processos	Produto
Progresso	Proposta	Prova
Punições	Quebra	Questã
Realizaçã	Reconhecimento	Reduçã
Reflexã	Reforma	Reivindicações
Relaçã	Relevância	Repercussã
Representações	Repressão	Repúdio
Resistência	Respeito	Responsabilidade
Resultados	Retirada	Retrocesso
Reversã	Revolta	Seguridade
Soluçã	Subordinaçã	Surgimento
Tendência	Tensã	Tentativa
Tolerância	Tomada	Transformaçã
Uso	Vigência	Visã
Vivências		

**Fonte:** produção própria.

Feita essa abordagem, retomamos aqui o nosso objetivo geral que é, justamente, mostrar as nominalizações como termos gerados de verbos ou adjetivos, com uma função predicadora, mas, ao mesmo tempo, incluir nesse quesito a importância da nominalização para a construção do discurso formal nas produções de textos. Além disso, como consequência, atribuir a clareza da escrita ao uso das nominalizações, baseando-nos nas abordagens sobre coesão textual feitas nos capítulos 1 (um) e 2 (dois), ou o contrário disso, que seria o uso desnecessário das nominalizações, já nomeadas como *zumbis*.

Para a análise das produções textuais, apuramos quatro situações, conforme já enunciamos acima na análise dos textos jornalísticos, a saber:

- a) Descarte dos argumentos;
- b) Recuperação por coesão textual;
- c) Interdiscurso;
- d) Nominalizações zumbis.

Assim, observamos as nominalizações de cada texto e identificamos que, na maioria das produções, as nominalizações eram usadas para descarte dos argumentos; muito poucas eram usadas para retomada por coesão, nenhum caso de expressão formulaica e algumas nominalizações zumbis.

### 5.2.1 Descarte de argumentos

Para exemplificar essa primeira função das nominalizações, apresentaremos os períodos destacados nos textos, em que se utilizaram as nominalizações com esse intuito, a saber:

Texto 1

- (14) a. *Outro grande conflito é o **debate** em salas de aulas...*  
 b. (...) *tem de ter a liberdade de **expressão e pensamento**...*

Texto 3

- (15) a. *O sujeito é determinado por **imposição** de uma sociedade.*  
 b. *Ser a esposa ou o marido perfeito surge de **comportamentos sociais** aceitos por esses.*  
 c. *Fato este, entende-se, que não caberia como **produto de inserção** em sociedade.*  
 d. *Levar a sexualidade ou a sua **tentativa** às escolas.*

Texto 4

- (16) a. (...) *poderia gerar algum **malefício** social no futuro?*  
 b. *E mais, quais seriam os **resultados** futuros...*  
 c. (...) *como exemplo o **desenvolvimento** feminino no mercado de trabalho que antes sofria **resistência**...*  
 d. (...) *ocorrem por **influência** de diversos agentes entre eles a educação.*

Texto 5

- (17) a. (...) *e não tendo **embasamento** científico nenhum.*  
 b. *Gênero (uma **consciência** e **percepção** de si mesmo como homem ou mulher)...*

## Texto 6

- (18) a. *Sendo assim, necessário se faz que o **pensamento** crítico e o **respeito** sejam trabalhados na infância, principalmente na escola.*
- b. *As **questões** de **inclusão** de gênero devem ser mais amplas ...*
- c. *Exemplos disso seriam os casos de **agressão** aos gays, mulheres, estrangeiros etc.*
- d. *Para que existam **melhorias** é preciso que...*
- e. *(...) para que com uma **visão** mais ampla...*
- f. *(...) se deparem com um maior número de **argumentos**...*
- g. *Por exemplo o tema da **reforma** trabalhista que ...*

## Texto 7

- (19) a. *(...) desencadeou em **debate** em nível nacional. A **problemática** inicia-se a partir das divergentes **opiniões** ...*
- b. *(...) e não tem **relação** direta obrigatoriamente com **orientação** sexual.*
- c. *Entretanto, há quem diga que a atual **resistência** que o tema enfrenta...*

## Texto 8

- (20) a. *Mulher trans, homossexual, pobre e negra sofre **discriminação** em evento.*
- b. *(...) a **luta** que vai travar para se sentir bem comigo. Se acrescentar as **questões** de **orientação** sexual e classe social...*
- c. *É por **reconhecimento**, **respeito** e **empatia** que o **debate** sobre gênero...*
- d. *A **informação** sobre eles não muda suas convicções...*
- e. *(...) os números crescentes de **processos** e a **culpa** do estado sobre isso.*

## Texto 9

- (21) a.(...) com o **surgimento** da “ideologia de gênero”.
- b.(...) sem levar em consideração a **determinância** biológica.
- c. (...) recebam a **educação** moral e religiosa...
- d. (...) não pode ser de **responsabilidade** estatal a educação, sendo o seu dever a **escolarização**.

## Texto 10

- (22) a. (...) gerando **discussões** e outras formas de **expressividade** contra os mesmos.
- b. (...) ou **agressões** causadas por homofóbicos.
- c. Enquanto houver preconceito, **discriminação** e uso da força...

## Texto 11

- (23) a. O gênero é basicamente uma **construção** cultural...
- b. Atualmente, existe uma **confusão** entre **identidade** de gênero e **orientação** sexual, esta última refere-se à **preferência** sexual, os sentimentos.
- c. (...) que praticam desde pequenos **insultos** até grandes **barbaridades**...
- d. Dessa forma, as crianças crescerão livres de **imposições** e poderão... para fazerem suas **escolhas**.

## Texto 12

- (24) a.(...) deve impor-se evitando toda **análise** racional...
- b.(...) seria a **construção** social ou cultural do sexo.
- c. Porém não vejo uma **argumentação** plausível para se ensinar nas escolas, universidades, entre outras instituições ou meio de **informação**...
- d. As instituições já mencionadas neste texto têm a **responsabilidade** de
- e. (...) é ensinar o **respeito** e **amor** ao próximo.

## Texto 13

- (25) a. A **questão** envolvendo o gênero é um fato...
- b.(...) gerando assim um certo **repúdio** sobre o tema.
- c. (...) é a base das mais variadas **discussões** em sociedade.
- d. **Questões** como suas origens, sua **manifestação** nos corpos...
- e. (...) fecha os olhos para a **transformação** em sociedade.
- f. Para tanto, o **desenvolvimento** de políticas públicas, a **participação** dos meios de comunicação, e o **combate** por parte da classe política...
- g. O direito, ao invés de se mostrar como **solução**...

## Texto 14

- (26) a. Está aberta a **discussão**...
- b. (...) resultantes da **evolução** cultural ...
- c. (...) para harmonizar a **convivência** e garantir a **realização** de ...
- d. (...) para fazer e viver as suas **escolhas**, dentre estas a **questão** do gênero...

## Texto 15

- (27) a. (...) em resguardar a **questão** das desigualdades...
- b. Assim, conforme **interpretação** dos dispositivos citados...
- c. (...) a lei não pode ser fonte de **privilégios** ou **perseguições**...
- d. (...)muito embora legítimas as **lutas** pela **discriminação**... ocorre é o **inverso** do pretendido...
- e. (...) as **questões** de **discriminação** a partir do **conceito** que só...
- f. (...) ... e a **construção** atual do ... uma **imposição** social que gera ...
- g.(...) gerando desigualdade e **opressão**.
- h. (...)não consegue **morada** dentro...e sua **introdução** ...sem o **consentimento**...

## Texto 16

- (28) a. A **luta** por um estado democrático...
- b. (...) além de vedar quaisquer formas de **discriminação**.
- c. (...) dificultando uma **comunicação pacífica**...
- d. (...) e pouca **efetividade** da lei...
- e. (...) levando à **intolerância**.
- f. Desta forma a lei terá **efetividade**, e não somente **vigência**.
- g. (...) construir mais **respeito**...

## Texto 17

- (29) a. (...) sempre houve **desvios** de rotas e até **retrocessos**.
- b. O **processo** de **formação** cultural é cheio de **encontros** e **desencontros**...
- c. (...) para relativizar e desvalorizar as **reivindicações** que surgem com a **discussão** de gênero.
- d. (...) pelas instituições sensíveis à **formação** de valores...
- e. (...) com relação ao **avanço** das correntes...

## Texto 18

- (30) a. A **discussão** sobre a tão polêmica...
- b. As diversas **opiniões** e **posicionamentos** sobre ...
- c. (...) como o meio de **construção** intelectual...
- d. (...) e **respeito** por grupos...
- e. (...) participam desse **processo** de **construção** moral...
- f. (...) de um ser em **desenvolvimento** vem da sua **convivência** familiar.
- g. (...) atender a **demandas** de conflitos...

## Texto 19

- (31) a. (...) promove **debates**...
- b. (...) nos padrões de **comportamento** e ... quando se refere ao **acesso** das ... e o **respeito** à dignidade humana.
- c. (...) **orientações** intersubjetivas e sua **relação** com as...
- d. **Orientação** sexual é a **inclinação** romântica...

- e. (...) com **manifestações** psicossomáticas... busca **identificação** ...
- f. (...) com **argumentações** passionais...
- g. **Deliberação** nada tem a ver...pois **comunicação** é...
- h. (...) **soluções** consensuais...
- i. (...) está clara na **falta de informações**... na **dicotomização**...
- j. (...) logo seu **interesse** ... é de equilibrar **forças** e promover...

Texto 20

- (32) a. Ao longo **processo** da evolução humana...
- b. (...) **emancipa** a sociedade separatista vítima do **desenvolvimento** do capitalismo.
- c. Minha **indagação** é ...
- d. (...) **causando emancipação** ... falta de **respeito**...

Texto 21

- (33) a. É grande a **discussão** ... desconhecem as **definições** de gênero e ideologia.
- b. A ideologia é um mecanismo de **convencimento** e **dominação** ... nas **falas** políticas.
- c. (...) é definido a partir de uma **construção** cultural...
- d. (...) buscando sempre a **conscientização** sobre o tema...o **respeito** às diferenças.
- e. (...) devido a nossa **criação** patriarcal.

Texto 22

- (34) a. É nítida a **evolução** do pensamento...
- b. (...) a **discussão** sobre...
- c. (...) e **combate** à desigualdade contra as mulheres...
- d. (...) pode significar **retrocesso**...
- e. A **abertura** às **discussões** é um passo...
- f. (...) e isso implica diretamente na **felicidade** daqueles... a livre **escolha** de gênero.
- g. (...) diretamente na **tomada** de **decisões** dos três poderes.
- h. (...) sempre existir o **respeito** a fim de se ...

## Texto 23

- (35) a. (...) se propõe a **reflexão** de temas...
- b. (...) se abordaria a **discussão** de gênero.
- c. (...) deixando-se de lado a **aceitação** LGBT.
- d. (...) fica claro o objetivo de **combate** ao preconceito...tem caráter de **aceitação** e por consequência **respeito** ao que lhe é diferente.
- e. Esse **repúdio** e medo por certa parte da população...
- f. (...) que se leve sim a essa **reflexão**...e a **permanência** da **exclusão** .  
**repressão**.

## Texto 24

- (36) a. Este fato gerou grande **revolta** ...
- b. (...) é **obrigação** de instituições...
- c. (...) para a **aceitação** total da sociedade.
- d. A **ocorrência** de vários crimes e atitudes preconceituosas serviram para aquisição do **amparo** judicial.
- e. (...) poderá tomar suas próprias **decisões**.
- f. (...) como a **perda** da identidade...
- g. (...) é pautada por **imposições** midiáticas... o **conhecimento**.
- h. (...) exista o **respeito** em ambas as partes.
- i. (...) deve deixar livre as **escolhas** sexuais.

## Texto 25

- (37) a. A **discussão** sobre gênero...
- b. O **conhecimento** a cerca do gênero...
- c. (...) as **questões** sobre gênero...as **conversas** passam **informações**... as **questões**...debatidas com **responsabilidade** e... as **informações**... o maior **alicerce** do tema que é o **respeito**.
- d. (...) os **ensinamentos** sobre as **questões** de gênero...

## Texto 26

- (38) a. (...) com milhares de **informações**...
- b. (...) o que importa é o **respeito** de cada um...
- c. (...) manifestar nossos **pensamentos** e **opiniões**.
- d. (...) não tem **conhecimento** suficiente...



## Texto 27

- (39) a. *Entre eles surgem **movimentos** ... contra o **retrocesso** jurídico...a **assuntos** como gênero.*
- b. *Porém, apesar de haver uma **evolução**...*
- c. *(...) declararam ser contra o **debate** sobre...*
- d. *(...) para o **desenvolvimento** do indivíduo...*
- e. *(...) importância o **debate** de assuntos de gêneros...*
- f. *(...) incentivar os **debates** e **reflexões** ...*
- g. *Com isso garante a **luta** ...continua surgindo **movimentos**...a **evolução** cultural e intelectual do país.*
- h. *(...) continua em **processo** de **evolução**... em relação a **agressões**... **casamento** homoafetivo.*
- i. *(...) ao **debate**, **reflexão** e **luta** pelo direito.*

## Texto 28

- (40) a. *(...) uma **tendência** ... o que tem **implicações** ...*
- b. *(...) que o **pensamento**...longo **processo** ... com **argumentos** falaciosos e retrógrados.*
- c. *(...) que o **debate** sobre...visando o **desenvolvimento** social.*
- d. *(...) nesse texto a **análise** de ...e não a **catalogação** destes.*
- e. *Devido ao **desenvolvimento** histórico...*
- f. *(...) foi a **criação** da ....**documento**... o **respeito**...*
- g. *(...) utilizou como **argumento**... como **fundamentação**...grandes **avanços**...ao **diálogo** sobre **questões** de gênero...*

## Texto 29

- (41) a. *(...) grandes **debates**...sua **inclusão**...*
- b. *Apesar de alguns **avanços**... forte **oposição**...*
- c. *(...) e preservar uma **convivência**...*
- d. *(...) ganhou grande **repercussão**...*
- e. *(...) permaneçam na **ignorância**...*
- f. *O número de mortes, **agressões** e **ameaças** ...*
- g. *Houve uma **tentativa**...*
- h. *Porém, por **falta** de **esclarecimento**...*
- i. *(...) disseminar o **respeito** e a equidade...*

j. A **orientação** sexual... de **escolha** que o ser humano possui.

k. (...) porém foram as diferenças e as **conquistas**...

l. A **discussão** sobre... **conquistas e progresso**.

Texto 30

(42) a. (...) e suas **escolhas** a partir da ideologia ...

b. (...) que é a **evolução** da sociedade.

c. (...) a **solução** primordial...necessária **evolução**... viver sem **discriminação**.

Texto 31

(43) a. (...) tanto pela **luta** de grupo de mulheres...

b. As **atribuições** sociais designadas...

c. (...) abrigar as **reivindicações** por direitos e **reconhecimento** de outras...

d. (...) reivindica **mudanças** no padrão de **reconhecimento** da própria sociedade.

e. (...) passa a orientar a **discussão** do tema na sociedade.

f. (...) ligadas à **luta...imposição...polarização... luta pelo poder**...

g. De forma que **movimentos**...

h. (...) relacionada à **discriminação** desses grupos...

Texto 32

(44) a. As **discussões** acerca do tema...grande **repercussão**...

b. Suas **imbricações** com a ...

c. (...) com a **defesa** de que não...

d. (...) é necessário para o **conhecimento** coletivo... a **aceitação** de ...

e. Uma de suas **implicações** jurídicas... **casamento**... e **relações**...

f. (...) em que a **questão** sobre gênero...

g. (...) tem que abranger o **debate** de vários temas...

h. (...) formem **opiniões** ...

i. (...) para expandir **conhecimentos**, abrir **pensamentos**...

Texto 33

(45) a. (...) seria a **expressão** biológica... de uma **construção** social...

b. (...) ampliar os **debates**...os **defensores**...necessidade de **progresso**...

c. Entretanto, muitas das **afirmações** intrínsecas...

- d. (...) *deve ser aberto ao diálogo...*
- e. (...) *para qualquer tipo de imposição nos campos da individualidade.*
- f. *Há então, uma tensão entre...*
- g. *Alguns países percebem a “ideologia de gênero” com desconfiança.*
- h. (...) *para as descobertas sobre a diferenciação de sexo e gênero.*
- i. *Destacavam que a formação... vivências... expressão de uma construção social.*
- j. (...) *depois das repercussões ... cortou investimentos...*
- k. (...) *reais interesses... defensores das causas das mulheres e LGBT”s.*
- l. *Quanto à seguridade dos direitos...*
- m. (...) *sobre a necessidade de respeito às escolhas... punições apropriadas às práticas de ódio e preconceito.*
- n. (...) *tendo convicção do dever de respeitar os de outrem.*
- o. *Entre os maiores avanços ... tolerância inerente...*

### 5.2.2 Retomada por coesão textual

As nominalizações foram pouco usadas como forma de coesão lexical. Encontramos pouco uso de retomada pelo processo de verbal. Algumas nominalizações foram usadas como anáfora e catáfora e nenhuma com valor avaliativo. Com certeza, isso acontece pela baixa produtividade lexical, com um vocabulário restrito advindo do sistema educacional de anos anteriores. Apesar de serem alunos de um curso considerado o mais concorrido da Instituição, ainda há falhas na ampliação do vocabulário deles. Assim, selecionamos alguns textos para demonstrar as funções e retiramos outros que apresentavam as mesmas expressões.

## Texto 01

(01) *Outro grande conflito é o debate em salas de aula sobre o gênero em si, o que é ser mulher e o que é ser homem, grande ponto **dessa discussão** é quando inserir **tais debates** e em que estado.*

Portanto, **esse assunto** é um tabu...

O SN **dessa discussão** retoma a fala anterior, ou seja, o que é ser mulher e o que é ser homem e **tais debates** recupera a nominalização **debate** falado no início do parágrafo. Já no próximo parágrafo, o autor retoma todo o período anterior com a expressão **esse assunto**.

## Texto 02

(02) *(...) a resistência do país em discutir questões relacionadas à identidade de gênero e o preconceito sofrido por esses indivíduos.*

**Essa resistência** se dá em virtude...

O SN **essa resistência** retoma com a mesma palavra *resistência*, do parágrafo anterior, mas com a junção do pronome demonstrativo, a fim de enfatizar a anáfora textual.

## Texto 04

(03) *Dessa forma, o que era inaceitável no passado torna-se algo comum no futuro, como exemplo o desenvolvimento feminino no mercado de trabalho, que antes sofria resistência, mas hoje é apenas mais uma característica social.*

**Essas mudanças** de pensamento ocorrem...

A expressão **essas mudanças** retoma o parágrafo anterior, encapsulando o fato de antes as mulheres não poderem trabalhar e, atualmente, serem destaque no mercado de trabalho.

## Texto 7

(04) *Nos últimos meses, a popularmente chamada “ideologia de gênero” desencadeou um debate em nível nacional. **A problemática** inicia-se a partir...*

O SN **a problemática** se refere a todo o texto anterior, atribuindo um juízo de valor ao debate sobre a ideologia de gênero, justamente pela escolha daquela nominalização.

Texto 12

(05) *A **solução** para esse impasse é ensinar o respeito e amor ao próximo.*

Nesse caso, já presenciamos o uso de uma catáfora, pois o referente se encontra posterior à nominalização. Qual é a solução apresentada? Ensinar o respeito e amor ao próximo.

Texto 13

(06) *A questão envolvendo o gênero é um fato, e sua problemática precisa ser debatida. Porém, **esta observação** nem sempre é válida, pois a sociedade que está regida sobre as regras patriarcais e conservadoras se sente “ameaçada”, gerando assim um certo repúdio sobre o tema. O direito, como fenômeno social e humano, acompanha **a mesma tendência**.*

**Esta observação** era para retomar o período anterior, porém não houve uma observação e sim um posicionamento em relação à importância do debate para a problemática da questão de gênero. Seria mais interessante se o aluno tivesse usado o SN **este debate**, uma nominalização deverbal, uma vez que se usou o verbo **debater**, em sua forma participial, anteriormente. O outro SN **a mesma tendência** reforça o fato de também ter repúdio sobre o tema assim como a sociedade.

Texto 18

(07) *Ademais, o Estado com **essa iniciativa** de promover a igualdade de gênero...*

**Essa iniciativa** é um elemento coesivo catafórico, uma vez que o referente vem logo após o SN.

## Texto 21

(08) As pessoas que defendem a ideologia de gênero explicam que o gênero é definido a partir de uma construção cultural do indivíduo, como se o gênero fosse ensinado pela sociedade.

*Esta visão é distorcida, visto que o gênero é a forma como uma pessoa se vê ou como ela se entende.*

A nominalização **essa visão** refere-se ao parágrafo anterior. Na verdade, o período não deveria ter sido colocado em outro parágrafo, pois a ideia continua na afirmação.

## Texto 23

(09) *No entanto, ao ser aprovado o projeto no Brasil, retirou-se o tópico onde se abordaria a discussão de gênero.*

*Ao se buscar justificativas para **tal retirada** tem-se os argumentos mais absurdos que se possa ouvir, **as críticas** advindas dos conservadores do país falam em uma imposição...*

Nesse caso, presenciamos a nominalização **tal retirada** como remissão ao verbo *retirar* no período anterior. Já o SN **as críticas** é uma catáfora.

## Texto 24

(10) a. ***Os motivos** que levaram a essa ideia foram primeiramente os direitos femininos, que outrora não eram respeitados.*

Outra nominalização **os motivos** como uma catáfora.

b. Hoje a PNE (Plano Nacional de Educação) deseja implantar a ideologia de gênero na educação. Este fato gerou grande revolta em conservadores, igrejas e outros fundamentalistas. *Eles rebatem **esse movimento** trazendo a história e princípios bíblicos...*

Neste período, nós podemos detectar a nominalização **esse movimento** para retomar o período anterior, numa tentativa de evitar a repetição da palavra revolta.

c. *Pouco a pouco, essas vitórias dão azo a mais retaliadores, tornando este progresso mais lento.*

**Este progresso** retoma o que foi falado no início do parágrafo que era sobre as conquistas das comunidades LGBT's para a aceitação da sociedade

Texto 25

(11) *Atualmente o governo brasileiro quer inserir o gênero na grade curricular das escolas. **Essa inserção** é bastante importante, pois na nossa contemporaneidade este tema virou questão frequente na vida, pois todos os dias pessoas se deparam com outras diferentes delas, e **essas diferenças** têm que ser entendidas.*

Nesse caso, presenciamos a nominalização **essa inserção** como remissão ao verbo inserir no período anterior. E, encontramos nesse mesmo parágrafo um único caso de remissão a um adjetivo, **essas diferenças** referindo-se a pessoas diferentes.

Texto 27

(12) Além disso a justiça continua em processo de evolução, exemplo disso ocorrer seriam os direitos das mulheres em relação a agressões pela lei Maria da Penha e também o casamento homoafetivo. **Conquistas** que só acabaram devido ao debate, reflexão e luta pelo direito.

Aqui temos uma coesão por anáfora ao período anterior. **Conquistas** se refere aos direitos das mulheres respeitados.

### 5.2.3 Interdiscurso

Em relação à interdiscursividade no texto pelo uso da nominalização, nós conseguimos detectar apenas um caso no texto 30, no seguinte exemplo:

(13) *Com **as discussões** sobre gênero o que se espera é que se tenha uma igualdade dos direitos entre gêneros...*

A interdiscursividade é justamente pelo fato de **essas discussões** não estarem materialmente relatadas no texto, mas na memória do auditório.

#### 5.2.4 Nominalizações zumbis

Por fim, passemos à análise das nominalizações zumbis que, ao invés de melhorar o estilo e a escrita no texto, fazem o papel contrário, fazendo-se necessário assim transformar o texto com o uso dos verbos ou adjetivos correspondentes. Os exemplos abaixo foram retirados dos textos, a fim de demonstrar como não é interessante usar a nominalização em alguns casos.

Esses exemplos foram aplicados em sala de aula, para que os alunos percebessem quando o uso dos verbos é mais pertinente do que a nominalização.

#### Texto 2

(14) *Também o Governo Federal investir em políticas públicas de inclusão para essa classe. Visando assim a inclusão social e a redução da discriminação no Brasil.*

Texto reescrito:

“Também o Governo Federal investir em políticas públicas para incluir essa classe, visando assim a inclusão social e reduzir a discriminação no Brasil.”

#### Texto 3

(15) *Discutir sobre este tema terá alguma relevância para a aquisição de direitos?*

Texto reescrito:

“Discutir sobre este tema será relevante para adquirir direitos?”

#### Texto 6

(16) a. *As questões de inclusão de gênero devem ser mais amplas para que haja um melhor entendimento do assunto.*

Texto reescrito:

“As questões de inclusão de gênero devem ser mais amplas para que se entenda melhor o assunto.”

b. *A fim de que isso seja entendido as crianças estudam matérias como sociologia e filosofia, para que faça-se clara a necessidade de pensamento e entendimento dos comportamentos sociais.*



Texto reescrito:

“A fim de que isso seja entendido, as crianças estudam matérias como sociologia e filosofia, para que se faça clara a necessidade de pensar e entender os comportamentos sociais.”

#### Texto 7

(17) a. *A problemática inicia-se a partir das divergentes opiniões acerca da implementação de assuntos sobre o tema em sala de aula.*

Texto reescrito:

“A problemática se inicia a partir das divergentes opiniões acerca de se implementar assuntos sobre o tema em sala de aula.”

b. *Muitos confundem o assunto com homossexualidade e por isso torna-se importante uma melhor instrução acerca disso.*

Texto reescrito:

“Muitos confundem o assunto com homossexualidade e por isso torna-se importante instruir-se melhor acerca disso.”

#### Texto 9

(18) a. *Em 2012, Bento XVI, o então Papa, descreveu que o uso da palavra “gênero” pressupõe uma “nova filosofia da sexualidade”, sendo o termo não mais tratado pela determinação do sexo do nascituro...*

Texto reescrito:

“Em 2012, Bento XVI, o então Papa descreveu que o uso da palavra “gênero” pressupõe uma “nova filosofia da sexualidade”, sendo o termo não mais tratado para determinar o sexo do nascituro.”

b.(...) *dando a ideia de que crianças podem decidir ser menino ou menina, sem levar em consideração a determinância biológica.*

Texto reescrito:

“(...) dando a ideia de que crianças podem decidir ser menino ou menina, sem considerar o que a biologia determina.”

## Texto 10

(19) *Cabe ao Estado prever na Constituição projetos de leis que punam os agressores, como já está previsto na lei Maria da Penha e o aumento de unidade de atendimento a mulher pelo país...*

Texto reescrito:

“Cabe ao Estado prever na Constituição projetos de leis que punam os agressores, como já está previsto na lei Maria da Penha, e aumentar a unidade de atendimento à mulher pelo país.”

## Texto 11

(20) a. *Acredita-se que o gênero independe de questões biológicas uma vez que homem e mulher são meras representações daquilo que cada um acredita ser, se autodetermina.*

Texto reescrito:

“Acredita-se que o gênero independe de questões biológicas uma vez que homem e mulher representam aquilo que cada um acredita ser, se autodetermina.”

b. *A falta de compreensão da diversidade de gênero, na sociedade contemporânea, ...*

Texto reescrito:

“Não compreender a diversidade de gênero, na sociedade contemporânea...”

c. (...) *pois muitos entenderam que o que havia sido proposto era um incentivo à mudança de gênero.*

Texto reescrito:

“(...) pois muitos entenderam que o que havia sido proposto incentivava a mudança de gênero.”

## Texto 12

(21) (...) *que tudo bem uma criança ou adolescente ter um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo.*

Texto reescrito:

“(...) que tudo bem uma criança ou adolescente se relacionar com uma pessoa do mesmo sexo.”

## Texto 13

(22) *Para tanto, o desenvolvimento de políticas públicas, a participação dos meios de comunicação e o combate por parte da classe política envolvendo a violência do gênero são fundamentais para reversão deste quadro.*

Texto reescrito:

“Para tanto, o desenvolvimento de políticas públicas, a participação dos meios de comunicação e o combate por parte da classe política envolvendo a violência do gênero são fundamentais para reverter este quadro.”

## Texto 19

(23) a. *Gênero, tema polêmico porque comporta vários tabus, subverte paradigmas, promove debates, demanda mudanças nos padrões de comportamento e influencia a seara jurídica...*

Texto reescrito:

“Gênero, tema polêmico porque comporta vários tabus, subverte paradigmas, promove debates, muda os padrões de comportamento e influencia a seara jurídica.”

b. *Em primeiro lugar, é conveniente estabelecer uma diferenciação entre temas envolvendo gênero...*

Texto reescrito:

“Em primeiro lugar, é conveniente diferenciar temas envolvendo gênero.”

## Texto 22

(24) *Negar a existência de tal termo pode...*

Texto reescrito:

“Negar que tal termo existe pode...”

## Texto 30

(25) a. *Ademais, é muito importante a conscientização e a quebra dos padrões de comportamento que é imposto pela sociedade, e a simples aceitação da pessoa humana...*

Texto reescrito;

“Ademais, é muito importante conscientizar e quebrar os padrões de comportamento que são impostos pela sociedade e aceitar a pessoa humana.”

Texto 31

(26) a. (...) *deixam as mulheres em uma condição de subordinação em relação ao masculino.*

Texto reescrito:

“(...) deixam as mulheres em uma condição subordinada em relação ao masculino.”

b. *O homem é o chefe da família, no trabalho; está em posição de mando sempre.*

Texto reescrito:

“O homem é o chefe da família, no trabalho; está na posição de mandar sempre.”

### 5.3 Exemplo de análise de texto em relação ao uso das nominalizações

A partir das 33 produções textuais, passaremos à discussão de algumas a fim de observarmos o uso das nominalizações para a qualidade de escrita dos textos. Como já foi dito anteriormente, as produções dos alunos foram redações dissertativas-argumentativas.

## TEXTO 02

### A QUESTÃO DE GÊNERO NO BRASIL

No momento atual em que vivemos nos deparamos com um debate muito importante em que homem e mulher não são mais uma forma de identificar as pessoas e sim a maneira a qual melhor as representa. Devido a isso existem dois fatores que não podem ser negligenciados: a resistência do país em discutir questões relacionadas a identidade de gênero e o preconceito sofrido por esses indivíduos.

Essa resistência se dá em virtude de sermos uma sociedade ligada em sua maioria do catolicismo. O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, essas pessoas são humilhadas e espancadas por não se encaixarem no padrão normativo de identidade de gênero imposta pela sociedade.

Como solução, acredito que o Ministério da Educação deveria investir nas aulas de sociologia com o propósito de ampliar as discussões sobre o assunto, para diminuir o preconceito das gerações futuras. Também o Governo Federal investir em políticas

públicas de inclusão para essa classe. Visando assim a inclusão social e a redução da discriminação no Brasil.

Esse texto torna-se interessante para análise, justamente por uma questão de impropriedade de escrita devido à cacofonia que está presente no último trecho. Vejamos: “Visando assim a inclusão social e a redução da discriminação no Brasil.” Uso de três nominalizações terminadas em –ção. Reescrevendo-o, poderíamos utilizar o verbo “reduzir”, transformando o período simples em um período composto. Visando assim à inclusão social para reduzir a discriminação no Brasil. No segundo parágrafo, há o emprego do SN “essa resistência” encapsulando o que foi dito anteriormente e o dêitico “essa” funciona como um localizador do objeto discursivo dentro de um contexto espaço/temporal construído no enunciado.

#### TEXTO 04

A discussão sobre gênero tem se tornado cada vez mais popular nos debates atuais, entretanto, esse assunto poderia gerar algum malefício social no futuro? Seria um assunto demasiado intenso para ser conversado com crianças? E mais, quais seriam os resultados futuros desses debates?

É certo que com o passar das gerações as formas de pensar se reinventam e se transformam conforme a figura da sociedade em questão. Dessa forma, o que era inaceitável no passado torna-se algo comum no futuro, como exemplo o desenvolvimento feminino no mercado de trabalho, que antes sofria resistência mas hoje é apenas mais uma característica social.

Essas mudanças de pensamento ocorrem por influência de diversos agentes entre eles a educação. Com ela uma ideia pode ser discutida e se for racional pode ser aceita. Assim sendo, levar essa questão para a sala de aula seria a forma mais suave de dispor conhecimentos sobre o assunto e por consequência dessa discussão educacional a sociedade como um todo seria beneficiada e a próxima geração não precisaria mais discutir sobre o assunto, estando um passo a frente.

No futuro o Direito sofreria mudanças, realizadas ainda por essa geração, para incluir aqueles que antes eram marginalizados, os problemas causados pelo preconceito se reduziriam, combatidos pela educação e informação.

Por fim, quanto mais cedo uma ideologia for fundamentada mais fixo será esse princípio pessoal no futuro.

Esse texto, já no 1º parágrafo, utiliza a nominalização “discussão” como forma de introduzir cataforicamente o assunto em pauta, o gênero, e continua a mencionar essa questão, atribuindo ao SN “esse assunto” essa referência. Logo após, utiliza a mesma expressão, apenas trocando o pronome por um artigo indefinido, o que compromete a riqueza lexical e semântica da redação. O mesmo ocorre com a palavra “debates”, retratando a limitação lexical desse interlocutor.

No 3º parágrafo, “essas mudanças” foi usada para retomar o desenvolvimento feminino no mercado de trabalho, mas há uma inadequação, uma vez que só foi citada UMA mudança. Parece que o plural é usado na nominalização “mudanças” querendo influenciar o leitor a enxergar mais aspectos que não foram elencados.

Além disso, há o uso do termo “discussão” remetendo ao verbo “discutir” anteriormente e posteriormente, fazendo uso da anáfora e catáfora, no processo de derivação deverbal.

#### TEXTO 06

Estamos vivendo em uma época que o conservadorismo acaba por se mostrar agressivo em certos casos. Sendo assim, necessário se faz que o pensamento crítico e o respeito sejam trabalhados na infância, principalmente na escola. As questões de inclusão de gênero devem ser mais amplas para que haja um melhor entendimento do assunto.

Ser conservador não é um problema, o problema surge quando não se respeita a opção alheia. Exemplos disso seriam os casos de agressão aos gays, mulheres, estrangeiros, etc. Para que existam melhorias é preciso que “o cidadão” entenda que sua liberdade termina onde a do outro começa.

A fim de que isso seja entendido as crianças estudam matérias como sociologia e filosofia para que faça-se clara a necessidade de pensamento e entendimento dos comportamentos sociais. Explicações sobre tais assuntos devem ser trabalhadas nos ambientes escolar e familiar para que com uma visão mais ampla o menor seja capaz de formar sua própria opinião sobre o assunto sem deixar de considerar a alheia.

Uma maior quantidade de discussões sobre assuntos como o papel da mulher na sociedade faz com que as pessoas se deparem com um maior número de argumentos e abram suas mentes às novas possibilidades. Por exemplo o tema da reforma trabalhista que aumenta as jornadas de trabalho das mulheres sem levar em conta que elas também trabalham em casa, totalizando uma média de 14 horas de trabalho diárias.

Como saberíamos disso sem tocar no assunto? Por isso é preciso que sejam abordados todos os assuntos na escola, que seja

respeitada a escolha do outro. Aliás, como saber como proceder em casos jurídicos com os direitos da mulher se nunca se ouviu falar neles?

Esse texto se inicia fazendo um bom uso das nominalizações. Logo no primeiro parágrafo, o aluno usa o termo “inclusão” e continua com a expressão “entendimento”, querendo, com isso, deixar o texto mais subjetivo, relatando mais sua opinião do que o próprio fato. E continua no segundo parágrafo com as nominalizações “agressão” e “melhorias”. Ao usar “melhorias”, o aluno descarta a necessidade de argumentos, numa construção sintática mais formal. Já no terceiro parágrafo, o excesso de nominalizações prejudica a construção do período. Vejamos: “A fim de que isso seja entendido as crianças estudam matérias como sociologia e filosofia para que faça-se clara a necessidade de pensamento e entendimento dos comportamentos sociais.” A expressão “necessidade de pensamento” poderia ser substituída por “reflexão”.

### TEXTO 23

Proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) documento em que se propõe a reflexão de temas, dentro da carga horária escolar, que buscam a igualdade social, dentre eles estão as diferenças sociais, religiosas e de gênero, etc. No entanto, ao ser aprovado o projeto no Brasil, retirou-se o tópico onde se abordaria a discussão de gênero.

Ao se buscar justificativas para tal retirada tem-se os argumentos mais absurdos que se possa ouvir, as críticas advindas dos conservadores do país falam em uma imposição de “ideologia de gênero”, acredita-se que ao provocar discussão sobre o tema, o grande objetivo é “desvirtuar” os jovens para a homossexualidade, já foi dito por um padre que isso é uma “porta para a pedofilia”, pois tratar-se-ia então a pedofilia como um gênero, desconsiderando-se no discurso do padre que pedofilia é um crime altamente repudiado, dando a parecer que esses discursos buscam causar o caos social naqueles que, sem conhecimento, acreditam cegamente na sua autoridade religiosa, sempre deixando-se de lado a aceitação LGBT.

É de extrema necessidade então procurar informar quais os verdadeiros objetivos de tal proposta. Assim como exemplificado pelos temas como racismo, onde fica claro o objetivo de combate ao preconceito, todos os outros temas tem caráter de aceitação e por consequência respeito ao que lhe é diferente. Se nossos representantes políticos conseguem entender a causa social dos outros temas, como podem entender de forma tão distorcida o tema gênero? Esse repúdio e medo por certa parte da população apenas corroboram para que se observe o quão despreparada nossa

sociedade está para lidar com os LGBTs, outro fator observável é a violência para com esse grupo.

Sendo então indubitável que se leve sim a essa reflexão, por pessoas preparadas, que não busquem apenas instalar o caos social e a permanência da exclusão dos homossexuais, sendo um direito desses manifestar livremente sua opção sexual, pois trata-se de um direito humano a demonstração da sua própria identidade em que se haja uma repressão.

Essa produção apresenta, no 2º parágrafo, duas nominalizações interessantes. A primeira “justificativas”, um elemento coesivo catafórico, pois só é revelado posteriormente. Mas, na mesma linha, tem-se “tal retirada” que é uma nominalização do processo verbal “retirou-se” utilizada no parágrafo anterior. Temos aí um recurso coesivo anafórico. O autor do texto continua utilizando elementos indicadores junto aos nomes para retomar as orações anteriores, como é o caso de “esses discursos”, referindo-se ao discurso do padre.

Novamente, no parágrafo seguinte, o autor retoma o 1º parágrafo, com a expressão “tal proposta”, que seria a retirada da discussão de gênero nos debates de sala de aula. O uso de “esse repúdio” evidencia a relação semântica com o tema do texto. No último parágrafo, são usadas várias nominalizações, umas de forma indevida. Vejamos: “essa reflexão”, referindo-se a todo conteúdo do texto. Entretanto, a expressão “permanência da exclusão”, semanticamente, não soa bem. Poderia ter sido somente utilizada numa elaboração mais paradigmática, o verbo *excluir*. E segue com um emaranhado de informação, a qual deveria ser escrita depois de um ponto e até utilizando a nominalização “demonstração” ao invés do verbo “demonstrar”, descartando a repetição ocorrida depois da conjunção “pois”.

Esses foram alguns exemplos de análise que se poderia realizar em sala de aula, a fim de estimular o aluno a perceber a importância do bom emprego da nominalização em uma produção acadêmica.



## CONCLUSÃO

Neste universo de percepções e estudos sobre a escrita, sempre haverá questionamentos, sugestões e práticas que instigarão a pesquisa nessa área. Aqui neste trabalho deu-se destaque ao uso das nominalizações como ferramentas para a produção de um texto mais formal, abstrato, quando se trata dos textos cuja tipologia seja dissertativa-argumentativa.

Assim, tendo como objetivo os aspectos funcionais para a construção do texto, apoiando-se para isso nos aspectos coesivos e nos aspectos sintáticos –semânticos que influenciam na aplicação e escolha de uma nominalização, pudemos constatar que a inserção de uma prática com o estudo das nominalizações a partir de artigos científicos faz com que o aluno se conscientize dos aspectos valorativos do uso ou não-uso de um SN, a partir da derivação, percebendo a importância da escolha certa do léxico para a construção do sentido no texto.

Para isso, reconhecemos a aplicação de um trabalho em sala de aula que consiga desenvolver uma sequência, que chamamos de sequência didática, ensinando, além da composição estrutural dos gêneros textuais, no caso, os que apresentem a tipologia dissertativo-argumentativa, o recurso das nominalizações.

Uma das sugestões didáticas seria a leitura de artigos de jornais que fazem uso desse recurso como prioridade e de forma correta, conscientizando o acadêmico a perceber a omissão dos argumentos que a nominalização permite e propor ações inversas, retomando o SN para a situação verbal. A partir dessa dinâmica, analisar se houve diferenças na qualidade do texto ou não. Com isso, estaríamos trabalhando com as nominalizações “zumbis” e mostrando as nominalizações como estratégias argumentativas que jogam com a imagem do referente, dando maior credibilidade ao discurso.

A realização das atividades aqui desenvolvidas visou à melhoria na produção científica na língua, considerando que uma das atividades acadêmicas dos graduandos é a escrita de artigos científicos e, posteriormente, a divulgação de seus trabalhos, um dos motivos para que possuam fluência e habilidade na produção acadêmica.

Finalizando, esperamos que esta Tese possa ter contribuído para o ensino de língua portuguesa numa visão mais descritivo-funcional, incentivando os olhares para elementos não tanto explorados em gramáticas ou trabalhos científicos, mas de

tamanho importância para a melhoria da escrita e dos efeitos de sentido em textos opinativos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. S. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Gramática Mínima: para o domínio da língua padrão**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Linguística Cognitiva: uma visão geral e aplicada**. São Paulo: Ateliê, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Gramática Integral da Língua Portuguesa: uma visão prática e funcional**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.
- ABREU, C. S.S. de. **O fenômeno do encapsulamento de segmentos textuais em língua portuguesa: uma análise em gêneros textuais do jornalismo escrito**. 1.ed. São Paulo: Scortecci Editora, 2017
- ANSCOMBRE, J-C & DUCROT, O. **L'argumentation dans la langue. Langages**. Paris: Lês Belles Lettres, 1976.
- AZEREDO, J.C. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Fundamentos de gramática do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BARBIER. R. **A pesquisa-ação**. Brasília: liber Livro Editora, 2004.
- BASÍLIO, Margarida. **Teoria Lexical**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O fenômeno da nominalização em Português**. In: **Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- BEAUGRANDE, R-A de & DRESSLER, W. U. **Introduzione alla linguistica testuale**. [Traduzione di Silvano Muscas]. Bologna: Il Mulino, 1981.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BENVENISTE, É. **Da subjetividade na linguagem**. 1958. In.: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral**. [Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri; revisão de Isaac Nicolau Salum]. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976. Série: Letras e lingüística; v. 8. p. 284-293.
- BORTONI-RICARDO, Stella M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

- BURNS, A. **Collaborative action research for English Language teachers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- CAMACHO, R. G. **O papel da nominalização no continuum categorial**. 2009.264f. Tese (livre-docência) – Universidade Estadual Paulista, 2009. Camacho
- CASTILHO, A. T. de. **Gramática do Português Brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2014
- CAVALCANTE, M. M. & LIMA, S. M. Calixto (orgs.) **Referenciação: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2013.
- CAVALCANTE, M. M. et al. (orgs.) **Referenciação**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017
- CAZELATO, S. E. de O. **A ocorrência espontânea de expressões formulaicas no contexto patológico: estudo da competência pragmáticodiscursiva**. Estudos Lingüísticos, v. 35, p. 1786-1792, 2006.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da Língua Portuguesa**. 48ed. Revisada. São Paulo: Companhia Edit. Nacional, 2008.
- COHEN, L., MANION, L, MORRISON, K. **Research Methods in Education** (4th ed.) London: Routledge, 2007.
- CUNHA, C. **Nova Gramática do português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DIK, V. **The theory of Functional Grammar**. (Part II: Complex and Derived Constructions). Edited by Kees Hengeveld. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- EGG, E.A. **Repensando la investigación-acción-participativa**. México: El Ateneo, 1990.
- EGGINS, S. **An introduction to systemic functional linguistics**. 2. ed. Nova York: Continuum International Publishing Group, 2004. 365 p.
- ELLIOT, J. **La investigación-acción em educación**. Madrid. Ediciones Morata AS. 1990.
- ESTADÃO. São Paulo: O Estado de S.Paulo, 2018. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,os-juizes-e-a-politica,70002355073>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.
- \_\_\_\_\_. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold. Second Edition, 1994.
- HYLAND, K. **Academic discourse**. London: Continuum, 2009.

- KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**, 7.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A coesão textual**, 5.ed. São Paulo: Contexto, 1992.
- \_\_\_\_\_. **As tramas do texto**, 2.ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Desvendando os segredos do texto**, 8.ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- \_\_\_\_\_. **O texto e a construção dos sentidos**, 10 ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- KOCH, I. et al. (orgs). **Referenciação e Discurso**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2017
- MACKENZIE, J. L. Nominalization and valency reduction. In: BOLKESTEIN, A. M. et al. (eds).. Dordrecht/Cinnaminson: **Predicates and terms in Functional Grammar** Foris, 1985, p. 31-51.
- \_\_\_\_\_. English nominalizations in the layered model of the sentence. In: DEVRIEND, B., GOOSSENS, L., AUWERA, J. von der (eds). **Complex Structures: A Functionalist Perspective**. Berlim/New York: Mouton de Gruyter, 1996, p.325-55.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- NEVES, M. H. de M. **A Gramática do Português Revelada em Textos**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- OLIVEIRA, D. C. de M. **Nominalizações no Português Brasileiro: estrutura argumental, formação e morfossintaxe**. 2014. 152f. Tese (doutorado)- Universidade de Brasília, 2014.
- OLIVEIRA, M.M. **Sequência didática interativa no processo de formação de professores**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2013.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PESSOA, F. **Livro do Desassossego**. 2ªed. Editora Brasiliense, s/d.
- PINKER, S. **Guia de escrita: como conceber um texto com clareza, precisão e elegância**. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2016.
- PRINCE, H. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.). **Radical Pragmatics**. New York: Academic Press, 1981, p. 223-255.
- ROCHA, L. C. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- SANTANA, L. **A expressão da estrutura argumental dos nomes derivados**. 2005. 166f. Dissertação(mestrado) –Universidade Estadual Paulista, 2005. Santana.
- SCHNEUWLY, B. e DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP, Mercado de Letras, 2004, p.81-108

SOUZA, E. & GONÇALVES, C. Linguística Textual e Morfologia, in: SOUZA et al. (orgs.). **Linguística Textual interfaces e delimitações**. São Paulo: Cortez, 2017.

SWALES, J.M. Genre analysis: **English in academic and research settings**. New York: Cambridge: University Press, 1990

WORD, H. **Stylish academic writing**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2012.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo, Cortez, 1985.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.3, p.443-466, set/dez/2005.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Trad. Ernani F. Da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998

ZAMPONI, G. **Processos de referenciação: anáforas indiretas e nominalizações**. Tese de doutorado, IEL/ Unicamp, 2003.

## ANEXOS

## ANEXO I - Textos do jornal “O Estado de São Paulo”<sup>9</sup>

### TEXTO 1

Invasor e demagogo<sup>10</sup>

Almir Pazzianotto Pinto

A crise que assola o País, vítima da corrupção, da incerteza econômica, do desemprego, favorece a proliferação de demagogos. Demagogo, segundo os dicionários, é quem, por meio da retórica vazia, simula estar comprometido com as necessidades do povo. Discorrendo sobre propostas artificiais, tenta levar os desavisados a acreditar no impossível.

A História é farta de demagogos, cujas promessas foram abandonadas assim que alcançaram o ambicionado poder. Não citarei nomes, para não pecar por omissão. Basta, entretanto, rápido olhar lançado às últimas eleições no Brasil para nos convenceremos de que a ousadia pode ser bem-sucedida quando a massa se deixa engabelar por vagas promessas de retirá-la da miséria. Tivemos demagogos cultos e semianalfabetos, ricos e pobres, filhos de famílias tradicionais ou da periferia. Entre eles o traço comum consiste na habilidade de fazer o incauto acreditar no poder mágico das palavras. Nenhum tem a coragem de dizer que a extirpação da pobreza depende de trabalho honesto, diuturno, da capacidade de escolha, se não do melhor do menos mau dos candidatos. Entre os postulantes à Presidência da República destaca-se, pela impetuosa fúria demagógica, o sociólogo desempregado Guilherme Boulos. Originário da classe média, escolheu fazer da liderança dos sem-teto seu meio de subsistência. Até aí, nada a dizer ou criticar. Trata-se de livre opção de vida. A questão está no fato de usar a demagogia como plataforma de campanha e instrumento de conquista do poder.

Quem o viu no Roda Viva, programa da TV Cultura (7/5), deve ter-se espantado com a facilidade com que discorreu sobre a solução dos profundos e enraizados problemas econômicos e sociais brasileiros. Segundo Boulos, o resgate da miséria depende apenas do desejo. Basta reformar o Estado, a política habitacional, a agricultura, os sistemas de saúde, educação, segurança, transporte, as instituições financeiras. Como empreendê-las, segundo o figurino inspirado na Venezuela de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, é questão de somenos importância. Talvez acredite o sociólogo que o Poder Legislativo e o Poder Judiciário não lhe serão empecilhos e que governará como imperador dom Guilherme, e não como presidente de República Federativa regida pela Constituição.

Entregar a chefia do Poder Executivo a alguém é ato de coragem, que exige elevado grau de responsabilidade. Após assumir a Presidência da República caberá ao eleito administrar o Tesouro Nacional, nomear ministros de Estado, exercer o comando das Forças Armadas, editar medidas provisórias, conceder indultos e comutar penas, manter relações com Estados estrangeiros, designar os ministros dos tribunais superiores e o procurador-geral da República, escolher o presidente do

---

9 Estes textos foram objetos de análise na Tese no Capítulo IV, item 4.1.

10 Texto retirado do Jornal “o Estado de São Paulo”, em 25 de maio de 2018.



Banco Central, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal. Desempenhar, enfim, as atribuições que lhe cabem de conformidade com o artigo 84 da Constituição. Investido de competência para exercer a direção superior da administração federal, o presidente da República dispõe de amplos poderes. Dentro do raio de ação que lhe traça a Lei Superior, poderá agir bem ou agir mal. Que o diga Dilma Rousseff, para citar exemplo recente de administração federal caótica.

“As mais claras águas podem levar, de enxurro, alguma palha podre”, escreveu Machado de Assis em *O Velho Senado*. Dito de outra maneira, mesmos partidos políticos integrados por incorruptíveis varões e viragos podem ocultar, entre as fileiras, o incapaz, o perdulário, o autoritário, o insano, cuja verdadeira face se revelará quando menos se espera.

Quem prestar atenção ao que ele diz, perceberá que Guilherme Boulos não aponta a solução pelo trabalho. O caminho indicado é o da expropriação e da violência. Despreza dezenas de milhões que fizeram a opção bíblica de ganhar o pão de cada dia com sacrifício e o suor do rosto. Como todos os demagogos populistas, debita ao governo a responsabilidade de dar o terreno, construir a casa confortável, fornecer água, luz, telefone, alimentação, tudo com o dinheiro de quem trabalha, isto é, de quem abastece o Tesouro Nacional com o pagamento de pesados impostos. Aquele que ainda tiver dúvidas sobre a formação autoritária do candidato e do seu partido deverá ler recentes edições da revista *Socialismo e Liberdade*, divulgadas na internet.

As pessoas têm direito à saúde, à educação, à segurança, ao transporte, ao trabalho, ao lazer, à Previdência Social. Não podemos esquecer, porém, que não é tarefa do Estado gerar empresas, empregos, salários, riquezas. Por ser a Casa da Moeda instituição pública, de propriedade do governo, não significa que lhe seja permitido emitir moeda inflacionária e falsa. Logo, para que a sociedade goze de oportunidades para satisfação das necessidades e aquisição de supérfluos é indispensável que a iniciativa privada seja estimulada e protegida, e não espoliada e aniquilada. A multiplicidade partidária enseja a multiplicação de candidatos financiados pelo Fundo Partidário e pelo Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que somados atingiriam o valor de R\$ 2,5 bilhões. O regime democrático, descrito na Constituição de 1988, permite a candidatura à Presidência da República, ao governo dos Estados, às prefeituras e a órgãos do Poder Legislativo de pessoas cujo projeto político, examinado nas linhas e entrelinhas, encerra proposta de acabar com o regime democrático e nos impor ditadura do modelo marxista-leninista. Mas, ao optar pela ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa, a Assembleia Nacional Constituinte rejeitou as doutrinas adversárias da propriedade privada, da liberdade de trabalho, do lucro, da liberdade de imprensa.

Com demagogos, todo o cuidado é pouco.

## TEXTO 2

Linha divisória<sup>11</sup>

Denis Lerrer Rosenfield

São inegáveis os ganhos obtidos nos agora dois anos do governo Temer. De profunda recessão com alta da inflação, o Brasil conseguiu seguir novos rumos, graças a uma agenda reformista que começa a apresentar seus frutos. A popularidade do presidente, contudo, é muito baixa, em clara dissonância com os benefícios trazidos ao País. Um novo norte foi apontado, mas os problemas morais atravessaram e contaminaram o atual governo.

É forçoso reconhecer que os acertos econômicos foram ofuscados pela própria negligência no enfrentamento das questões éticas. Ministros do atual governo foram presos, outros estão sendo investigados, transmitindo à sociedade a mensagem de que a corrupção não foi encarada como deveria. O governo apostou na economia e foi tragado pela moral.

Todavia a moral não pode ofuscar o que deve ser feito pelo Brasil. A limpeza das instituições, com a punição e condenação dos corruptos, não pode dar lugar à irresponsabilidade no tratamento das grandes questões nacionais. Os opositores do presidente Michel Temer não deveriam, oportunisticamente, aproveitar a ocasião para se oporem ao País e seu futuro. Os acertos do atual governo não podem ser negligenciados por seus erros cometidos no domínio da ética.

Acontece que os candidatos ao Planalto, para se afastarem de um presidente impopular, cobram distância das reformas empreendidas e das que foram apresentadas e não votadas, como as da Previdência e da simplificação tributária. Pensam no ganho imediato e não demonstram nenhuma preocupação com o futuro da Nação, que não se encerra com a eleição de outubro.

Diferentes presidenciáveis, tanto da oposição quanto da mesma seara governista, não dizem a que vieram. Perdem-se em discursos de cunho demagógico, sem nada declarar de preciso quanto ao equacionamento das questões nacionais.

Vão seguir e aprofundar as reformas ou apostam no retrocesso? Como vão enfrentar a necessária reforma da Previdência e os imorais privilégios do setor público? Vão regredir nas imensas conquistas da reforma trabalhista? Vão voltar a proibir a terceirização, em nome de uma anacrônica distinção entre atividades-meio e atividades-fim?

Vão estourar as finanças públicas revogando a lei do teto do gasto público? Serão lenientes com a inflação? Aumentarão os impostos, em lugar de aprofundarem as reformas, em mais um ato de tolerância com a falta de controle da gestão pública?

Trata-se de questões centrais que deveriam ser seriamente apresentadas e discutidas. De nada adianta o comportamento escorregadio dos que se contentam com expressões genéricas de que teriam feito diferente. O País precisa de decisões, e não de tergiversações. A demagogia, se apropriada de forma geral em disputas político-eleitorais, torna-se particularmente inapropriada quando um país se encontra em situação de crise, devendo dar respostas precisas a problemas urgentes. A verdade não pode ser simplesmente escamoteada, sob pena de o Brasil comprometer seu futuro.

---

11 Texto retirado do Jornal "O Estado de S.Paulo, em 14 de maio de 2018.

Tomemos alguns exemplos. O teto do gasto público impôs um limite à farra reinante introduzida nos governos anteriores, como se o Estado tudo pudesse, sendo ele mesmo, na verdade, financiado pela sociedade. O Estado brasileiro asfixia cada vez mais as condições econômicas, que constituem a base dos ganhos sociais. Se a economia não cresce, não há como manter um distributivismo social que todos estimam justo. Não há mágica. Quanto maior for o desperdício nos gastos públicos e nos privilégios dos estamentos estatais, menores serão os recursos alocados para os mais necessitados.

Ora, uma regra que diria de bom senso, usada por qualquer responsável familiar na administração de seu orçamento, a de que não se pode gastar mais do que se ganha, torna-se motivo de grandes discussões demagógicas. Acontece que tal regra não poderá vingar em médio e longo prazos se não for enfrentada a reforma da Previdência, que engole fatias cada vez maiores dos recursos públicos. É a sociedade financiando privilegiados e os que não querem encarar as profundas mudanças demográficas no Brasil – e no mundo. O que pensam os candidatos a esse respeito? Vão compactuar com a irresponsabilidade, quebrando o País logo adiante?

Em busca dos votos dos desavisados e dos mal informados, esboça-se todo um processo de uma suposta revisão da modernização da legislação trabalhista, recentemente aprovada. Tem só seis meses de existência, mas seus detratores não cessam de repetir mentiras. É a ideologia esquerdizante tomando a cena pública. A situação alcança aí o paroxismo, pois se chega a falar de eliminação de direitos, quando nenhum desses foi suprimido!

O seguro-desemprego foi eliminado? E o 13.º? E o salário mínimo? E a licença-maternidade e paternidade? E as férias de 30 dias com um terço a mais de salário? E o FGTS?

Eis apenas uma pequena amostragem dos direitos que foram, todos, preservados! É má-fé dizer o contrário. O que houve foi uma flexibilização na aplicação desses direitos, reservando aos empregadores e trabalhadores a livre negociação e a capacidade coletiva de escolha. A alternativa é entre modernização ou retrocesso. Entre liberdade ou tutela estatal.

Com a nova lei de profissionalização da direção de empresas estatais, sendo o melhor exemplo o êxito na recuperação da Petrobrás, foi enfrentado um problema maior de uma espécie de sumidouro dos recursos públicos e, sobretudo, de combate à corrupção.

Quanto maior o aparelhamento partidário das estatais e menor o cuidado com a gestão pública, maiores serão os focos de desenvolvimento da corrupção. Há também uma questão estrutural, envolvendo a privatização da maior parte dessas empresas. O cronograma está dado. De nada adianta combater a corrupção se as suas causas de fundo não forem abordadas! O que os candidatos têm a dizer?

### TEXTO 3

Defesa nacional e garantia da lei e da ordem<sup>12</sup>, Mário Cesar Flores Almirante

Ninguém questiona o emprego das Forças Armadas no controle das fronteiras, do mar costeiro e do espaço aéreo, atividade que no Brasil tem de ser, parcial ou totalmente, da alçada militar. Tampouco na segurança de áreas críticas, em eventos do tipo Olimpíada e na solução de problema operacional além da capacidade da polícia. À margem do adjetivo “armadas”, também na defesa civil em catástrofes. O que este artigo comenta é o uso das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, na segurança pública – no controle da ordem em favelas do Rio de Janeiro por meses, na inspeção de viaturas em estradas, e por aí vai –, atividades rotineiras tipicamente da alçada policial.

O emprego frequente das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, embora constitucional, é um desvio da função militar básica. Tende a estimular a ideia de que em país como o Brasil, pacifista e não pressionado por problemas de defesa nacional – sem envolvimento protagônico em guerra há 150 anos (Guerra do Paraguai) –, é exatamente esse desvio de função o papel de destaque hoje no rol das atribuições das Forças. Esse tropeço cultural e o sufoco fiscal que cerceia o cumprimento dos encargos da União sugerem naturalmente as perguntas: se não temos ameaça clássica, efetiva ou ao menos verossímil, que possa exigir o emprego das Forças Armadas, por que empenhar recursos escassos em submarinos, aviões e carros de combate modernos, na defesa antiaérea...? Se o nosso problema é a criminalidade, a violência e a desordem epidêmicas, por que não direcioná-los para o preparo coerente com ele, de custo muito menor, até mesmo apoiando os Estados, em crise fiscal tão ou mais grave do que a federal, no preparo e modernização de suas polícias?

Compreensível no povo, o desvario também acontece em setores bem informados e da mídia, por convicção equivocada, mas sincera, ou porque ainda vivem o rescaldo do período autoritário – um contrassenso, já que os militares dedicados à a defesa nacional foram menos envolvidos na heterodoxia daquele período. No mundo político, as opiniões se estendem dos que veem a atuação militar na garantia da lei e da ordem como aviltamento da Federação aos que veem com simpatia a assunção de responsabilidade estadual pelo governo federal.

Não se pode menoscar a garantia da lei e da ordem, mas enfatizá-la acima da defesa nacional é desafiar irresponsavelmente o futuro: a dinâmica da História não assegura perpetuidade à segurança sentida hoje, muito menos num mundo integrado e de interdependência crescente, com suas atribulações e conflitos de toda ordem; e Forças Armadas modernas não se constroem de um dia para o outro, seu preparo é caro, convindo estendê-lo criteriosamente no tempo. Já se foi a época em que se organizava rapidamente um Exército via mobilização e treinamento dos recrutas para o uso de armas e táticas simples.

Não há como fugir dessa realidade: nossa condução política, aquém dos desafios brasileiros (razão maior do déficit social), e nosso paradigma cultural propenso à tolerância trouxeram o Brasil ao cenário de insegurança pública dramático, que exige atuação militarpolicial expressiva e frequente na garantia da lei e da ordem. Essa atuação constitucional é heterodoxa sob a perspectiva da finalidade básica clássica das Forças Armadas e seria desnecessária se os governos estaduais tivessem

---

12 Texto retirado do jornal “O Estado de São Paulo”, de 29 de maio de 2018

preparado corretamente seus sistemas policiais – preparo material e humano, profissional e ético. A necessidade da cirurgia federal, paliativo transitório, vai continuar se repetindo enquanto persistir a fragilidade do quadro estadual.

Sem a concomitante redução de nosso dramático déficit social, o sucesso das interveniências milibares na garantia da lei e da ordem tende a ficar (tem ficado) abaixo do propalado pelo otimismo publicitário. Consequência natural: corremos o risco de queda na já cética simpatia do povo pela presença militar no seu cotidiano e de comprometimento da credibilidade das Forças Armadas – risco tanto maior quanto maior for a dimensão da intervenção. Pior ainda se em conflitos entre delinquentes e forças federais “balas perdidas” vierem a matar inocentes: elas serão imediatamente atribuídas aos militares-policiais, como vêm comumente sendo aos policiais-militares. Esse risco existe hoje no Rio de Janeiro, onde a insegurança pública chegou ao nível apocalíptico e a intervenção vem sendo enaltecida como redentora. Ela trará com certeza algum alívio, mas será um alívio parcial e provavelmente transitório, que só terá continuidade se o Estado exercer com competência sua responsabilidade – e os municípios, no tocante às suas, basicamente sociais.

Enfim e resumindo: no Brasil de propensão cultural pacifista e hoje tumultuado por graves problemas internos de criminalidade, violência e desordem, aumenta no povo a indiferença (já grande) pela defesa nacional e a ideia da desimportância das Forças Armadas, ao menos para essa finalidade. Bastarnos-ia uma Marinha, um Exército e uma Aeronáutica com as feições de uma guarda costeira, uma guarda nacional (ou força nacional de segurança) e uma guarda nacional aérea, preparadas para as atribuições inerentes a essas instituições e para apoiar os sistemas policiais na segurança pública!

Essa cultura de indiferença pela defesa fragiliza o País no futuro incerto, na sua inserção na ordem internacional. Convém conter a presença militar na garantia da lei e da ordem nos limites da imprescindibilidade temporária. E para que a imprescindibilidade temporária não continue frequente é preciso – além de medidas sociais, fora do foco deste artigo – que os Estados preparem seus sistemas policiais em coerência com a realidade.

Federação é o modelo adequado ao Brasil, grande, complexo e heterogêneo, desde que praticada com competência e responsabilidade.

## TEXTO 4

Douglas Gavras e Raquel Brandão, O Estado de S.Paulo  
20 Agosto 2018 | 05h00

[O Brasil nunca teve tantos inadimplentes](#). Em julho, o total de brasileiros com dívidas em atraso chegou a 63,4 milhões, segundo o [Serviço de Proteção ao Crédito \(SPC\)](#), contingente quase equivalente à população da Itália. O número assusta, porque a série histórica mostrava uma melhora na inadimplência de março a setembro de 2017, diz Marcela Kawauti, economista-chefe do SPC Brasil. No entanto, a reversão das expectativas da economia afetou essa trajetória.

[Os mais pobres ainda são os que mais devem](#), mas é entre as famílias de maior renda que a inadimplência tem resistido, indica a mais recente pesquisa da [Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo \(CNC\)](#). Enquanto o percentual de famílias de menor renda com dívidas pendentes caiu de 29%, em julho de 2017, para 26,7%, agora, no grupo com renda superior a dez salários mínimos, o índice de inadimplentes alcançou 10,8%, ante 10,6% do mesmo mês do ano passado.

A paulistana Júlia H.P., que pediu para não revelar o sobrenome, espelha essa classe mais alta que está com contas atrasadas. Autônoma, recebia cerca de R\$ 15 mil na empresa em que trabalhava, mas perdeu o emprego quando engravidou.

A situação piorou quando Júlia foi abandonada, durante a gestação, pelo pai de seu filho. “Foram cinco meses sem trabalho e sem licença-maternidade. Como tinha acesso fácil a crédito, usei tudo. Fiquei devendo condomínio, internet, cheque especial, empréstimo bancário, carta de crédito... tudo.”

De volta ao mercado de trabalho, ela tenta agora se reestruturar, apesar do salário mais baixo. Refinanciou o carro e fez novo empréstimo no banco para pagar as contas mais urgentes. “Minha dívida no cheque especial ainda é surreal.”

A economista-chefe do SPC Brasil, explica que, em geral, o comportamento dos endividados não muda conforme a renda. “As classes altas têm mais margem de manobra, mas, em grande parte das vezes, quanto mais a pessoa ganha, mais gasta.” Economista da CNC, Marianne Hanson lembra que as famílias de maior renda têm acesso a crédito de melhor qualidade, com juro menor e prazo maior.

Para os especialistas, no entanto, a crise não ensinou muito aos brasileiros em termos de controle de gastos ou consumo consciente. “A gente achou que a crise promoveria mudanças de comportamento, mas isso só ocorreu no curto prazo. No longo prazo, mais estratégico, nada mudou”, lamenta Marcela, do SPC Brasil.

## ANEXO II – Atividade desenvolvida com alunos para produção textual <sup>13</sup>

A partir da leitura dos textos abaixo, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "A discussão sobre gênero na sociedade contemporânea e suas implicações jurídicas". Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista. Mínimo de linhas: 15 Máximo de linhas: 50

### Texto 01.

**Escola diz que não vai ensinar religião, comunismo e ideologia de gênero; aluna critica e é suspensa** Date: 28/10/2017

Colega, que fez um comentário na publicação, também foi suspensa e perdeu a bolsa de estudos que tinha no colégio particular.

Do [G1](#)

Na escola não se aprende sobre: sexo, ideologia de gênero, ativismo LGBT, comunismo, esquerdismo e religião”, diz um comunicado do colégio particular Univest, em Lages, na Serra catarinense. A aluna Alice Forest, de 15 anos, compartilhou o documento nas redes sociais com o comentário: “2017, a nova idade média”. Com isso, foi suspensa por dois dias do colégio.

“Nós suspendemos alguém em função dele ter desrespeitado uma atividade ou uma regra estabelecida, assim como a sociedade cobra de todas as pessoas o cumprimento da lei e das obrigações. Você compartilhar algo que venha prejudicar alguém, uma empresa, você vai responder por isso”, disse o reitor da escola, Giovani Broering.

No comunicado, a escola diz o que é dever de se aprender em casa e o que é dever da instituição ensinar. Nas atribuições do colégio estão apenas disciplinas, de matemática a sociologia.

Segundo Alice, uma amiga dela, que fez um comentário na publicação, também foi suspensa e perdeu a bolsa de estudos que tinha na escola.

A mãe da aluna suspensa, Fabiana Cruz, questiona a rispidez da abordagem com a filha e os métodos do colégio.

“Se você não debater sexualidade você não vai prevenir doenças sexuais, você não vai prevenir gravidez na adolescência, e como você vai questionar algo depois se acontecer e isso é do currículo, é biologia. Como é que você não vai discutir política na aula de história? Como é que uma escola, uma instituição de ensino vai podar o pensamento de uma pessoa?”, disse a mãe.

### Protesto nas redes sociais

Alice conta que recebeu o documento em sala de aula. “Eles não falaram nada, só chegaram as meninas do protocolo e entregaram o panfleto sem explicação nenhuma”, disse a aluna.

“A escola é um lugar que devia ter um espírito pensante para ajudar a construir ideias, e limitar isso não vai ajudar, só vai acabar atrapalhando.”

A publicação nas redes sociais foi compartilhada mais de mil vezes e rendeu a suspensão. “Apenas por compartilhar ou comentar porque eles dizem que denegriu a imagem do colégio. Eu mostrei que estava descontente com o que eles fizeram e eles simplesmente me suspenderam”, fala a aluna.

<sup>13</sup> Esta foi a atividade desenvolvida com os alunos como uma das atividades da SD, percorrida no capítulo III, item 3.2.

“A escola, ela estuda a questão do sexo enquanto gênero, a sexualidade, a religião e as atividades como o comunismo, o socialismo, o liberalismo enquanto ciência política, e não enquanto sentimento. Isso quem tem que debater é a família”, completou o reitor.

<https://www.geledes.org.br/escola-diz-que-nao-vai-ensinar-religiao-comunismo-e-ideologia-de-genero-aluna-critica-e-e-suspensa-2/>

## Texto 02.

### **Entrevista Silvia Pimentel: Direito, discriminação e a importância do debate sobre gênero na atualidade**

Em entrevista à *Agência Patrícia Galvão*, a professora e pesquisadora Silvia Pimentel destaca a importância do debate sobre gênero nas universidades – e na educação de um modo geral –, que para ela é ainda mais fundamental neste momento em que se multiplicam ações de grupos fundamentalistas em busca de retrocessos no campo dos direitos das mulheres.

#### Do [Agência Patrícia Galvão](#)

Com longa trajetória associada à luta pela efetivação de direitos no Brasil e no mundo, Silvia Pimentel teve atuação decisiva para importantes conquistas neste campo em diferentes níveis. Além de professora de Filosofia do Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), cumpriu dois mandatos (2011 e 2012) como presidente do Comitê CEDAW e realizou importantes trabalhos como integrante do Comitê de expertas que acompanha o cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, na sigla em inglês) sobre o acesso das mulheres à Justiça.

Silvia Pimentel foi, por exemplo, a coordenadora dos trabalhos que resultaram na Recomendação Geral 33 do Comitê, que realiza uma análise minuciosa sobre o significado de acesso à justiça para as mulheres e reúne os principais obstáculos a serem superados para garantir os direitos de mulheres e meninas, além de apontar caminhos nesse sentido (*saiba mais*).

Como professora na PUC-SP, Silvia foi uma figura decisiva para consolidar o campo de Direito e Gênero na universidade, onde coordena o Grupo de Pesquisa Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade – que nesta quinta-feira (9) lança uma publicação reunindo artigos sobre o tema (*veja convite a seguir*).

Para a especialista, as resistências e distorções que o debate de gênero vem enfrentando são prova justamente da necessidade de aprofundarmos o conhecimento coletivo sobre o tema.

*Confira a entrevista:*

#### ***Qual é a importância de debater as questões de gênero no Direito e nas universidades, como vocês vêm fazendo na PUC-SP?***

É realmente muito grande a relevância de termos tido condições e possibilidades de inserir o tema de gênero e dos direitos das mulheres na nossa Faculdade de Direito. As resistências que o tema está enfrentando hoje em dia são justamente a maior prova da importância de levantarmos esse debate em uma universidade e, no nosso caso, em uma faculdade que tem uma história de vanguarda e que é muitas vezes modelo para muitas pessoas.

Então, avalio que é muito importante termos colocado esse tema e é muito importante também a acolhida que a faculdade, a universidade – em especial por meio da pessoa da reitora – está dando para os nossos esforços.

***A PUC é uma universidade católica que tem uma história associada à luta por democracia, como você comentou. Isso significa que a pluralidade é importante no ambiente de ensino e que os diferentes debates podem andar juntos?***



É notável isso. Não vou entrar em detalhes, mas há um mês ou dois houve uma manifestação de grupos fundamentalistas junto à direção da nossa universidade, afirmando-se contrários a ela estar abrindo as portas a este tema, e foi muito interessante a resposta que foi dada pela PUC, no caminho de dizer que a universidade é plural e aberta ao debate, independentemente deste ou daquele tema.

A universidade tem representado uma vanguarda em momentos históricos, como durante a ditadura, e durante todos estes anos têm manifestado um respeito grande pelas lutas que nós, feministas, fazemos de forma muito aberta em todos os temas no campo dos direitos das mulheres, inclusive nos direitos reprodutivos, que costumam enfrentar mais resistência.

De um modo geral, é importante mantermos uma posição crítica em relação a tudo o que está acontecendo, a essa vontade de regredir nos direitos que nós, mulheres, conquistamos. Como todos sabem, há projetos de lei nesse sentido, tentando interferir, por exemplo, na Lei Maria da Penha, de enfrentamento à violência doméstica e familiar, querendo desprestigiá-la, diminuir o seu valor. Também nos direitos sexuais e reprodutivos percebemos um movimento para retroceder naquilo que nós, por décadas, reivindicamos. Por isso é tão importante essa abertura ao debate plural e ao acolhimento dos nossos esforços.

**Sobre as forças em direção a retrocessos, há uma tentativa maciça de cercear o debate de gênero dentro da educação a partir de distorções que ficaram associadas ao que chamam de 'ideologia de gênero'. Como você vê esse cenário?**

É realmente lamentável, eu inclusive – um pouco antes de elaborar o verbete sobre gênero e Direito, a pedido da Faculdade de Direito, para ser incorporado na enciclopédia digital gratuita [*saiba mais no box abaixo*] – li um livro publicado sobre 'ideologia de gênero' no começo deste ano e fiquei muito perplexa. É uma obra assinada por 'grandes nomes' (intelectualmente falando) do mundo jurídico e que chega a afirmar que o tema de gênero é diabólico. Isso é um ponto para registrar, está dizendo que é coisa do demônio.

No século 21, em que nós respeitamos tanto termos alcançado, pelo menos formalmente, um Estado laico, não faz sentido dizer que um tema da relevância para tantas pessoas, principalmente para uma minoria que não é pequena, é uma 'coisa do diabo' e outras afirmações desse tipo. Trata-se de desqualificar uma discussão tão importante e essencial para trabalhar a problemática na perspectiva de gênero.

Já a partir da 'Segunda Onda Feminista', destaca-se a frase de Simone de Beauvoir, na sua clássica e notável obra *O Segundo Sexo*, que diz "não se nasce mulher, torna-se mulher". As pessoas precisam entender que esta frase é uma informação que nos ajuda muito a compreender a importância de trabalhar com os direitos das mulheres, com o enfrentamento às violências de gênero – e não só porque ela eventualmente nasceu no sexo feminino, mas porque é do gênero feminino e porque construiu-se todo um conjunto de papéis com base em uma ordem patriarcal que a coloca em um papel de subordinação, de subalternidade – e ainda, em pleno século 21.(...)

<https://www.geledes.org.br/entrevista-silvia-pimentel-direito-discriminacao-e-importancia-do-debate-sobre-genero-na-actualidade/>

## ANEXO III – Textos dos acadêmicos<sup>14</sup>

### TEXTO 01

Atualmente, a Questão de Gênero tem sido alvo de vários debates, tanto no âmbito do ensino médio quanto do Superior, gerando uma série de dissonâncias em que algumas dessas chega a ser hostil.

A sociedade brasileira não Trata seus Indivíduos Iguatariamente, conforme está amparado na Constituição federal de 1988, que “todos são iguais perante a lei”. As desigualdades estão principalmente, na questão de ser homem ou mulher, essa última é totalmente diferenciada, tendo menores salários, por exemplo. Outro grande conflito é o debate em salas de aula sobre o gênero em si, o que é ser mulher e o que é ser homem, grande foco dessa discussão é quando inserir tais debates e em que idade.

Portanto, esse assunto é um tabu para sociedade, tendo que ser falado e discutido em salas de aula de maneira mitigada, ou seja passo a passo começando com os corpos de mulher e de homem conhecendo a anatomia de ambos e não querer impor desde de muito cedo a uma criança o que é ser hétero, homo ou transexual apresento vídeos ou fotos sobre tal.

Nas universidades e outro nível, tendo em vista que aquelas pessoas são resolvidas sobre esse assunto e o Debate é melhor, pois são universitários mais esclarecidos e com a mente, que fosse mais longe, tem de ter a liberdade de expressão e pensamento, como está previsto juridicamente, mas onde acaba o seu direito começa o do outro.

### TEXTO 02

#### A QUESTÃO DE GÊNERO NO BRASIL

No momento atual em que vivemos nos deparamos com um debate muito importante em que homem e mulher não são mais uma forma de identificar as pessoas e sim a maneira a qual melhor as representa. Devido a isso existem dois fatores que não podem ser negligenciados: a resistência do país em discutir questões relacionadas a identidade de gênero e o preconceito sofrido por esses indivíduos.

Essa resistência se dá em virtude de sermos uma sociedade ligada em sua maioria do catolicismo. O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, essas pessoas são humilhadas e espancadas por não se encaixarem no padrão normativo de identidade de gênero imposta pela sociedade.

Como solução, acredito que o Ministério da Educação deveria investir nas aulas de sociologia com o propósito de ampliar as discussões sobre o assunto, para diminuir o preconceito das gerações futuras. Também o Governo Federal investir em políticas públicas de inclusão para essa classe. Visando assim a inclusão social e a redução da discriminação no Brasil.

---

14 Redações produzidas pelos alunos para a construção do *corpus* da pesquisa.

### TEXTO 03

#### A DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS

A concepção de gênero foi distinguida por Robert Stoller, quando expôs que gênero é determinado socialmente. O sujeito é determinado por imposição de uma sociedade.

Discutir gênero em sociedade, nas escolas, em grupos sociais, Naquela concepção seria colocar às claras o papel social do indivíduo em relação ao gênero a que é determinado.

E qual o papel de cada um? E qual o gênero de cada um? Discutir sobre este tema terá alguma relevância para a aquisição de Direitos?

O papel é determinado de acordo com as necessidades reais de cada indivíduo. Ser a esposa ou o marido perfeito surge de comportamentos sociais aceitos por esses.

A mãe solteira que trabalha e cuida dos filhos – solteira ou casada – pratica comportamentos de acordo com a sua realidade. O pai solteiro ou casado também agirá do mesmo modo.

O papel da mulher vem se diversificando, assim como o do homem. E estes tendem a ser praticados conforme tal.

O gênero é determinado pela biologia como macho e fêmea. Acredita-se que o fato do gênero ser um ou outro não determinará seu papel.

Deste modo, apoiar-se em algo fora deste sentido, seria impor, de igual maneira, uma terceira opção ao gênero. Fato este, entende-se que não caberia como produto de inserção em sociedade. Assim como o militarismo.

“Nenhum direito fundamental é absoluto” (Mendes, Gilmar). Levar a sexualidade ou a sua tentativa, às escolas como no texto 1, deverá ser observado se é realmente importante, essencial como no texto 2, ao passo que retiram outros temas das discussões: Corrupção, religiosidade, educação, saúde, dentre outros.

Portanto, há de observar que uma sociedade justa, igualitária, digna será quando todos puder discutir, refletir até que ponto o Estado pode invadir o poder dos pais de educar os próprios filhos.

### TEXTO 04

A discussão sobre gênero tem se tornado cada vez mais popular nos debates atuais, entretanto, esse assunto poderia gerar algum malefício social no futuro? Seria um assunto demasiado intenso para ser conversado com crianças? E mais, quais seriam os resultados futuros desses debates?

É certo que com o passar das gerações as formas de pensar se reinventam e se transformam conforme a figura da sociedade em questão. Dessa forma, o que era inaceitável no passado torna-se algo comum no futuro, como exemplo o desenvolvimento feminino no mercado de trabalho, que antes sofria resistência mas hoje é apenas mais uma característica social.

Essas mudanças de pensamento ocorrem por influência de diversos agentes entre eles a educação. Com ela uma ideia pode ser discutida e se for racional pode ser aceita. Assim sendo, levar essa questão para a sala de aula seria a forma mais suave de dispor conhecimentos sobre o assunto e por

consequência dessa discussão educacional a sociedade como um todo seria beneficiada e a próxima geração não precisaria mais discutir sobre o assunto, estando um passo a frente.

No futuro o Direito sofreria mudanças, realizadas ainda por essa geração, para incluir aqueles que antes eram marginalizados, os problemas causados pelo preconceito se reduziriam, combatidos pela educação e informação.

Por fim, quanto mais cedo uma ideologia for fundamentada mais fixo será esse princípio pessoal no futuro.

## TEXTO 05

Atualmente, na sociedade contemporânea, é muito discutido sobre gênero para as crianças, o que é prejudicial as crianças e não tendo embasamento científico nenhum. Uma das mais influentes associações de pediatria dos Estados Unidos, AMERICAN COLLEGE of Pediatricians enterrou a ideologia de gênero em uma nota esclarecedora “Disforia de gênero em crianças” (Gender Dysphoria em Children). Valendo ressaltar alguns pontos.

Primeiro, cerca de 98% de meninos e 88% de meninas confusas com o próprio gênero aceitam seu sexo biológico depois de passarem naturalmente pela puberdade. Segundo, taxas de suicídio são vinte vezes maiores entre adultos que usam hormônios do sexo oposto e se submete a cirurgia de mudança de sexo, mesmo na Suécia, que está entre os países mais afirmativos em relação aos LGBTQ. Terceiro, ninguém nasce com um gênero. Todos nascem com um sexo biológico. Gênero (uma consciência e percepção de si mesmo como homem ou mulher) é um conceito sociológico e psicológico não um conceito biológico.

Nas universidades, atualmente, a pessoa pode ser discriminada por usar o termo menina ou menino, o politicamente correto é dizer Meninx, trocar os O e os A por X, meninos e meninas são diferentes, assim como homens e mulheres, o Mundo que todas as pessoas fossem iguais seria chato e sem graça, sendo sem sentido, todo individuo é unico e insubstituível, não cabendo ao Estado interferir, querer negar essas diferenças ou pior acabar com elas é algo utopico e autoritário, como o Socialismo.

## TEXTO 06

Estamos vivendo em uma época que o conservadorismo acaba por se mostrar agressivo em certos casos. Sendo assim, necessário se faz que o pensamento crítico e o respeito sejam trabalhados na infância, principalmente na escola. As questões de inclusão de gênero devem ser mais amplas para que haja um melhor entendimento do assunto.

Ser conservador não é um problema, o problema surge quando não se respeita a opção alheia. Exemplos disso seriam os casos de agressão aos gays, mulheres, estrangeiros, etc. Para que existam melhorias é preciso que “o cidadão” entenda que sua liberdade termina onde a do outro começa.

A fim de que isso seja entendido as crianças estudam matérias como sociologia e filosofia para que faça-se clara a necessidade de pensamento e entendimento dos comportamentos sociais. Explicações sobre tais assuntos devem ser trabalhadas nos ambientes escolar e familiar para que com uma visão mais ampla o menor seja capaz de formar sua própria opinião sobre o assunto sem deixar de considerar a alheia.

Uma maior quantidade de discussões sobre assuntos como o papel da mulher na sociedade faz com que as pessoas se deparem com um maior número de argumentos e abram suas mentes às novas possibilidades. Por exemplo o tema da reforma trabalhista que aumenta as jornadas de trabalho das mulheres sem levar em conta que elas também trabalham em casa, totalizando uma média de 14 horas de trabalho diárias.

Como saberíamos disso sem tocar no assunto? Por isso é preciso que sejam abordados todos os assuntos na escola, que seja respeitada a escolha do outro. Aliás, como saber como proceder em casos jurídicos com os direitos da mulher se nunca se ouviu falar neles?

## TEXTO 07

Nos últimos meses, a popularmente chamada “ideologia de gênero” desencadeou um debate em nível nacional. A problemática inicia-se a partir das divergentes opiniões acerca da implementação de assuntos sobre o tema em sala de aula. Devido a fatores culturais, religiosos, políticos e sociais muito têm-se a debater sobre essa questão.

A ideologia de gênero, no geral, consiste na hipótese de que nascemos assexuados no sentido, sobretudo, sentimental, e que a partir disso a pessoa poderá escolher com qual gênero se identifica melhor. Isso é o que ocorre com os transexuais e não tem relação direta obrigatoriamente com orientação sexual. Muitos confundem o assunto com homossexualidade e por isso torna-se importante uma melhor instrução acerca disso.

Quanto à discussão de assuntos de questão de gênero em sala de aula muitas opiniões divergentes surgem. Por um lado, acredita-se que o assunto não deve ser debatido como um assunto isolado. Entretanto, há quem diga que a atual resistência que o tema enfrenta é a maior prova de que o assunto deve ser disseminado.

Em meio há tantas opiniões cabe ao judiciário julgar e resolver essa questão. O que preocupa a população é a parcialidade por parte das bancadas religiosas. De toda forma, em sala de aula ou em casa, o debate deve existir e ter como foco principal o respeito ao lidar com essa questão.

## TEXTO 08

“Mulher trans, homossexual, pobre e negra sofre discriminação em evento”. Apesar do que a sociedade insiste em nos fazer acreditar, pequenas manchetes parecidas com essa mostram a realidade dos diferentes dos diferentes preconceitos vividos atualmente. Machismo, homofobia, menosprezo social, racismo, intolerância religiosa... É uma lista vasta da realidade vivida por muitos.

Quando a pessoa nasce no sexo “x” e percebe que na verdade quer ser “y”, começa, já em casa, a luta que vai travar para se sentir bem consigo. Se acrescentar as questões de orientação sexual e classe social, torna-se tudo ainda mais complicado. É por reconhecimento, respeito e empatia que o debate sobre gênero tem que ser feito do lar às instituições de ensino ou de trabalho.

Em pleno século vinte e um, ignorar a realidade de milhões é fugir da verdade. A tecnologia avançou, a medicina, a história e o mundo também, mas o preconceito continua firme, sendo transmitido através das gerações, para um mundo de ignorantes.

É válido colocar-se no lugar do outro, reconhecer que poderia ser sua família ou amigo, mas os pais não conversam sobre isso e também não querem que a escola aborde. E se saíssem no jornal? Desliga-se a televisão e não compra-se mais o item? Não seria mais fácil aceitar e conviver?

A mulher travou uma luta árdua, primeiro em busca de direitos, depois de reconhecimento e hoje a igualdade. Ainda assim, elas são estupradas, assassinadas, sofrem distintas violências e continuam a buscar seus objetivos. Não é e nunca será a opressão que mudará as pessoas, é poder somente do conhecimento disso.

É dever dos responsáveis, da escola, do Estado e de todos o respeito aos mais distintos e curiosos seres humanos. A informação sobre eles não muda suas convicções, crenças, orientação, gênero ou algo do tipo, porém, pode render um amig@, uma história, uma vida.

Assim como as mulheres, os LGBTQ buscam o reconhecimento dos seus direitos e, se não fosse o preconceito, eles não teriam que fazer isso, porque já os teriam. O mesmo vale para as outras milhares de minorias que somam bilhões.

Em suma, a discussão sobre gênero na sociedade é importante para o respeito e reconhecimento social, para que conquistem o que já deveria ser deles por direito, sem menosprezo, preconceito ou violência. O Estado deve fazer valer da Carta Magna, não diferenciando as pessoas por suas cores ou órgãos, já que são todos seres humanos. Se não for assim, a justiça continuará com as estatísticas das violências, os números crescentes de processos e a culpa do Estado sobre isso.

## TEXTO 09

Gênero é o que identifica a identidade sexual do indivíduo, existindo o masculino e o feminino. Ambos determinados no nascimento. Entretanto têm se discutido a quem cabe o “dever do gênero” com o surgimento da “ideologia de gênero”

Em 2012, Bento XVI, o então Papa, descreveu que o uso da palavra “gênero” pressupõe uma “nova filosofia da sexualidade”, sendo o termo não mais tratado pela determinação do sexo do nascituro ou criança. Pode-se então descrever essa ideologia como a “ideologia da ausência de sexo”.

O novo pensamento pretende transferir para o Estado o direito de ensinar os valores morais independente da opinião dos pais portanto, dando a ideia de que crianças podem decidir ser menino ou menina, sem levar em consideração a determinância biológica.

Com essa pauta levantada, há pontos jurídicos que intervêm diretamente na ideologia como por exemplo o artigo 12 inciso IV da norma supra legal do Tratado de São José (Convenção Americana de Direitos Humanos) que prevê: “Aos pais, e quando for o caso, os tutores, têm direito que seus filhos/pupilos, recebam a educação moral e religiosa que estejam de acordo com sua próprias convicções e o artigo 229 da Constituição Federal que diz: “os pais tem o dever de educar e criar os filhos menores”.

Sendo assim, não pode ser de responsabilidade estatal a educação, sendo o seu dever a escolarização. A escolarização é uma educação secundária, devendo ajudar a primária (dos pais) e não substituí-la.

## TEXTO 10

É importante a discussão sobre gênero na busca de acabar com o preconceito existente na sociedade contemporânea brasileira, além de reflexos nas questões jurídicas. É necessário abordar temas relacionados a gênero, identidade, sexo e ativismo LGBT pois diferem em significado, porém são mal interpretados gerando discussões e outras formas de expressividade contra os mesmos.

Apesar de contemporânea, a sociedade ainda apresenta traços de retrocesso com os grandes números de casos de preconceito e mortes ou agressões causadas por homofóbicos. Enquanto houver preconceito, discriminação e uso da força para machucar pessoas que se encaixem na comunidade LGBT, o assunto deve ser discutido. A questão do gênero não é apenas voltado para comunidade LGBT, uma vez que também existe o machismo imposto pela antiga sociedade patriarcal que ainda possui fortes traços culturais.

Cabe ao estado prever na Constituição projetos de leis que punam as agressões, como já está previsto na lei Maria da Penha e o aumento de unidade de atendimento a mulher pelo país bem como pode assim também abranger a comunidade LGBT. Cabe a mídia expor conteúdos que discutam mais sobre gênero para conscientizar a população. As instituições de ensino que se propuserem a favor da discussão do assunto podem desmistificar e acabar com o senso comum erroneo e patriarcal da cultura brasileira.

## TEXTO 11

Segundo a ideologia de gênero ninguém nasce homem ou mulher, pois cada indivíduo irá construir a sua identidade, ou seja, o seu gênero. Acredita-se que o gênero independe de questões biológicas uma vez que homem ou mulher são meras representações daquilo que cada um acredita ser, se autodetermina.

O gênero é basicamente uma construção cultural, por isso as palavras homem e masculino, por exemplo, podem ser utilizadas para definir tanto um corpo feminino como um corpo masculino; mulher e feminino tanto para um corpo masculino como um feminino.

Atualmente, existem uma confusão entre identidade de gênero e orientação sexual, esta última refere-se a preferência sexual, aos sentimentos. Logo, o indivíduo pode ser assexual, homossexual, bissexual, dentre outros. O gênero, portanto, não pode ser limitado e pode ser alterável.

O cisgênero é o indivíduo que nasce com sua identidade igual com o gênero que foi-lhe atribuído ao nascer. Em contrapartida, o transgênero é a pessoa que não se identifica com o gênero registrado em seu nascimento. A falta de compreensão da diversidade de gênero, na sociedade contemporânea, desencadeia uma série de problemas como o preconceito, a exclusão, o medo, a culpa e até mesmo a vergonha.

Visando diminuir o preconceito e em busca de uma sociedade igualitária, em 2014, o MEC propôs incluir temas relacionados com a identidade de gênero e com a sexualidade nos planos de educação, pois é na escola que desde os primórdios formam-se parte de ideias, opiniões e senso crítico. Entretanto, tal proposta foi muito criticada e acabou não sendo implantada até o presente momento, pois muitos entenderam que o que havia sido proposto era um incentivo à mudança de gênero.

No Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988, somos todos iguais perante a lei. Com isso, a dignidade da pessoa humana não pode ser ferida, pois as leis existem e devem ser aplicadas de maneira adequada contra aqueles que praticam desde de pequenos insultos até grandes barbaridades por não aceitarem a diversidade de gênero.

Portanto, faz-se necessário desde a infância uma educação neutra de gênero, ou seja, sem usar os termos ele e/ou ela. Dessa forma, as crianças crescerão livres de imposições e poderão tornar-se adultos livres de estereótipos e sem barreiras para fazerem suas escolhas.

## TEXTO 12

Ideologia é um corpo fechado de ideias, que parte de um pressuposto básico falso – que por isto deve impor-se evitando toda análise racional, e então vão surgindo as consequências lógicas desse princípio falsos. Utiliza-se de meios como escolas, universidades, propagandas, entre outros.

A chamada ideologia de gênero tem como principal fundamento e falso; que o sexo seria o aspecto biológico do ser humano, e o gênero seria a construção social ou cultural do sexo.

Entendemos que vivemos em um Estado laico e que estamos no século 21 e que já foram conquistados vários direitos para várias situações. Porém não vejo uma argumentação plausível para se ensinar nas escolas, universidades, entre outras instituições ou meio de informação que tudo bem uma criança ou adolescente ter um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo.

As instituições ja mencionadas neste texto tem a responsabilidade de formar opinião e de levar as pessoas a compreenderem que mesmo não sendo a favor de uma questão deve haver respeito ao próximo.

Como explicar a uma criança que por mais que ela tenha um órgão genital feminino ou masculino, isso não define a sua sexualidade?

Os movimentos entre outros meios de tratar da ideologia de gênero chegam a ser arbitrários e inflexíveis com outras pessoas que não tem a mesma ideologia.

Os pontos de vista de ambos devem ser considerados, de maneira que nenhuma das partes saia lesada. Até porque crianças não tem como discernir certo ou errado, bom ou ruim.

A solução para esse impasse é ensinar o respeito e amor ao próximo. No caso de pessoa que excedem nos termos agressíveis ou lesionam outros, que se faça cumprir a lei com se é feito a todo cidadão.

## TEXTO 13

A questão envolvendo o gênero é um fato, e sua problemática precisa ser debatida. Porém, esta observação nem sempre é válida, pois a sociedade que está regida sobre as regras patriarcais e conservadoras se sente “ameaçada”, gerando assim um certo repúdio sobre o tema. O direito, como fenômeno social e humano, acompanha a mesma tendência.

A ideologia de gênero, como ficou popularmente conhecida através do senso comum, é a base das mais variadas discursões em sociedade. Questões como suas origens, sua manifestação nos corpos e identidades biológicas do homem e da mulher são as mais argumentadas.



A sociedade encontra muita resistência em diálogos sobre um tema que em pleno século XXI deveria ser tratado como algo normal, encontrando nos grupos de extrema-direita e fundamentalistas um sustentáculo nos contra-argumentos, inclusive através do direito, que construído sobre uma base patriarcal, fecha os olhos para a transformação em sociedade. Deste modo, a discussão sobre “ideologia” de gênero necessita ser constante, além de algumas medidas fundamentais que precisam ser tomadas.

Inicialmente, e como tudo que ocorre, deve se conscientizar acerca da questão do gênero para desconstruir-se uma visão estereotipada que foi alimentada ao longo de milênios. Para tanto, o desenvolvimento de políticas públicas, a participação dos meios de comunicação e o combate por parte da classe política envolvendo a violência do gênero são fundamentais para reversão deste quadro.

A sociedade contemporânea, considerada por muitos como progressista, não acompanha a problemática envolvendo o gênero como uma questão de toda a sociedade. O direito, ao invés de se mostrar como solução, apresenta-se como um grande entrave, pois desconsiderou a realidade e prendeu-se aos dogmas antigos, servindo assim como base aos inúmeros retrocessos agora apresentados.

## TEXTO 14

Está aberta a discussão e é dever democrático de todas as entidades e institutos dela participar, pois envolve o nosso sistema educacional, político, religioso, moral e as pessoas, independente de quaisquer orientação ou ideologia. É uma discussão sobre a paz, sobre a solidariedade o respeito e a existência digna das pessoas libertas dos velhos preconceitos.

A sociedade contemporânea tem por alicerce os princípios do iluminismo que consagra a liberdade do indivíduo e na O Direito como técnica para limitar o poder do Estado contra a sociedade, portanto é nessa visão progressistas que as discussões devem acontecer.

Não podemos voltar ao medievo, onde o preconceito, a escravidão e o autoritarismo dos reis e do clero fizeram a inquisição.

A Escola deve educar o indivíduo dentro da realidade evolutiva, incluindo na sua grade curricular os temas inerentes a existência, a liberdade – (o direito do indivíduo, de acordo com a época em que estamos vivendo e com os novos padrões resultantes da evolução cultural e o estado tecnológico que alcançamos.) – A vida tem o sentido de existência e a liberdade humana reside na vontade e no livre arbítrio do indivíduo para construir a sua personalidade e sua história.

O Direito é conjunto de regras criado pelos indivíduos para harmonizar a convivência e garantir a realização[r] de cada indivíduo no gozo de sua liberdade para fazer e viver as suas escolhas, dentre estas a questão do gênero, nessa questão acredito que:

Ser humano é genero, masculino e feminino são as espécies primárias do genero humano. Penso que masculino e feminino não estão relacionados com a questão física unicamente, porque os humanos são diferentes dos animais. Enquanto os animais vivem segundo a natureza os humanos podem escolher se não procriar, não e como vão construir suas existências.

Os fundamentalistas relacionaram o gênero humano com a condição animal e, agora, estão utilizando a religião, a escola, a mídia para combater e punir os que pensam diferentes deles – Buscam poder político.

O que deve ser discutido nos dias atuais é a capacidade da Escola, do Direito, da Religião e da Política para construir uma sociedade livre justa e solidária, em que a Educação conseguisse ensinar que o mundo animal é diferente do mundo humano.

A espécie feminina no mundo animal está ligada a procriar e não tem escolhas a fazer, pois não governa a sua existência e nem a controla.

No mundo humano o feminino é totalmente diferente: pode fazer as escolhas que o masculino faz, pode decidir se vai procriar ou não, se quer ser uma guerreira ou se vai trocar de sexo, porque se reconhece da espécie masculina.

Nisso não há nada de diabólico ou de divino, mas há muito da liberdade humana conquistada ao longo da história humana.

Se ainda não conseguimos ensinar na Escola, na Igreja, na família que o gênero humano deve e pode construir a sua existência, certamente ainda somos de uma sociedade preconceituosa, violenta e hipócrita.

A discussão continua aberta, e todos, sem medo e sem preconceito, deveriam em nome da paz, da solidariedade, do Direito e da Justiça dela participar, porém os que tem medo dos novos e revolucionários preferem punir pobres alunos e dizer que isso é coisa do demônio.

## TEXTO 15

A Constituição Federal de 88 consagra em nosso ordenamento jurídico o direito a igualdade do caput do artigo 5°. Além deste dispositivo nossa Carta Magna está repleta de artigos que consagram a igualdade, dentre eles o art 4° em seu inciso VIII, que dispõe sobre igualdade racial. o próprio art 5° nos incisos I que trata da igualdade entre os sexos, inciso VIII que trata sobre liberdade religiosa, o art 7°, inciso XXXII que regula o princípio do direito do trabalho dentre outros, como art 226 que trata da família.

Sendo assim, percebe-se que o ordenamento jurídico pátrio já se preocupou em resguardar a questão das desigualdades e garantiu que todos são iguais perante a lei. Assim, conforme interpretação dos dispositivos citados acima em face do princípio da igualdade, a lei não deve ser fonte de privilégios ou perseguições, mas um instrumento que regula a vida em sociedade, tratando de forma equitativa todos os cidadãos.

Nessa diáspora, muito embora legítimas as lutas pela discriminação, muitas vezes a finalidade é desvirtuada, e o que ocorre é o inverso do pretendido, se acentuando ainda mais a diferença que se pretendia abolir.

O exemplo disto é a ideologia de gênero, ideia que foi introduzida no plano nacional da educação sob o fundamento que iria melhorar as questões de discriminação a partir do conceito que não mais existe homem ou mulher, e sim gênero.

Porém, a matéria pode ser inserida na legislação, fale que já contemplada na própria Constituição Federal, ou seja, já se aprecia a igualdade de gênero masculino e feminino, sexo e suas opções sexuais, raças e suas etnias, religião e suas diversidades.

Outrossim, Conforme mostrado na mídia, o conceito de ideologia de gênero, ultrapassa a ceara da igualdade e emerge como um: novo conceito de ser humano, onde tenta mostrar a ideia de que o gênero e o sexo deve ser construído socialmente, tentando esclarecer que a raiz da ideologia é a negação da natureza biológica, masculino e feminino, visto que a matéria estaria a favor das necessidades do ser humano, e este utilizaria da mesma forma como desejasse, e a construção atual de homem e mulher seria uma imposição social que gera desigualdade destes generos e portanto deveria ser extinta.

Percebe-se pela análise do assunto, que o conceito suplanta as questão de isonomia e bem estar social, sugerido como questão antropologica sobre o papel do homem e da mulher na sociedade e a forma como devem se portar, por este motivos que a ideologia foi abstraída do todo no plano nacional de educação.

Pois o ordenamento juridico prioriza a dignidade da pessoa humana, a igualdade e respeito do poder familiar, todos preceitos constitucionais, e a ideia central da ideologia e trazer uma nova Antropologia do ser humano, negando a biologia e a natureza humana, partindo do pressuposto deque, quem hoje escolhe o que e ser humano, e a sociedade e a cultura onde ele ouve, o que estaria gerando desigualdade e opressão.

Diante de todos expostos, o estado detentor do poder de reguarda as relações da sociedade, ja se atentou em resguardar tais diferença de generos e protege todos os seres humanos, considerando todos iguais perante a lei, que por natureza o homem e a mulher possuem, os equiparando quanto aos direitos, mas não quanto aos deveres, ja que sao biologicamente diferentes.

por isso, o conceito de ideologia de genero nao consegue morada dentro do ordenamento juridico, e sua introdução nas escolas mesmo sem o consentimento do poder legislativo e das leis além de se mostrar inconstitucional, afronta a democracia, ou estado democratico de direito.

## TEXTO 16

A luta por um estado democrático de direito trouxe direitos individuais e sociais, como, por exemplo, o direito à vida, à liberdade, além de vedar quaisquer formas de discriminação. No entanto, há, hediondamente, uma forte discriminação aos movimentos LGBTs, feministas e até mesmo religiosos, dificultando uma comunicação pacífica entre os grupos contrastantes.

Como já dito, a luta pela democracia trouxe direitos importantíssimos. O caput do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil veda quaisquer formas de discriminação, dando segurança jurídica as pessoas. Entretanto, há muita discriminação e pouca efetividade da lei, significando que a sociedade não está observando as normas constitucionais.

De um modo geral, parte da sociedade continua intolerante, e não discutem sobre gênero, levando à intolerancia. A professora e pesquisadora Silvia Pimentel disso, em entrevista, que a resistência ao tema é justamente a prova da intolerância existente na sociedade.

Com isso, faz-se necessário o debate sobre gênero dentro das famílias e, especialmente, nas universidades. Desta forma a lei terá efetividade, e não somente vigência. Além disto, ao indivíduo precisam construir mais respeito, pois a discriminação é fruto do desrespeito.

## TEXTO 17

O andar da carroagem da história do desenvolvimento humano nunca foi linear para avante, sempre houve desvios de rotas e até retrocessos.

O processo de formação cultural é cheio de encontros e desencontros com os valores humanos, por vezes, contraditórios. Esse é o caso da mal chamada “ideologia de gênero”, etiqueta esta usada, logo de cara, para relativizar e desvalorizar as reivindicações que surgem com a discussão de gênero. Discussão esta que tem a necessidade de transitar pelas instituições sensíveis à formação de valores, de direitos humanos, como as escolas e universidades. O tema é uma necessidade peremptória nesse novo século, não pode ser monopolizada ou sequestrada pelo obscurantismo social, sob pena de que se percam os passos de gigante que foram dados no século passado. Tal como falou a aluna Alice Foreste (Texto 01): “2017, a nova idade média”, com relação ao avanço das correntes de pensamento que se negam discutir o tema nas instituições de ensino.

O tema de gênero vem de encontro com os valores contidos no art. 5º da Constituição Federal. Está implícito nos princípios que formatizam e configuram as democracias: “Liberdade, igualdade e fraternidade”. Não se pode fugir simplesmente dessa realidade.

Se bem é certo que nos últimos três anos muitos direitos foram sustados, não podia ser diferente com o problema de gênero. Porém, em nome da humanidade, e por ela, deve-se resistir para que haja luz no futuro e não breu.

## TEXTO 18

A discussão sobre a tão polêmica “ideologia de gênero” vem tomando proporções quantitativas notórias. As diversas opiniões e posicionamentos sobre tal assunto vem causando conflitos sociais por divergências. Conflitos muito preocupantes no desenvolvimento social.

O dicionário Aurélio define a palavra educação como o meio de construção intelectual, moral e até física de um indivíduo. A Constituição Federal de 1988 afirma no Art. 205 que a educação é um direito de todos e um dever exclusivo da família e do Estado proporcionarem. Logo o indivíduo em sua vida o indivíduo tem o direito legal e obrigatório de receber essa construção do seu lar e da instituição de ensino.

A discussão de gênero é uma medida proposta ao sistema educacional, onde a criança, o adolescente e até o adulto receberá uma noção de igualdade e respeito por grupos LGBT (homossexuais, transsexuais...) e também pelo grupo feminino.

Todavia, o grande temor em questão é o papel da família na educação. Como fora dito, através da Constituição, tanto o Estado e a Família participam desse processo de construção moral do indivíduo. Especialistas na área de psicopedagogia afirmam que a maior parte do caráter pessoal de um ser em desenvolvimento vem da sua convivência familiar. A convivência gera noções de respeito e valores que são passados pelas gerações.

Ademais, o Estado com essa iniciativa de promover a igualdade de gênero procura atender a demanda de conflitos, entretanto não se pode “tampar o som com uma peneira”. Ao promover a igualdade é necessário envolver todos os conflitos. O desrespeito as diferenças religiosas, políticas,

ideológicas e até mesmo as diferenças de time de futebol causam conflitos sociais sérios que podem chegar a extrema violência.

Portanto o que o povo brasileiro necessita atualmente é a construção do respeito as diversas opiniões. Limitar-se a ideia de gênero seria errôneo, pois os conflitos continuarão a existir e com eles a violência. As crianças precisam crescer sabendo ouvir o próximo e respeitar a sua ideia diferente. Só assim todas as áreas que geram conflitos serão atendidas.

## TEXTO 19

Gênero, tema polêmico porque comporta vários tabus, subverte paradigmas, promove debates, demanda mudanças nos padrões de comportamento e influencia a seara jurídica, quando se refere ao acesso das minorias à justiça e o respeito à dignidade humana.

Em primeiro lugar, é conveniente estabelecer uma diferenciação entre temas envolvendo gênero, sexualidade, orientações intersubjetivas e sua relação com as ideologias disseminadas.

Biologicamente o gênero de um indivíduo é especificado com base nas características do órgão excretor/sexual, que a depender da constituição podem ser feminino ou masculino.

Orientação sexual é a inclinação romântica, carnal e passional do indivíduo, tema não dicotômico como o gênero biológico, tendo em vista a pluralidade, homens e mulheres são mais comuns, mas o que falar a respeito dos zoofilistas, necrófilos e pedófilos.

Identidade de gênero está associada à psique humana, com manifestações psicossomáticas e comportamentais onde o indivíduo busca identificação entre seu gênero biológico e os padrões de comportamentos esperados e exigidos pela sociedade que os gêneros devem exercer, essa ideologia é ligada ao determinismo biológico, sexismo, preconceito e intolerância.

A perversão de conceitos leva a um conflito de ideias altamente valorativo, com argumentações passionais que nunca chegam a um consenso.

Deliberação nada tem a ver com choques frontais de opiniões, alguém que chegue determinado a convencer e pouco disposto a entender não chega a se comunicar de forma satisfatória, pois comunicação é ouvir, assimilar e transmitir ideias em forma de argumentos.

Jürgen Habermas, filósofo alemão, ao elaborar a Teoria do Agir Comunicativo não somente levou estes pontos com consideração, também o produto de debates racionais e sua função na área jurídica, tendo em vista que deliberações, firmadas nos pilares do agir comunicativo, tendem à encontrar soluções consensuais que alcancem o bem comum de forma ampla e democrática.

A importância de discutir esse tema está clara na falta de informações claras e precisas, na dicotomização de valores e nos conflitos sociais oriundos das colisões de ideologias. O Direito, tem a função precípua de sanar conflitos, logo seu interesse no produto dessas discussões são incontestáveis e seu papel é de equilibrar as forças e promover os direitos das minorias.

## TEXTO 20

Ao longo processo da evolução humana não se discutia sobre gênero abertamente, mas hoje na sociedade contemporânea a ideologia de gênero emancipa a sociedade separatista vítima do desenvolvimento do capitalismo. Na Constituição Federal, a “carta cidadã” de 1988 protege todos

com igualdade, liberdade e fraternidade no Brasil, e nela está tudo explícito para ser um verdadeiro cidadão. Minha indagação é porque uma minoria quer induzir uma pessoa a escolher um gênero? Quem está ganhando com isso?

O que aconteceu que vivemos no irracionalismo humano, numa realidade fictícia promovida pelos meios de comunicação em massa dominada pela pequena minoria detentora do poder político e econômico, que domina as mentes, corpos e as almas das pessoas. Quando o homem ixeoriza no ponto de vista antropológico se resulta em cultura, impulsionada com o desenvolvimento tecnológico e dos meios de comunicação em massa sintetiza na indústria cultural. A indústria cultural dominante ataca toda sociedade, causando emancipação separatista na sociedade resultando conflitos, preconceitos, falta de respeito com o próximo e consigo mesmo. Tendo por causa do capitalismo desenvolvido dominante no mundo e todos somos vítimas das minorias.

Portanto, todos presos como no livro Mito da Caverna de Platão, dessa “realidades” de sombras e as verdades problemas não são discutidos e nem publicados. O filósofo alemão Immanuel Kant afirma “O ser humano é aquilo que a Educação faz dele”. No tocante assunto de gênero minha resposta socrática “não sei, só sei que nada sei”.

## TEXTO 21

É grande a discussão sobre gênero, principalmente sobre a ideologia de gênero, mas muitos desconhecem as definições de gênero e ideologia. “É possível afirmar que a ideologia de gênero não existe e que a discussão sobre gênero é muito importante para o Direito.

Ideologia é um conjunto de crenças e pensamentos que uma pessoa ou um grupo possui. A ideologia é um mecanismo de convencimento e dominação pelo discurso, muito observado nas falas políticas.

As pessoas que defendem a ideologia de gênero explicam que o gênero é definido a partir de uma construção cultural do indivíduo, como se o gênero fosse ensinado pela sociedade.

Esta visão é distorcida, visto que o gênero é a forma como uma pessoa se vê ou como ela se entende. Se perguntasse para um homem heterossexual, ele não saberá responder, da mesma forma, aconteceria com um homossexual, demonstrando que o gênero não é definido pela sociedade.

É de grande importância o debate sobre gênero, buscando sempre a conscientização sobre o tema, a fim de atingir o respeito às diferenças. O Direito é ferramenta fundamental que buscará a igualdade de direitos entre os gêneros, principalmente, os direitos das mulheres, que são os mais fragilizados neste contexto, devido à nossa criação patriarcal.

## TEXTO 22

É nítida a evolução do pensamento social, pois os princípios que constroem a moral são temporais e se adequam à necessidade social. Embora não seja tão nova, a discussão sobre gênero surge como um tema polêmico entre os diversos grupos sociais, que podem se mostrar conservadores ou liberais, de acordo com uma série de fatores tais como cultura, religião, pensamento, entre outros. O maior problema surge justamente quando não é permitida a liberdade de pensamento, ou quando ocorre o desrespeito.

A evolução do termo pelo que se chama atualmente de “gênero” mostra-se uma forma de combater as desigualdades sociais. Tal termo refere-se a uma opção que vai além dos fatores biológicos, e

combate a desigualdade contra as mulheres e até mesmo o bullying. Negar a existência de tal termo pode significar retrocesso, a medida que a Constituição Federal tem por objetivo combater qualquer tipo de desigualdade. A abertura as discussões é um passo necessário para a compreensão de tal termo, para que isso não torne-se um “tabu”.

No âmbito jurídico, tais discussões mostram-se necessárias no resguardo dos direitos fundamentais. Todos tem direito a uma vida digna, e isso implica diretamente na felicidade daqueles que lutam contra o preconceito a livre escolha de gênero. Entretanto, todos possuem liberdade de pensamento, e podem se mostrar contra tais ideias, a partir de fundamentos religiosos ou culturais, desde que respeitem quem acreditar e desde que esse pensamento contrário não se torne preconceito e interfira diretamente na tomada de decisões dos três poderes.

Portanto, acima de tais problemas ou discussões, deve sempre existir o respeito a fim de se criar uma sociedade livre de preconceitos, e desta forma alcançar o objetivo maior do estado: O Bem comum.

### TEXTO 23

Proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) documento em que se propõe a reflexão de temas, dentro da carga horararia escolar, que buscam a igualdade social, dentre eles estão as diferenças sociais, religiosas e de gênero, etc. No entanto, ao ser aprovado o projeto no Brasil, retirou-se o tópico onde se abordaria a discussão de gênero.

Ao se buscar justificativas para tal retirada tem-se os argumentos mais absurdos que se possa ouvir, as críticas advindas dos conservadores do país falam em uma imposição de “ideologia de gênero”, acredita-se que ao provocar discussão sobre o tema, o grande objetivo é “desvirtuar” os jovens para a homossexualidade, já foi dito por um padre que isso é uma “porta para a pedofilia”, pois tratar-se-ia então a pedofilia como um gênero, desconsiderando-se no discurso do padre que pedofilia é um crime altamente repudiado, dando a parecer que esses discursos buscam causar o caos social naqueles que, sem conhecimento, acreditam cegamente na sua autoridade religiosa, sempre deixando-se de lado a aceitação LGBT.

É de extrema necessidade então procurar informar quais os verdadeiros objetivos de tal proposta. Assim como exemplificado pelos temas com racismo, onde fica claro o objetivo de combate ao preconceito, todos os outros temas tem caráter de aceitação e por consequência respeito ao que lhe é diferente. Se nossos representantes políticos conseguem entender a cau social dos outros temas, como podem entender de forma tão distorcida o tema gênero? Esse repúdio e medo por certa parte da população apenas corroboram para que se observe o quão despreparada nossa sociedade está para lidar com os LGBTs, outro fator observável é a violência para com esse grupo.

Sendo então indubitável que se leve sim a essa reflexão, por pessoas preparadas, que não busquem apenas instalar o caos social e a permanencia da exclusão dos homossexuais, sendo um direito desses manifestar livremente sua opção sexual, pois trata-se de um direito humano a demonstração da sua própria identidade em que se haja uma repreção.

## TEXTO 24

O termo ideologia de gênero surgiu recentemente, e trouxe consigo a ideia de que, o fato de ter nascido com determinado órgão sexual, não quer dizer que é homem ou mulher. Significa então, que a pessoa nasce sem “sexo”, ou seja, não pode ser considerada nem homem nem mulher.

Os motivos que levaram a essa ideia foram primeiramente os direitos femininos, que outrora não eram respeitados. O papel da mulher já estava estabelecido, o de ser mãe, esposa e cuidar da casa, fatalmente muitas se revoltaram. Em segundo lugar, em uma sociedade antes conservadora, os LGBTs eram discriminados, violentados e retaliados pela cultura fundamentalista imposta à sociedade.

Hoje a PNE (Plano Nacional de Educação) deseja implantar a ideologia de gênero na educação. Este fato gerou grande revolta em conservadores, igrejas e outros fundamentalistas. Eles rebatem esse “movimento” trazendo a história e princípios bíblicos e afirmam que a educação enciclopédica é obrigação de instituições escolares, mas a educação de conduta, valores e princípios precisam ser geridas pela família.

As comunidades LGBTs e grupos femininos acreditam que conquistavam mais um degrau para a aceitação total da sociedade. A ocorrência de vários crimes e atitudes preconceituosas serviram para aquisição do amparo judicial. Pouco a pouco, essas vitórias dão azo a mais retaliadores, tornando este progresso mais lento.

A ideologia em si não é um problema, só promove outro problema, a identidade. O ser humano deve nascer, crescer e quando tiver idade para compreender as coisas, poderá tomar suas próprias decisões. O fato de nascer sem saber a qual sexo pertence só acarretará outros problemas, como a perda da identidade, insegurança, e até depressão. A realidade vivida hoje é pautada por imposições midiáticas e/ou jurídicas, as pessoas não estão dando o devido valor que lhes foi dado, o conhecimento. Não deve ser imposta uma ideologia que “anula o sexo”, a única imposição a ser feita nas escolas, são as matérias.

Entretanto numa sociedade democrática, a lei dita os direitos e deveres, portanto é fundamental que exista o respeito em ambas as partes. E não é só uma questão jurídica, mas uma questão individual. Assim como o país é laico, da mesma maneira deve deixar livre as escolhas sexuais.

## TEXTO 25

A discussão sobre gênero na sociedade contemporânea é importantíssima. O conhecimento a cerca do gênero tem que passar por uma triagem e ser inserido pouco a pouco, de acordo com a idade dos alunos, nas escolas e em casa.

Com o passar do tempo as questões sobre gênero tomaram grandes proporções e perderam limites, muitas vezes as conversas passam informações erradas e tendenciosas, por isso as questões a cerca do tema têm que ser debatidas com responsabilidade e sempre filtrando as informações recebidas, para que nunca se perca o maior alicerce do tema que é o respeito.

Atualmente o governo brasileiro quer inserir o gênero na grade curricular das escolas. Essa inserção é bastante importante, pois na nossa contemporaneidade este tema virou questão frequente na vida, pois todos os dias pessoas se deparam com outras diferentes delas, e essas diferenças têm que ser



entendidas, para serem respeitadas, pois o homem só respeita aquilo que conhece, os ensinamentos sobre as questões de gênero tem que ser feito de maneira gradativa, de acordo com a maturidade do aluno.

Gênero tornou-se um tema muito sensível na nossa sociedade, questão de debates e brigas, as informações sobre o tema devem ser passadas desde cedo, mas pelos pais, pois assim como eles têm que ensinar os filhos a irem ao banheiro, também tem que mostrar os caminhos a cerca do tema, sempre de maneira gradativa, valorada e respeitosa.

## TEXTO 26

Falar sobre ideologia de gênero nem sempre é fácil, ainda mais com a mídia todos os dias com milhares de informações é cada vez mais a confundir os menos esclarecidos, o que seria isso ideologia de gênero? tem haver se é homem ou mulher? ou se acredita em deus ou não.

se tem uma religião definida o que importa é o respeito de cada um com o próximo deixar o ser humano a vontade para decidir o que acha melhor para sua vida, pois estamos em um Estado democrático de direito. O Estado não pode de maneira absoluta dizer o que pode ou não pode na educação de nosso filho.

Não podemos regredir em nossos direitos como não manifestar nossos pensamentos e opiniões, na verdade a maioria da população é contra algo que por muitas vezes não tem conhecimento suficiente a respeito. O certo que cada vez mais devemos ficarmos informados do que realmente está acontecendo ao nosso redor respeitando a diversidade cultural e o ser humano como deve ser.

## TEXTO 27

Por muito tempo as minorias não tiveram voz. Hoje isso tornou-se diferente, diversos movimentos sociais com cunho minoritário vem surgindo. Entre eles surgem movimentos LGBTQs e feministas que lutam contra o retrocesso jurídico e político relacionado a assuntos como gênero.

Tal assunto sobre gênero ganha cada vez mais força na sociedade, por muito tempo esse assunto era tabu para os brasileiros. Porém, apesar de haver uma evolução relacionada a tal assunto ainda existem grupos baseados em uma doutrina arcaica e patriarcal, dificultando a evolução da sociedade Brasileira.

Há casos noticiados em que escolas declararam ser contra o debate sobre sexo, ideologia de gênero, ativismo entre outros. E a escola tem fundamental importância para o desenvolvimento do indivíduo, tanto em identidade quanto em cidadão crítico. Sem tais debates o retrocesso em relação a assuntos como gênero é eminente.

A justiça assim como outras instituições tem o papel de garantir os direitos de cada indivíduo. Porém ela é baseada na cultura, valores e princípios de cada nação, assim como a justiça progrediu ao longo do tempo em relação a diversos assuntos com os de gênero, ela também pode retroceder em alguns aspectos. Por isso é de fundamental importância o debate de assuntos de gêneros, pois houve um tempo na história brasileira que o homem podia tudo contra a mulher, ela não tinha direito algum, apenas o de ser vista como objeto do homem.

Tendo em vista tais assuntos relacionado ao gênero, para a manutenção da evolução da sociedade brasileira alguns pensamentos devem ser ressaltados. As instituições brasileiras, juntos com o âmbito familiar, são formadoras de cidadãos e devem sempre insentivar os debates e reflexões sobre diversos assuntos, sempre de forma livre de preconceitos e pensamentos arcaicos. Com isso garante a luta de pensamentos e assim continua surgindo movimentos que beneficiam a evolução cultural e intelectual do país. Além disso a justiça continua em processo de evolução, exemplo disso ocorreria os direitos das mulheres em relação a agressões pela lei Maria da Penha e também o casamento homoafetivo. Conquistas que só acaram devido ao debate, reflexão e luta pelo direito.

## TEXTO 28

Hodiernamente observa-se na conjuntura mundial uma tendência acerca do debate sobre gênero, o que tem implicações jurídicas, pois são utilizados corriqueiramente por políticos a fim de obter adeptos. É importante ressaltar que o pensamento predominante numa sociedade advém de um longo processo histórico, e que por vezes minorias tentam disvirtuar a população com argumentos falaciosos e retrógados. Logo, é de suma importância que o debate sobre gênero seja aberto, para que as pessoas possam chegar a um denominador comum, e implementar ações com efeito jurídico, visando o desenvolvimento social.

O termo gênero é plurívoco, mas pode ser caracterizado como o papel social do homem ou da mulher na sociedade. Empiricamente o ser humano reconhece que pertence ao sexo masculino ou feminino, mas há muitas variáveis nesse processo, pois o sexo biológico pode diferir do gênero, por exemplo, o que poderia definir o indivíduo como homossexual, ou diversos outros termos que possuem suas singularidades. Entretanto, cabe nesse texto a análise de alguns grupos, e não a catalogação destes. Devido ao desenvolvimento histórico, social, político e econômico que a sociedade (em sentido amplo) vem presenciando, decorrente de eventos em âmbito global como a Grande Guerra, a população está evoluindo gradativamente. Nesse contexto, percebe-se que uma das consequências da Primeira e Segunda Guerra Mundial foi a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que por sua vez elaborou um importante documento, “A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)”, com mais de cinquenta signatários, e que apresenta como pressuposto básico de uma sociedade moderna o respeito a dignidade da pessoa humana, que consta na Constituição Federal de 1988 como um princípio de densa normatividade, já que está presente implicitamente e explicitamente em todas as normas jurídicas. Ademais, conforme veiculado nos meios midiáticos, o Supremo Tribunal Federal utilizou como argumento o respeito a dignidade da pessoa humana como fundamentação para tornar legal a união homoafetiva; fica clari que grandes avanços como esse só são possíveis em sociedades abertas ao diálogo sobre questões de gênero e que insentivam este, observando a história e utilizando-a em prol de ações jurídicas benéficas para as pessoas.

Tendo em vista os fatos mencionados, pode-se concluir que o diálogo aberto e com respeito é o único meio para se atingir um melhor estado de bem-estar social, que são efetivados por processos jurídicos sensatos, que observam o passado objetivando um futuro melhor em todos os âmbitos. Ademais é necessário que o debate sobre gênero esteja presente em todos os meios sociais, como um meio de se formar cidadãos conscientes, sendo que estes devem funcionar como órgão regulador de si mesmo em todos os aspectos da vida social.

## TEXTO 29

O século XXI vem sendo marcado por grandes debates a respeito do gênero, sua inclusão na grade escolar, no meio acadêmico e também familiar. Apesar de alguns avanços, principalmente no âmbito jurídico, o tema sofre forte oposição, seja por conservadores ou por pessoas pouco esclarecidas.

O homem, seus valores, suas concepções a respeito do que é certo ou errado, vão sendo estruturadas de acordo com o meio ao qual está inserido, sua cultura. O Estado e sua juridicidade surge com o intuito de proporcionar e preservar uma convivência harmonizada entre os cidadãos, delimitando direitos e deveres, individuais e coletivos. Devido a diversidade, seja ela cultural ou política, tem-se os Direitos Humanos como uma premissa a qual todos devem guiar-se, estabelecendo o direito de todos à vida, a expressão, a igualdade entre outros.

Atualmente, o tema gênero ganhou grande repercussão. A diversidade de gêneros tornou-se expressiva, porém a sociedade vem se omitindo diante dela. Não abordar o tema, permitir que as pessoas permaneçam na ignorância, apenas promove o preconceito e a intolerância. O número de mortes, agressões e ameaças a pessoas da comunidade LGBTQI é alarmante e precisa de atenção.

A Constituição Federal de 1988 traz que todos são iguais perante a lei, sem qualquer distinção. Portanto, atos violentos e preconceituosos contra pessoas que se denominam de gêneros diferentes dos quais pertencem biologicamente serão, de acordo com as leis, julgados e, se preciso, punidos. O direito a liberdade também se encontra no texto da constituição. Sendo assim, as pessoas são livres para se expressarem, sem ferir o direito do próximo, em sua totalidade a respeito de sexo, religião, política.

Alguns meios como a escola e a igreja vem sofrendo uma maior dificuldade para tratar do tema. Houve uma tentativa fracassada de colocar como grade curricular das escolas a identidade de gênero. Porém, por falta de esclarecimento, propagou-se uma ideia errônea sobre o que se abordaria, gerando receio e pânico dos pais. O proposto era que as escolas abordassem gênero de forma a disseminar o respeito e a equidade, e não doutrinar as crianças. Com importante papel formada da sociedade, as instituições, juntamente com a família, formariam cidadãos sem preconceito e tolerantes com a diversidade.

A orientação sexual de uma pessoa é um direito de escolha que o ser humano possui. Ela não incapacita, corrompe ou denigre ninguém. A sociedade foi estruturada para que se tivesse um padrão, porém foram as diferenças e as conquistas que a fizeram evoluir. A discussão sobre gênero se incutida em todos os meios, de forma a educar e esclarecer, trará conquistas e progresso.

## TEXTO 30

Frequentemente acontecem embates que se revelam “guerras culturais”, um deles é a inclusão ou não da questão de gênero na educação pública e privada na atualidade. Sendo que gênero é o papel que cada um constrói e desconstrói como quer, e o papel que cada um irá exercer na sociedade.

Ademais, é muito importante a conscientização e a quebra dos padrões de comportamentos que é imposto pela sociedade, e a simples aceitação da pessoa humana e suas escolhas à parte da ideologia de gênero que foi criada pela sociedade.

Cada um é fisicamente o que sua mente define ser e não o que a sociedade dita como padrão (padrão este que reprime e esteriotipiza as pessoas pois, a questão de gênero tem como objetivo o bem maior, que é a evolução da sociedade.

Com as discussões sobre gênero deve se espera é que se tenha uma igualdade dos direitos entre gêneros, ou seja, uma sociedade onde homens e mulheres tenham direitos iguais e participações na política, no trabalho, etc.

Além disso, possibilitará também a redução da violência contra a mulher, ou seja, propiciará a meninos e meninas a não se transformarem nos agressores e vítimas no futuro. Haverá uma redução no número de abortos pois ocorrerá um maior conhecimento sobre métodos contraceptivos e educação sexual, seguramente reduzirá essa realidade e também uma redução da homofobia e a transfobia, etc.

Remover obstáculos ainda existentes para uma educação mais inclusiva, mais respeitosa, que combata preconceitos por gêneros, é portanto, a solução primordial para uma necessária evolução da sociedade onde todos possam viver sem discriminação conforme o seu gênero.

### TEXTO 31

A perspectiva de gênero vem sendo abordada desde a década de 1970, aproximadamente, tanto pela luta do grupo de mulheres pela igualdade de direitos em relação aos homens, quanto pelas obras de teóricos, especialmente da área de Filosofia, que propunham também essa igualdade de gêneros.

Para esses teóricos gênero é o sexo social definido culturalmente, isto é, os papéis sociais do homem e da mulher são socialmente e culturalmente construídos, por meio da educação, com base no sexo biológico, mas não intrinsecamente e naturalmente ligado a este, como, em geral, se acredita.

As atribuições sociais designadas aos homens e mulheres, em função dessa perspectiva, generalizada na sociedade, deixam as mulheres em uma condição de subordinação em relação ao masculino. O homem é o chefe da família, no trabalho; está em posição de mando sempre. Além dessas violências moral outras se tornam comuns nesse tipo de relação, como o extremo, a violência contra a vida da mulher.

Mais recentemente, o termo gênero passa a abrigar as reivindicações por direitos e reconhecimento de outras minorias identificadas como LGBT, isto é, uma gama de “identidades” ligadas à diversidade de orientação sexual e/ou diversa do binômio homem/mulher.

Estabeleceu-se um movimento ruidoso na sociedade, que reivindica mudanças no padrão de reconhecimento da própria sociedade. É nesse contexto que surgem os movimentos organizados de luta pela causa, com militância ativa, partidos políticos professores de academia também passam a militar na causa, de maneira importante.

Assim o viés político ou de luta política, diga-se poder, passa a orientar a discussão do tema na sociedade. Como é próprio das causas políticas ligadas à luta, pelo poder, os ânimos são inflamados; busca-se, com isso, uma imposição da perspectiva do gênero; o que acaba por levar à uma polarização – essa também uma estratégia da luta pelo poder, (de grupos de indivíduos na sociedade).

A sociedade não muda seus padrões de repente. As mudanças culturais são demoradas. De forma que movimentos menos ostensivos, mais discretos talvez lograssem maior efetividade nos objetivos

legítimos que pretendem os interessados imediatos, isto é, os indivíduos pertencentes a essas minorias (LGBT) e à sociedade como um todo, uma vez que muito da violência na sociedade está justamente relacionada à discriminação desses grupos e ao papel subalterno da mulher em relação ao homem.

## TEXTO 32

As discussões a cerca do tema, gênero, tem grande impacto na sociedade contemporânea, pois se refere a casos polêmicos e de grande repercussão, que são de certa maneira, rejeitados pela população. Suas imbricações com a juridicidade estão ficando cada vez menores, pois a cada dia uma etapa de respeito é conquistada.

Algumas escolas, como o colégio Particular Univest, se recusam lecionar aula sobre discussões a respeito de gênero que é um tema polêmico e pautável presente na realidade, com a defesa de que não é dever da escola ensinar conteúdos a cerca desse tema. Já na PUC-SP, Pontífica Universidade Católica de São Paulo, a professora Silvia Pimentel, em uma entrevista, relata em suas pesquisas a importância da discussão sobre determinados temas, a qual está incluso o gênero, diz se que a discussão desse tema em meio acadêmico é necessário para o conhecimento coletivo de determinado assunto e para que isso se desenvolva é necessário a aceitação de todos os participantes do meio.

Uma de suas implicações jurídicas, se dão ao fato de que o Estado se diz laico e não preconceituoso, porém, o próprio Estado diz como cada um deve ser, e acaba estipulando certos padrões para que sejam seguidos, como exemplo o casamento entre homem e mulher, o casamento tradicional é uma forma de padronizar o casamento, e com a discussão a respeito de casamentos e relações homoafetivas são assuntos necessariamente pejorativos nos grupos sociais conservadores, já estão ganhando forças no âmbito jurídico.

A escola tem o dever de ensinar e pôr o sendo crítico em seus alunos, elas devem respeitar o principio do pluralismo e ter noção de que o Estado é plural e laico, e que a educação deve ser sempre aberta ao debate. Em relações jurídicas sabe-se que a constituição é mutável desse modo com o tempo as implicações jurídicas que existem rodeando o debate sobre o gênero, serão indiscutíveis e faram parte da culturada e da realidade, ou seja, chegará um tempo em que a questão sobre gênero será aceitável e aparentemente normal.

Portanto, o papel exercido pelas instituições de ensino em geral tem que abranger o debate de vários temas correlacionados a realidade, para que os discentes formem opiniões construtivas e respeitadas em relação a qualquer discussão. E é de grande importância debates sobre sexualidade/gênero, para expandir conhecimentos, abrir pensamentos, pois o contrário disso, ao se negligenciar sobre tais assuntos, criarão um exercito de mentes micros e ignorantes. Para o direito, é de fundamental importância essa discussão, pois eles formam profissionais, imparciais, formam mente macro.

### TEXTO 33

Atualmente, o Brasil – assim como outros países, - tem discutido a respeito do gênero. Cabe ressaltar que a temática não é tão recente, sendo publicados livros desde meados do século XX, sobretudo por feministas e articuladores da causa LGBT.

Propõe-se que há diferença entre sexo e gênero, onde o primeiro seria a expressão biológica (masculino e feminino) e, o segundo, seria fruto de uma construção social, culminando em cerca de 32 distintas nomenclaturas.

Com o objetivo de ampliar os debates e implementar suas ideias na sociedade, os defensores da ideologia argumentam que há necessidade de progresso social, no sentido de maior respeito às classes defendidas.

Entretanto, muitas das afirmações intrínsecas ao movimento são opostas à fé e às ideologias da maioria dos brasileiros – estima-se que mais de 80% da população do país é cristã, isto é, entre católicos e protestantes.

Considere-se que o Brasil é um Estado laico, por isso, não pode professar apenas uma fé ou ideologia. Ao contrário, deve ser aberto ao diálogo, respeitando o pluralismo advindo dos seis cidadãos. Deve ainda, prezar pela liberdade de pensamentos e, não contribuir para qualquer tipo de imposição nos campos da individualidade.

Há então, uma tensão entre os que se dizem querer somente defender as vítimas da “sociedade patriarcal”, e aqueles que afirmam advogar o “valor da família” (tradicional) para a sociedade. Portanto, é válido questionar qual a melhor forma de tratar o assunto, respeitando os direitos de todos, sem priorizar uns em detrimento de outros.

Alguns países percebem a “ideologia de gênero” com desconfiança. Em 2011, por exemplo, foi difundido um documentário que a criticava. Alguns dos entrevistados, especialistas em biologia e neurociência, diziam que não há base empírica para as descobertas sobre a diferenciação de sexo e gênero. Destacavam que a formação biopsicossocial envolve tanto a genética, quanto as vivências do indivíduo, concluindo que o gênero não seria apenas uma expressão de uma construção social.

Valendo-se do exemplo da Noruega – que depois das repercussões do documentário supracitado cortou investimentos em pesquisas no ramo – cabe-nos uma ponta de dúvida sobre as premissas da teoria. E ainda, sobre os reais interesses dos que se intitulam como defensores das causas das mulheres e LGBT's.

Quanto à seguridade dos direitos desses grupos, há no Direito brasileiro fundamento suficiente para assegurar que sejam preservados com vida e dignidade. Pois são direitos de todos os cidadãos, sem distinção. O que se pode melhor trabalhar são debates sobre a necessidade de respeito às escolhas individuais, bem como, punições apropriadas às práticas de ódio e preconceito.

O brasileiro deve ter resguardado o direito de viver pelos seus valores, tendo convicção do dever de respeitar os de outrem. Entre os maiores avanços conquistados e que precisa se perpetuar, está a tolerância inerente a um país democrático. Se o direito visa o bem-comum, esse é um tema oportuno.